# GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
# SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
# DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS – DEGASE
# CONCURSO PÚBLICO

## NÍVEL MÉDIO

# 301 – AGENTE ADMINISTRATIVO
# TIPO A

Frase: **Ame profundamente e viva intensamente.**

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)

### SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **70 (setenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova de redação;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova de redação.

### TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova de redação para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

### NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

### INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e a prova de redação para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

**PREENCHA MANUALMENTE:**

IDECAN

**INSCRIÇÃO**

**NOME COMPLETO**

## CONHECIMENTOS COMUNS

### Língua Portuguesa

**FÓSSEIS DESCOBERTOS NA CHINA PODEM REESCREVER A HISTÓRIA HUMANA; ENTENDA**

Arqueologistas encontraram restos de hominídeos arcaicos que viveram entre 300 mil e 100 mil anos atrás.

Um conjunto de fósseis com características humanas encontrado na China tem intrigado cientistas há décadas, desafiando explicações ou categorizações.

Os fragmentos de crânio, dentes, mandíbulas e outros restos descobertos em diferentes locais do país são claramente vestígios de hominídeos arcaicos — nome formal para espécies da linhagem humana — que viveram entre 300 mil e 100 mil anos atrás.

Christopher Bae, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.

Ele e sua colega Wu Xiujie, professora sênior do Instituto de Paleontologia e Paleoantropologia de Vertebrados em Pequim, agora sugerem que pode ser hora de reconhecer formalmente um hominídeo antigo anteriormente desconhecido, e propuseram o reconhecimento oficial de uma nova espécie para a ciência. (IT)

A característica mais marcante deste ancestral humano anteriormente desconhecido? Um cérebro extremamente grande, maior que o de nossa espécie, *Homo sapiens*, o único hominídeo sobrevivente. A característica se reflete no nome proposto para a espécie, revelado por Bae e Wu em um artigo de novembro publicado na revista científica Nature Communications: *Homo juluensis*, uma referência a "ju lu", que significa cabeça grande em chinês.

"Seus crânios são realmente muito, muito grandes, você sabe, a capacidade craniana estimada é de 1.700, 1.800 centímetros cúbicos", disse Bae. "Temos uma capacidade mínima de cerca de 1.350 cc, em média, somos cerca de 1.450 cc. Não é uma ordem de magnitude maior, mas é muito mais robusto".

A proposta está gerando controvérsia entre paleoantropólogos, e alguns cientistas discordam sobre se o novo agrupamento se eleva ao nível de uma nova espécie. Mas, se a análise de Bae e Wu estiver correta, esses fósseis podem conter a chave para resolver um dos maiores mistérios da evolução humana: um quebra-cabeça que começou com a descoberta de um osso de dedo mindinho na Caverna Denisova, nas Montanhas Altai, no sul da Sibéria.

A análise de DNA desse pequeno fóssil levou à descoberta em 2010 de que ele representava uma população humana antiga distinta, que os cientistas chamaram de denisovanos. Muitas pessoas vivas hoje carregam traços do DNA denisovano, mas — como os fósseis desses ancestrais extintos ainda são poucos — os especialistas em origens humanas ainda não sabem exatamente como eles eram, onde viviam ou por que desapareceram.

Os restos chineses difíceis de classificar incluem 21 fósseis encontrados na década de 1970 no sítio de Xujiayao (Houjiayao), localizado na fronteira das províncias de Shanxi e Hebei, no norte da China. Os espécimes representam 16 indivíduos que viveram entre 200 mil e 160 mil anos atrás.

Muitos desses fósseis haviam sido negligenciados porque, quando foram descobertos pela primeira vez nas décadas de 1970 e 1980, as crenças comuns sobre as origens humanas eram vastamente diferentes das teorias atuais.

Na época, muitos paleoantropólogos pensavam que as populações humanas atuais evoluíram regionalmente de hominídeos arcaicos como o *Homo erectus*, que deixou a África há cerca de 2 milhões de anos. Com efeito, esse modelo científico conhecido como multirregionalismo, agora amplamente rejeitado, sugeria que havia apenas uma espécie de hominídeo que evoluiu ao longo do tempo para se tornar *Homo sapiens*.

Nesse cenário, os fósseis de Xujiayao e outros com características incomuns descobertos na China foram classificados como intermediários entre hominídeos mais primitivos, como o *Homo erectus*, e os mais modernos. O modelo científico multirregional, que sugeria raízes ancestrais distintas para o povo chinês, alinhava-se com sentimentos nacionalistas e já foi particularmente enraizado entre acadêmicos chineses (...).

"Os Denisovanos não têm um nome taxonômico formal intencionalmente porque há uma falta de material comparativo para nomear uma nova espécie", explicou McCrae. "Isso é bom por um lado porque dá tempo ao campo para descobrir mais evidências fósseis dos Denisovanos antes de nomear uma nova espécie, mas é ruim por outro lado porque deixa esses importantes fósseis 'disponíveis' para que pessoas atribuam prematuramente um nome taxonômico."

Existe esperança entre alguns paleoantropólogos de que, quando os Denisovanos receberem um nome formal de espécie, "ele reflita o local tipo da Caverna Denisova e o agora ubíquo nome coloquial 'Denisovanos'", disse McCrae, admitindo que "não há garantia de que isso acontecerá."

O período está repleto de hominídeos fósseis que morfologicamente são "um tanto confusos", acrescentou ele. Alguns parecem distintos, mas alguns têm características Neandertais, e outros têm características do *Homo sapiens*, e muitos têm ambas, disse McCrae.

"Dividir prematuramente os fósseis em espécies poderia obscurecer a verdadeira história do que está acontecendo no mundo neste momento, e é, de uma perspectiva logística, muito difícil voltar atrás em uma decisão uma vez que os nomes das espécies são divulgados, independentemente de haver bom suporte para isso ou não", disse ele.

Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/fosseis-descobertos-na-china-podem-reescrever-a-historia-humana-entenda/.
Acesso em: 14 fev. 2025.

**1.** Fundamentado na leitura atenta do texto apresentado, pode-se inferir que:

**(A)** Arqueólogos descobriram fósseis de hominídeos contemporâneos na China, datados de 300 mil a 100 mil anos atrás, com cérebros maiores que os dos humanos modernos, o que indica, perante a comunidade científica, que tais seres compõem uma nova espécie.
**(B)** Por ser considerada uma espécie extinta, não há nenhum outro vestígio dos "Denisovanos" no mundo atual além daqueles encontrados pelos pesquisadores.
**(C)** A descoberta pode ajudar a desvendar mistérios sobre a evolução humana, como a relação com os Denisovanos, um grupo humano antigo conhecido por seu DNA encontrado na Sibéria, e com uma vastidão de fósseis identificados.
**(D)** Os chineses tinham especial apreço pelo multirregionalismo, pelo fato de que essa teoria se alinhava com princípios patrióticos que compunham o arcabouço intelectual dos estudiosos, uma vez que essa teoria apresentava o povo chinês vindo de uma linhagem diferente.
**(E)** A escassez de material comparativo dos "Denisovanos" é algo favorável tendo em vista que isso permite aos estudiosos escolherem com melhor nome taxonômico para esse novo tipo de hominídeo.

---

**2.** Mantém a concordância verbal a alternativa apresentada:

**(A)** Cientistas propõem o reconhecimento formal de uma nova espécie de hominídeo, o *Homo Juluensis*, cujos fósseis se destacam por um cérebro surpreendentemente grande, ainda maior que o do *Homo sapiens*.
**(B)** A proposta de uma nova espécie, *Homo Juluensis*, baseia-se na reanálise de fósseis chineses negligenciados, dentre o qual se inclui os de Xujiayao, que anteriormente foram interpretados dentro do modelo multirregional hoje rejeitado.
**(C)** O mistério dos Denisovanos pode se relacionar em parte com o conjunto de fósseis que foram encontrados na China recentemente, mas ainda há muito trabalho a ser feito antes que sejam tomada qualquer decisão.
**(D)** Arqueólogos encontraram na China fósseis de hominídeos arcaicos com características humanas intrigantes, datadas entre 300 mil e 100 mil anos atrás, o qual desafia as categorizações científicas existentes.
**(E)** A descoberta dos fósseis chineses reacenderam debates sobre a complexa história da evolução humana e a possível ligação com os misteriosos Denisovanos, o qual ainda não alcançaram a categoria de espécie.

**3.** É acentuada pelo mesmo motivo que "ubíquo" a seguinte palavra:

**(A)** Cúbicos.
**(B)** Fóssil.
**(C)** Crânio.
**(D)** África.
**(E)** Evoluíram.

---

**4.** Entendendo a divisão silábica, também conhecida como separação silábica, como a ação de segmentar uma palavra em suas sílabas constituintes, pode-se identificar a opção que atende à definição como sendo:

**(A)** Mul-ti-rre-gio-na-lis-mo, ar-cai-cos, e-vo-lu-iu.
**(B)** In-de-pen-den-te-men-te, ob-scu-re-cer, te-o-ri-as.
**(C)** Na-cio-na-lis-tas, ho-mi-ní-deos, teo-rias.
**(D)** En-rai-za-dos, obs-cu-re-cer, ho-mi-ní-de-os.
**(E)** Na-ci-o-na-lis-tas, en-ra-i-za-dos, dis-po-ní-veis.

---

**5.** A palavra "paleoantropólogos", essencial para o contexto do texto sobre a descoberta de fósseis na China, é formada pela combinação de elementos morfológicos de origem grega. Sobre ela, é correto afirmar:

**(A)** Deriva da junção de "paleo-" (pálido), "antropos" (caverna) e "-logos" (discurso), designando os especialistas que discursam sobre os fósseis encontrados em cavernas escuras.
**(B)** Composta pelos radicais "paleo-" (pedra), "antropo-" (humano) e "-logos" (ciência), referindo-se aos cientistas que estudam a ciência dos humanos da idade da pedra.
**(C)** Combina "paleo-" (velho), "antro-" (interior) e "-logos" (registro), descrevendo aqueles que realizam o registro do interior de fósseis muito velhos.
**(D)** Combina os radicais "paleo-" (antigo), "antropo-" (homem/humano) e "-logos" (estudo/ciência), indicando os profissionais que se dedicam ao estudo científico dos seres humanos antigos e da sua evolução.
**(E)** Vem do latim "paleo" (terra), "antropus" (gente) e "logos" (conhecimento), significando as pessoas que possuem conhecimento sobre a gente da terra antiga.

---

**6.** Assinale a alternativa que contém advérbio corretamente identificado.

**(A)** "Ele representava uma população humana **antiga** distinta, que os cientistas chamaram de denisovanos".
**(B)** "Esse modelo científico conhecido como multirregionalismo, **agora** amplamente rejeitado, sugeria que havia apenas uma espécie".
**(C)** "Os Denisovanos não têm um nome taxonômico **formal** intencionalmente porque há uma falta de material comparativo para nomear uma nova espécie".
**(D)** "Os restos chineses difíceis de classificar incluem 21 fósseis **encontrados** na década de 1970 no sítio de Xujiayao (Houjiayao), localizado na fronteira das províncias".
**(E)** "Um cérebro extremamente grande, maior que o de nossa espécie, *Homo sapiens*, o único hominídeo **sobrevivente**".

**7.** "Christopher Bae, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar."

Considere o trecho extraído do texto, caso trocássemos o nome do professor Christopher Bae pelo da sua colega, "Wu Xiujie". Identifique qual das seguintes opções apresenta a adaptação com a concordância nominal correta.

**(A)** Wu Xiujie, professora do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
**(B)** Wu Xiujie, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseada em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
**(C)** Wu Xiujie, professora do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre as cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
**(D)** Wu Xiujie, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre as cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
**(E)** Wu Xiujie, professora do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseada em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.

---

**8.** Sabe-se que a sílaba tônica é aquela com alta intensidade na pronúncia e que há somente uma por palavra. Inerente a estes fundamentos, assinale a alternativa que indica a palavra e sua classificação junto a posição da sílaba tônica.

**(A)** Magnitude, paroxítona.
**(B)** Pequim, proparoxítona.
**(C)** Extinto, oxítona.
**(D)** Populações, paroxítona.
**(E)** Incluem, oxítona.

---

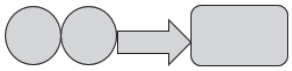
**9.** "Os fragmentos de crânio, dentes, mandíbulas e outros restos descobertos em diferentes locais do país são claramente vestígios de hominídeos arcaicos"

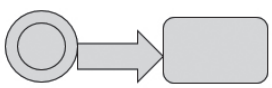
O segmento acima destacado do texto pode ser representado pela seguinte estrutura acompanhando a ordem de símbolos:

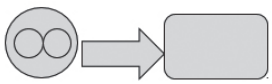
**(A)** O=dN(pndn+pn)p(p(dn(pdn)))→Q
**(B)** O=dN(p(nnn+dn)d(p(dn(pdn)))→Q
**(C)** O=dNp(nnn+dn)d(n(n(d)))→Q
**(D)** O=dN(d(pndn+nn)n(p(dn(pdn))))→Q
**(E)** O=Np(pndn+dn)d(p(dn(pdn))))→Q

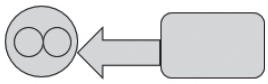
---

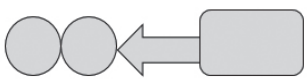
**10.** "Christopher Bae, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar."
Assinale a alternativa que indique corretamente como o período acima deve ser representado graficamente.

**(A)** 

**(B)** 

**(C)** 

**(D)** 

**(E)** 

## Raciocínio Lógico Matemático

**11.** Em um jogo de tabuleiro, Alice e Theo começam com o mesmo número de peças. Na primeira rodada, Alice perde um terço de suas peças para Theo. Na segunda rodada, Theo perde metade de suas peças para Alice. Na terceira rodada, Alice perde três quartos de suas peças para Theo. Após essas três rodadas, Theo tem 150 peças. Determine quantas peças Alice tinha inicialmente.

**(A)** 60.
**(B)** 75.
**(C)** 80.
**(D)** 90.
**(E)** 105.

**12.** Em uma corrida de revezamento, quatro atletas devem percorrer um percurso cada vez maior. O primeiro corre 100 metros, o segundo corre 150 metros, o terceiro corre 225 metros e o quarto corre 325 metros. Assinale quantos metros o sexto atleta deverá correr.

**(A)** 450.
**(B)** 475.
**(C)** 525.
**(D)** 575.
**(E)** 600.

**13.** Um arquiteto está projetando telhados para duas casas de formatos semelhantes, mas em escalas diferentes. O telhado da casa menor tem uma área de 27 m², e os comprimentos das vigas do telhado da casa maior são 5/3 do tamanho das vigas da casa menor. Sabendo que os telhados têm o mesmo formato geométrico, calcule qual será a área do telhado da casa maior.

**(A)** 45 m².
**(B)** 54 m².
**(C)** 75 m².
**(D)** 80 m².
**(E)** 90 m².

**14.** Três costureiras, trabalhando 6 horas por dia durante 5 dias, conseguem produzir 90 peças de roupa. Se forem 5 costureiras, trabalhando 8 horas por dia durante 6 dias, calcule quantas peças de roupa elas conseguirão produzir, mantendo o mesmo ritmo de trabalho.

**(A)** 120 peças.
**(B)** 240 peças.
**(C)** 260 peças.
**(D)** 300 peças.
**(E)** 360 peças.

**RASCUNHO**

**15.** Em uma escola, 42 alunos estudam inglês, 30 alunos estudam espanhol, e 15 alunos estudam ambos os idiomas. Sabendo que todos os alunos estudam pelo menos um dos dois idiomas, assinale quantos alunos há na escola.

**(A)** 57.
**(B)** 62.
**(C)** 67.
**(D)** 72.
**(E)** 77.

**RASCUNHO**

## Noções de Direitos Humanos

**16.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 217 A (III), em 10 de dezembro de 1948, foi um documento construído por vários países em resposta às violações de direito sofridas nas duas grandes guerras mundiais. Sendo considerada um marco na história dos direitos humanos, é correto afirmar que a DUDH dispõe como preceito fundamental que:

**(A)** Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.
**(B)** Ninguém poderá ser submetido à tortura, nem a penas ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes. Será proibido, sobretudo, submeter uma pessoa, sem seu livre consentimento, a experiências médicas ou científicas.
**(C)** Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
**(D)** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
**(E)** A liberdade de professar a própria religião ou as próprias crenças estará sujeita, unicamente, às limitações prescritas pela lei e necessárias para proteger a segurança, a ordem, a moral, a saúde pública ou os direitos e liberdades fundamentais dos demais.

**17.** O art. 24 da Convenção sobre os direitos das crianças dispõe que os Estados Partes garantirão a plena aplicação dos direitos de saúde e dos serviços destinados ao tratamento das doenças e à recuperação da saúde, envidando esforços para adotar medidas apropriadas que:

**(A)** assegurem às mães adequada assistência médica no pós-natal, que é o momento em que a criança chega ao mundo.
**(B)** assegurem a prestação de assistência médica e cuidados sanitários necessários a todas as crianças, dando ênfase aos cuidados mais graves e custosos de saúde.
**(C)** desenvolvam a assistência médica curativa, a orientação aos pais e a educação e serviços de planejamento familiar.
**(D)** promovam e incentivem a cooperação entre os estados e municípios do país com vistas a lograr, progressivamente, a plena efetivação do direito reconhecido.
**(E)** desenvolvam a assistência médica preventiva, a orientação aos pais e a educação e serviços de planejamento familiar.

**18.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais são documentos que discorrem sobre os direitos humanos de maneira universal, abrangendo todas as pessoas, independentemente de credo, gênero ou etnia. Nos termos da Constituição Federal de 1988, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

**(A)** serão equivalentes às emendas constitucionais se forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
**(B)** serão equivalentes à lei supraconstitucional, já que seu conteúdo eminentemente humanista interessa à defesa de todos os povos.
**(C)** serão equivalentes à lei supralegal, se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
**(D)** serão equivalentes à emenda constitucional, se aprovados, na Câmara dos Deputados, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.
**(E)** serão equivalentes à lei ordinária, ainda que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, porque são normas criadas fora do território brasileiro e por esse motivo não podem ter natureza de emenda constitucional.

**19.** Os direitos sociais são considerados direitos de segunda geração oriundos do processo de transição entre o Estado garantidor dos direitos fundamentais individuais para um modelo de Estado garantidor de direitos sociais coletivos. A Constituição Federal de 88, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o ECA abordam alguns direitos e deveres sobre a educação e o trabalho no país. Diante dessa afirmação, assinale a alternativa correta.

**(A)** É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a oito anos de idade.
**(B)** Segundo o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados, nem mesmo nos países em que determinados crimes sejam punidos com prisão e trabalhos forçados.
**(C)** O menor de 14 anos é proibido de exercer qualquer trabalho, salvo se o trabalho for exercido em empresa familiar.
**(D)** A criança e o adolescente têm direito à educação e qualificação para o trabalho, mas não podem exercer trabalho com menos de 14 anos, salvo na condição de menor aprendiz.
**(E)** É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, mas não podem interferir na definição das propostas educacionais, que são formuladas pelo MEC.

**20.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe a observância do princípio constitucional da proteção integral das crianças e adolescentes com absoluta prioridade na garantia dos seus direitos. Segundo o ECA, é correto afirmar que os agentes públicos executores de medidas protetivas que usarem de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como forma de correção dos menores estarão sujeitos à:

**(A)** garantia de um tratamento de saúde especializado à vítima e psicológico a sua família.
**(B)** obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado, podendo a pena ser aplicada pelo Conselho Tutelar.
**(C)** aplicação da pena de advertência em qualquer caso, independente da sua gravidade.
**(D)** aplicação da pena de suspensão pelo seu chefe imediato, por período máximo de 30 dias.
**(E)** aplicação da pena de demissão, considerando o princípio da proteção integral das crianças e adolescentes e a gravidade da situação.

## Noções de Direito Penal

**21.** Marque a alternativa correta em relação aos crimes contra a Administração Pública.

**(A)** O crime de furto consiste em apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio.
**(B)** A condescendência criminosa é o ato de retardar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
**(C)** A prevaricação é o ato de solicitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
**(D)** A corrupção ativa consiste em solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
**(E)** O peculato consiste em apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

**22.** O art. 6º do Código Penal define o lugar do crime. A teoria aplicada é a:

**(A)** da Ambivalência.
**(B)** do Resultado.
**(C)** da Atividade.
**(D)** da Ubiquidade.
**(E)** da Ultratividade.

**23.** No direito penal, é correto afirmar que:

**(A)** os crimes formais são aqueles em que o legislador descreve uma conduta e um resultado, mas ele é prescindível para que haja crime consumado.
**(B)** os crimes materiais são aqueles em que o legislador prevê uma conduta, mas não prevê um resultado.
**(C)** crime próprio é aquele que pode ser praticado por qualquer pessoa, não se exigindo, portanto, uma qualidade especial do sujeito ativo.
**(D)** o crime habitual é aquele que possui apenas uma conduta que se prolonga no tempo.
**(E)** os crimes de mera conduta são aqueles em que o legislador descreve um resultado no tipo penal.

**24.** O crime de tortura é definido pela Lei nº 9.455/97 e pode-se afirmar que:

**(A)** o crime de tortura é inafiançável, mas admite graça ou anistia.
**(B)** não se admite crime de tortura em razão de discriminação racial ou religiosa.
**(C)** se cometida por agente público aumenta-se a pena de um sexto até um terço.
**(D)** o condenado cumprirá a pena no regime integralmente fechado.
**(E)** o crime de tortura não admite tentativa.

**25.** O crime impossível definido no art. 17 do Código Penal ocorre quando:

**(A)** o crime não se consuma por circunstâncias alheias a vontade do agente.
**(B)** o crime não se consuma por absoluta impropriedade do objeto.
**(C)** o crime se consuma, mas o agente é inimputável.
**(D)** o agente atua amparado por causa excludente de ilicitude.
**(E)** a ineficácia do meio escolhido pelo agente é relativa.

## Noções de Direito Constitucional

**26.** A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, elenca uma série de direitos e garantias fundamentais em seu Título II, além de diversos remédios constitucionais voltados à sua defesa ou concretização. Sobre o tema, é correto dizer que:

**(A)** em razão do princípio da isonomia, as penas devem ser cumpridas em estabelecimentos homogêneos, independentemente da idade ou sexo do apenado.
**(B)** o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso cautelarmente e que venha a ser posteriormente inocentado.
**(C)** são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
**(D)** o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político legalmente constituído.
**(E)** em razão do princípio da publicidade, o habeas data é cabível ainda que não tenha havido recusa de informações pela autoridade administrativa.

**27.** O artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz a disciplina base sobre a Administração Pública, prevendo regras e princípios para a organização administrativa e para o regime jurídico dos cargos públicos. Quanto ao ponto, é correto afirmar que:

**(A)** as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
**(B)** excepcionalmente, a Constituição admite a equiparação salarial para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
**(C)** a criação de autarquias na Administração Pública não depende de lei específica.
**(D)** os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
**(E)** o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, observada a remuneração deste.

**28.** Juvenal do Pneu, deputado estadual muito combativo, proferiu manifestação, fora das dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, alegando que determinado Secretário Estadual estaria praticando atos contrários à moralidade administrativa. Em relação às imunidades parlamentares, considerando a situação narrada, é correto afirmar que:

**(A)** Juvenal não está protegido pela imunidade material, uma vez que as manifestações foram proferidas fora das dependências da Assembleia Legislativa do Estado.
**(B)** Juvenal não está protegido pela imunidade material, uma vez que as imunidades dispostas para os parlamentares federais não se estendem aos parlamentares estaduais.
**(C)** Juvenal não está protegido pela imunidade material, uma vez que a manifestação consubstancia, *ipso facto*, quebra de decoro parlamentar.
**(D)** Juvenal está protegido pela imunidade material e pela imunidade formal.
**(E)** Juvenal está protegido pela imunidade material, mas não terá direito à imunidade formal, uma vez que se trata de prerrogativa aplicável apenas aos parlamentares federais.

**29.** O artigo 84 da CRFB elenca uma série de atribuições do Presidente da República, muitas das quais são extensíveis ao Governador de Estado, Chefe do Poder Executivo no âmbito estadual. Quanto ao ponto, é correto afirmar que:

**(A)** é possível a extinção de cargos por decreto do Chefe do Poder Executivo, ainda que tais cargos não estejam vagos.
**(B)** a iniciativa do projeto de lei de diretrizes orçamentárias é privativa do Chefe do Poder Executivo.
**(C)** o Presidente da República deve prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
**(D)** por sua importância, as competências que a Constituição elenca como privativas do Presidente da República são indelegáveis.
**(E)** em virtude do princípio da separação de poderes, a Constituição da República não confere competências regulamentares ou normativas ao Chefe do Poder Executivo, uma vez que consistem em atribuições típicas do Poder Legislativo.

**30.** Em suas atividades práticas, o Departamento Geral de Ações Socioducativas – DEGASE acaba tendo uma necessária interlocução com diversos outros órgãos, a exemplo do Ministério Público e da Defensoria Pública. Nessa perspectiva, em relação às funções essenciais à justiça disciplinadas pela Constituição da República, é correto afirmar que:

**(A)** o Ministério Público da União abrange o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público dos Estados.
**(B)** entre as garantias conferidas aos membros do Ministério Público está a vitaliciedade, após três anos de efetivo exercício.
**(C)** excepcionalmente, admite-se a percepção de honorários pelos membros do Ministério Público.
**(D)** a Defensoria Pública Estadual não é dotada de autonomia administrativa.
**(E)** é vedado aos integrantes da Defensoria Pública o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

## Noções de Direito Administrativo

**31.** Um adolescente apreendido por força de ordem judicial estava sendo conduzido à presença da autoridade judiciária por uma equipe composta por quatro Agentes do DEGASE/RJ. O agente que dirigia a viatura conduzia a mesma de forma efetivamente imprudente, e, mesmo advertido pelos demais Agentes, continuou a dirigir de forma imprudente, o que acarretou grave acidente de trânsito, com abalroamento de vários veículos, implicando a morte do adolescente, ferimentos graves nos agentes e em terceiros, e, ainda, danos materiais a veículos, incluindo a perda total da viatura. Nesse contexto, em sede de Responsabilidade Civil do Estado, é correto afirmar que:

**(A)** a responsabilidade pela reparação dos danos cabe exclusivamente ao Estado do Rio de Janeiro, não podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, em hipótese nenhuma, ser responsabilizado civil, penal e administrativamente, uma vez que era apenas um preposto do Estado.
**(B)** a responsabilidade pela reparação do dano cabe ao Estado do Rio de Janeiro, podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, responder pelos danos causados a terceiros, em ação regressiva proposta depois de transitar em julgado a decisão que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado; além de poder responder penal e administrativamente pelo fato.
**(C)** a responsabilidade pela reparação do dano cabe exclusivamente ao Agente do DEGASE/RJ, uma vez que, ao dirigir de forma imprudente, assumiu a total responsabilidade pelas consequências de seu ato, podendo responder, assim, civil, penal e administrativamente pelo fato.
**(D)** a responsabilidade pela reparação dos danos cabe ao Estado do Rio de Janeiro, não podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, ser responsabilizado pelos danos causados a terceiros, em ação regressiva proposta pela Fazenda Pública, cabendo apenas responsabilização na esfera administrativa em relação ao referido Agente.
**(E)** a responsabilidade pela reparação dos danos cabe ao Estado do Rio de Janeiro, podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, ser responsabilizado na esfera civil pelos danos causados a terceiros, em ação regressiva; mas não pode ser responsabilizado na esfera administrativa e na esfera criminal.

**32.** O servidor público tem uma série de deveres e de proibições a serem observados, cujo descumprimento constitui infração disciplinar, implicando a consequente responsabilização do mesmo, através do devido processo administrativo disciplinar. Nesse sentido, são penas disciplinares previstas no Decreto-Lei nº 220/1975:

**(A)** advertência; repreensão; suspensão; multa; destituição de função; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
**(B)** advertência; repreensão; suspensão; multa; perda de bens; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
**(C)** advertência; repreensão; suspensão; multa; prestação social alternativa; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
**(D)** advertência; inelegibilidade; suspensão; multa; destituição de função; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
**(E)** advertência; repreensão; suspensão; multa; indisponibilidade dos bens; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.

**33.** O Chefe de um Centro de Socioeducação do DEGASE/RJ, integrante das Unidades de Internação, no uso legal de suas atribuições, emitiu um Ato Administrativo que previa tratamento diferenciado, como recompensa, a dez (10) adolescentes internados que cumprissem determinados critérios postos no referido Ato, incluindo, por exemplo, bom comportamento. A avaliação e a escolha dos adolescentes seriam feitas pelo próprio Chefe do referido Centro de Socioeducação. Entre os benefícios previstos estariam: alojamento distinto dos demais internados, rouparia de cama e banho individualizada, fora do padrão da unidade, a possiblidade de usar roupas comuns e não o devido uniforme do Centro de Socioeducação, alimentação fornecida diretamente pelos parentes, além de visitas de familiares e amigos com maior frequência do que os demais adolescentes. A posteriori, descobriu-se que um dos adolescentes beneficiados pelo citado Ato Administrativo era sobrinho e afilhado do citado Chefe, motivo pelo qual esse teria emitido o referido Ato. Nessa situação hipotética, à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pátrias, é possível afirmar que:

**(A)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação não se amolda a caso de abuso de poder, uma vez que, sendo o adolescente seu sobrinho e afilhado, não se poderia exigir outra conduta do referido chefe, não se vislumbrando, assim, pessoalidade na elaboração do ato administrativo, nem qualquer outro vício que maculasse o fazimento do mesmo.
**(B)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação se amoldaria à previsão doutrinária de abuso de autoridade, na espécie excesso de poder, uma vez que teria atuado fora de seus limites de competência, praticou atos que não estavam previamente previstos em lei, o que, ainda assim, não torna o Ato Administrativo anulável.
**(C)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação se amoldaria à previsão doutrinária de abuso do poder, na espécie desvio do poder, uma vez que, dentro de seus limites de competência, praticou ato de interesse particular, em benefício de terceiro, com efetivo desvio de finalidade, em clara violação ao princípio da impessoalidade.
**(D)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação se amoldaria a caso de abuso de poder, mas, por ser ato discricionário, não poderia ser anulado, mas apenas revogado pelo próprio Chefe do Centro de Socioeducação, uma vez que não cabe análise de legalidade e legitimidade em atos administrativos discricionários.
**(E)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação não se amoldaria a caso de abuso de poder, motivo pelo qual o referido Ato Administrativo não poderia ser anulado pela própria Administração, ainda que eivado de vício, mas apenas revogado, após a devida apreciação, por determinação judicial.

**34.** O Diretor do DEGASE/RJ, em reunião com os Chefes dos Centros de Socioeducação, constatou que as visitas aos adolescentes internados não estavam sendo bem controladas, havendo, a título de exemplo, acesso de pessoas indevidas, sobretudo algumas que, apontadas como amigas, na verdade, conforme informação de inteligência, eram indivíduos vinculados a facções criminosas nas quais os internados participariam; excesso de dias de visitas semanais; acesso, a partir das referidas visitas, a objetos não permitidos no âmbito dos referidos Centros – como cigarros, drogas e celulares; fatos que implicam efetiva prejudicialidade aos interesses do adolescente. A partir dessa constatação, o Diretor do DEGASE/RJ, no uso de suas atribuições, nos limites da legislação aplicável, em razão do interesse público, a fim de restabelecer a ordem no âmbito dos Centros de Socioeducação no que tange à visitação, baixou uma portaria disciplinando a referida visita, regulando, de forma a garantir os direitos dos adolescentes internados, por exemplo, os dias de visitação – limitando, temporariamente, a uma (01) por semana, a limitação dos visitantes a familiares, responsáveis ou amigos previamente cadastrados, além da limitação de entrega de objetos aos interno, o que só se daria se fosse para o efetivo bem estar do adolescente, dentro da previsão legal. Nessa situação hipotética, o Diretor do DEGASE/RJ atuou com fulcro no:

**(A)** Poder Hierárquico.
**(B)** Poder Constituinte Derivado.
**(C)** Poder Disciplinar.
**(D)** Poder Judicial Derivado.
**(E)** Poder de Polícia.

**35.** O Brasil, com a Constituição Federal de 1988, reestruturou-se como uma República, Democrática, de Direito, assumindo, ainda, a forma federativa, implicando uma organização político-administrativa composta por entes, entidades e órgãos, integrantes da administração direta ou indireta. Nesse sentido, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE/RJ) é:

**(A)** um órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro.
**(B)** uma autarquia vinculada à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.
**(C)** um órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
**(D)** um órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.
**(E)** uma autarquia vinculada à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

## Noções de Direito Civil

**36.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi sancionado em 13 de julho de 1990 e é o principal instrumento normativo brasileiro sobre os direitos da criança e do adolescente. O ECA incorporou regras da Convenção de Direitos das Crianças das Nações Unidas. Além disso, o artigo 227 da Constituição Federal dispõe que "[é] dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". A absoluta prioridade citada na norma constitucional, visa assegurar que as crianças e os adolescentes sejam tratados com absoluta prioridade pelo governo e pela sociedade. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta o princípio que estabelece que crianças e adolescentes sejam tratados com absoluta prioridade.

**(A)** Princípio do Interesse do Menor.
**(B)** Princípio da Proteção Integral.
**(C)** Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.
**(D)** Princípio da Prioridade Absoluta.
**(E)** Princípio da Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento.

**37.** A tutela e curatela são institutos jurídicos distintos, mas ambos visam proteger os interesses de indivíduos que, por algum motivo, não possuem capacidade plena de administrar a sua vida. Em 2021, José Paulo, na época, com 15 anos de idade e portador de doença cognitiva grave e incurável que o impedia de realizar as atividades do dia a dia, perdeu seus representantes legais. Por meio de uma ação judicial, sua avó foi nomeada como sua responsável. No entanto, ela veio a falecer quando ele completou 18 anos, atingindo a maioridade legal. Diante de seu falecimento, uma nova ação judicial foi ajuizada visando nomear um(a) novo(a) responsável para José Paulo em razão de sua doença cognitiva grave incapacitante. Com base no exposto, assinale a alternativa correta que apresenta os institutos jurídicos que visam proteger os interesses de indivíduos que não possuem capacidade de administrar a sua vida, aplicados na primeira e na segunda ação judicial.

**(A)** Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da tutela e na segunda o da curatela.
**(B)** Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da curatela e na segunda o da tutela.
**(C)** Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da curatela e na segunda o da curatela.
**(D)** Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da tutela e na segunda o da tutela.
**(E)** Nenhum instituto jurídico foi aplicado pelo Poder Judiciário.

**38.** Ana Maria foi adotada aos 14 anos de idade pela senhora Laura. A família da Sra. Laura é composta por ela e por seu filho biológico Antônio, de 5 anos de idade. De acordo com o artigo 227, parágrafo 6º, da Constituição Federal, "[os] filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação". Considerando o tratamento dado pela Constituição Federal aos filhos biológicos e adotivos, em matéria de direitos sucessórios, bem como o fato de que a Sra. Laura não possui testamento nem outros familiares, indique qual será o quinhão da herança que Ana Maria e Antônio terão direito a receber, caso a mãe, Laura, venha a falecer.

**(A)** Nada para Ana Maria e 100% para Antônio.
**(B)** 10% para Ana Maria e 90% para Antônio.
**(C)** 50% para Ana Maria e 50% para Antônio.
**(D)** 90% para Ana Maria e 10% para Antônio.
**(E)** 40% para Ana Maria e 60% para Antônio.

**39.** A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. De acordo com o artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, "[a] República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III – a dignidade da pessoa humana". Nesse contexto, assinale a alternativa que corretamente descreve o conceito de dignidade da pessoa humana.

**(A)** É apenas um princípio fundamental no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
**(B)** É apenas uma norma legal no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
**(C)** É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que apenas crianças e adolescentes devem ter seu acesso à saúde e educação garantidos pelo Estado e pela sociedade.
**(D)** É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que apenas os maiores de 18 anos devem ter seu acesso à saúde e educação garantidos pelo Estado e pela sociedade.
**(E)** É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.

**40.** Os princípios do Direito de Família são os fundamentos para aplicação e interpretação das leis brasileiras dentro de nosso ordenamento jurídico. Assinale a alternativa abaixo que traz um princípio que faz parte do conjunto de princípios do Direito de Família.

**(A)** Princípio do *Pacta sunt servanda*.
**(B)** Princípio da afetividade.
**(C)** Princípio da supremacia da ordem pública.
**(D)** Princípio da onerosidade excessiva.
**(E)** Princípio da função social do contrato.

## Leis Especiais

**41.** Com relação ao glossário constante do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, assinale a alternativa correta.

**(A)** Considera-se "Casa Lar" a modalidade de Acolhimento Institucional oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como cuidador residente – em uma casa de sua propriedade – prestando cuidados a um grupo de crianças e/ou adolescentes.
**(B)** Considera-se "Família Acolhedora" a nomenclatura dada à família que participa de programas de famílias Acolhedoras, recebendo crianças e adolescentes sob sua guarda, de forma definitiva.
**(C)** Considera-se "Reintegração Familiar" o retorno da criança e adolescente ao contexto da família de origem da qual se separou.
**(D)** Considera-se "Adoção" a Medida judicial de colocação, em caráter temporário, de uma criança ou adolescente em outra família que não seja aquela onde nasceu, conferindo vínculo de filiação provisório.
**(E)** REDINFA é a Rede Internacional de Informação sobre Infância, Adolescência e Família que está sendo implementada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

**42.** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, salvo:

**(A)** advertência.
**(B)** obrigação de reparar o dano.
**(C)** prestação de serviços à comunidade.
**(D)** prisão, dependendo da gravidade do fato.
**(E)** internação em estabelecimento educacional.

**43.** De acordo com o Código de Ética e Condutas do DEGASE, não constituem condutas e deveres a serem observados pelo servidor socioeducativo:

**(A)** realizar seu trabalho com lealdade à instituição, compartilhando os conhecimentos e informações necessárias para o exercício das atividades próprias do Departamento Geral de Ações Socioeducativas.
**(B)** emitir opiniões ou adotar práticas que demonstrem preconceito de origem, raça, gênero, orientação sexual, cor, idade, credo, deficiências e quaisquer outras formas de discriminação que possam perturbar o ambiente de trabalho ou causar constrangimento aos demais servidores, inclusive àquelas relacionadas a valores religiosos, culturais ou políticos.
**(C)** desempenhar, com tempestividade e profissionalismo, as atribuições que lhe forem cometidas, primando por zelo, prudência, honestidade e qualidade, não se eximindo de qualquer responsabilidade daí resultante.
**(D)** ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
**(E)** preservar o espírito de urbanidade, imparcialidade e cooperação no convívio funcional, de forma que preconceitos ou discriminações não venham a influir na objetividade e na exatidão de seu trabalho, proporcionando um ambiente ético, saudável e seguro.

**44.** É transgressão do Código de Ética do DEGASE:

**(A)** cometer e/ou se envolver em assédio moral vertical, horizontal ou ascendente; qualquer outra forma de assédio como a de gênero, racial, orientação sexual, religião, diversidade funcional, aparência, origem étnica e ideológica; ou qualquer outra pressão psicológica que venha a influenciar indevidamente a atuação do servidor.
**(B)** abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa na lei.
**(C)** agir de forma imparcial e cordial nos procedimentos correcionais ou em atividades conjuntas com outros órgãos públicos resguardando o sigilo das informações.
**(D)** comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público.
**(E)** ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos estaduais.

---

**45.** De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Crianças, os Estados Partes reconhecem que a educação da criança deverá estar orientada no sentido de determinadas diretrizes, salvo:

**(A)** desenvolver a personalidade, as aptidões e a capacidade mental e física da criança em todo o seu potencial.
**(B)** imbuir na criança o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, bem como aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.
**(C)** imbuir na criança o respeito aos seus pais, à sua própria identidade cultural, ao seu idioma e seus valores, aos valores nacionais do país em que reside, aos do eventual país de origem, e aos das civilizações diferentes da sua.
**(D)** preparar a criança para assumir uma vida responsável em uma sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena.
**(E)** imbuir na criança o desrespeito ao meio ambiente.

---

**46.** É correto afirmar, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90):

**(A)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá promover o arquivamento dos autos.
**(B)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá aplicar transação penal.
**(C)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá aplicar pena restritiva de direitos.
**(D)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá aplicar o *sursis.*
**(E)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá suspender condicionalmente o processo.

**47.** A análise dos pedidos encaminhados à Central de Vagas levará em consideração os seguintes critérios, exceto:

**(A)** Disponibilidade da vaga.
**(B)** Local do ato infracional e a proximidade familiar.
**(C)** Gravidade do ato infracional.
**(D)** Reiteração do ato infracional.
**(E)** Disponibilidade de vaga de acordo com a natureza da medida imposta, independente da separação entre vagas femininas e masculinas.

---

**48.** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990, não é crime praticado contra criança e adolescente:

**(A)** Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.
**(B)** Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual.
**(C)** Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público.
**(D)** Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.
**(E)** Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la.

---

**49.** Constitui infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/90), exceto:

**(A)** Deixar o responsável pelo estabelecimento ou o empresário de observar o que dispõe esta Lei sobre o acesso de criança ou adolescente aos locais de diversão, ou sobre sua participação no espetáculo.
**(B)** Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de efetuar imediato encaminhamento à autoridade judiciária de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção.
**(C)** Exibir filme, trailer, peça, amostra ou congênere classificado pelo órgão competente como inadequado às crianças ou adolescentes admitidos ao espetáculo.
**(D)** Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, bem como deixar de proceder aos testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido.
**(E)** Vender ou locar a criança ou adolescente fita de programação em vídeo, em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente.

---

**50.** Não faz parte dos princípios da Central de Vagas:

**(A)** Dignidade da pessoa humana.
**(B)** Lentidão e habitualidade da medida socioeducativa.
**(C)** Prioridade absoluta da criança e ao adolescente.
**(D)** Convivência familiar e comunitária.
**(E)** Temporalidade da medida socioeducativa.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**51.** Na elaboração de um documento oficial, um servidor precisa utilizar corretamente os pronomes de tratamento nos três momentos distintos da redação oficial. No endereçamento, ele insere as informações no envelope da correspondência. No vocativo, ele se dirige ao destinatário no início do documento, enquanto, no corpo do texto, pode utilizar o pronome de tratamento por extenso ou abreviado. Considerando essas regras, complete a frase a seguir com a alternativa adequada: Para redigir um ofício dirigido a um Ministro de Estado, o endereçamento correto deve iniciar com a expressão:

**(A)** A Sua Excelência o Senhor.
**(B)** Ao Excelentíssimo Senhor Ministro.
**(C)** A Vossa Excelência o Senhor Ministro de Estado.
**(D)** A Sua Senhoria o Senhor Ministro de Estado.
**(E)** Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado.

---

**52.** Ao solicitar informações a um órgão público, um cidadão deve seguir as diretrizes estabelecidas pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que regulamenta o direito constitucional de acesso a dados públicos. O procedimento de solicitação deve observar requisitos específicos, incluindo a forma de apresentação do pedido e as obrigações do órgão público no atendimento à solicitação. O pedido de acesso à informação deve conter:

**(A)** a fundamentação legal da solicitação e a comprovação de necessidade do dado requerido.
**(B)** a identificação do requerente e a especificação da informação solicitada.
**(C)** o reconhecimento prévio da autoridade pública sobre a legitimidade do pedido antes da resposta.
**(D)** o pagamento de uma taxa administrativa para análise da viabilidade do pedido.
**(E)** a indicação de um representante legal caso a informação solicitada seja de interesse coletivo.

---

**53.** As entidades da Administração Indireta possuem características distintas que as diferenciam, especialmente no que se refere à sua estrutura jurídica, regime de pessoal, financiamento e atividades desempenhadas. No contexto da Administração Pública brasileira, a entidade que possui personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, patrimônio próprio e atribuições específicas conferidas por lei, sendo criada para desempenhar atividades típicas do Estado, é a:

**(A)** Sociedade de economia mista.
**(B)** Autarquia.
**(C)** Fundação pública.
**(D)** Empresa pública.
**(E)** Orgão público.

**54.** No âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a família natural desempenha um papel fundamental na garantia do direito ao convívio familiar e na proteção integral da criança e do adolescente. Considerando o conceito de família natural, sua composição e seu papel na legislação, a relação jurídica entre seus membros e as obrigações decorrentes dessa estrutura familiar são caracterizadas da seguinte forma:

**(A)** o vínculo jurídico da família natural se estabelece exclusivamente por meio da filiação biológica, garantindo os direitos e deveres entre pais e filhos.
**(B)** a família natural pode ser formada exclusivamente pelos pais e seus filhos, não sendo reconhecida a possibilidade de um dos pais exercer a guarda.
**(C)** a família natural compreende a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, garantindo o direito à convivência familiar.
**(D)** o conceito de família natural inclui parentes próximos que convivem com a criança ou adolescente, desde que comprovado o vínculo afetivo.
**(E)** a guarda e a tutela são prerrogativas exclusivas da família natural, não podendo ser exercidas por terceiros sem vínculo de filiação biológica.

---

**55.** A efetivação do direito à convivência familiar e comunitária, assegurado no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes, requer um conjunto de estratégias que envolvem diferentes políticas públicas. Um dos desafios centrais desse plano é garantir que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade não sejam afastados do convívio familiar sem antes esgotar todas as possibilidades de apoio à família de origem. Entre as medidas previstas para fortalecer esse direito, destaca-se:

**(A)** a priorização de ações que afastem crianças e adolescentes da família de origem sempre que identificada situação de vulnerabilidade social.
**(B)** a substituição do acolhimento institucional por programas de internação compulsória para crianças e adolescentes em situação de risco.
**(C)** a ampliação da adoção internacional como principal alternativa para crianças em situação de vulnerabilidade.
**(D)** a implementação de programas de apoio psicossocial às famílias para garantir a manutenção da criança ou adolescente em seu ambiente familiar e comunitário.
**(E)** o incentivo ao acolhimento institucional como estratégia prioritária de proteção integral, reduzindo o tempo de permanência no ambiente familiar.

**56.** A efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal exige a atuação estatal para garantir condições dignas de vida à população. No contexto da seguridade social, do direito ao trabalho e das garantias fundamentais aos trabalhadores, a previsão constitucional assegura que:

**(A)** a organização da seguridade social é baseada exclusivamente nas contribuições previdenciárias recolhidas dos trabalhadores e empregadores.
**(B)** o direito ao salário mínimo nacionalmente unificado pode ser alterado por negociação coletiva, desde que haja consenso entre patrões e empregados.
**(C)** o direito à assistência social depende de contribuição prévia do beneficiário, sendo concedido apenas aos segurados do sistema previdenciário.
**(D)** a Constituição estabelece que o seguro-desemprego pode ser concedido apenas uma vez para cada trabalhador ao longo de sua vida laboral.
**(E)** a seguridade social compreende a saúde, a previdência e a assistência social, garantindo direitos independentemente de contribuição prévia.

---

**57.** A organização do Estado brasileiro é regida por princípios e normas estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Entre os entes federativos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia político-administrativa, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição. No entanto, essa autonomia não é absoluta, sendo regulada por competências privativas, concorrentes e suplementares. Considerando o exposto, é correto afirmar que:

**(A)** a União pode intervir nos Estados e no Distrito Federal para manter a integridade nacional, repelir invasão estrangeira e reorganizar as finanças de um Estado em grave crise.
**(B)** os Estados possuem autonomia legislativa irrestrita, podendo editar normas sobre qualquer matéria, desde que não contrariem princípios fundamentais da Constituição.
**(C)** o Distrito Federal possui características híbridas, acumulando competências dos Estados e Municípios, e pode ser subdividido em unidades administrativas equivalentes a municípios.
**(D)** os Territórios Federais possuem autonomia político-administrativa semelhante à dos Estados e são regidos por Constituição própria.
**(E)** os Estados podem criar territórios estaduais dentro de seus limites, desde que aprovem tal medida por meio de plebiscito.

**58.** Ao tomar posse, o Presidente da República assume uma série de atribuições fundamentais para o funcionamento do Poder Executivo. Entre essas atribuições, destaca-se a responsabilidade de nomear Ministros de Estado, sancionar e vetar leis, além de exercer a chefia suprema das Forças Armadas. No entanto, o exercício dessas funções deve estar em conformidade com a Constituição Federal, respeitando as competências dos demais poderes e garantindo a estabilidade institucional do país. Considerando as atribuições do Presidente da República previstas na Constituição, é correto afirmar que:

**(A)** a nomeação dos Ministros de Estado depende de aprovação prévia do Congresso Nacional e ocorre exclusivamente por indicação da maioria dos parlamentares.
**(B)** o Presidente da República pode conceder indulto e comutar penas, desde que respeitados os limites constitucionais e os princípios fundamentais do ordenamento jurídico.
**(C)** a sanção de projetos de lei pelo Presidente da República é uma competência exclusiva do Chefe do Executivo, não havendo possibilidade de o Congresso Nacional se manifestar sobre o veto presidencial.
**(D)** a nomeação de Comandantes das Forças Armadas ocorre de forma discricionária pelo Presidente da República, sem a necessidade de observar critérios técnicos ou constitucionais.
**(E)** o Presidente da República possui competência para decretar estado de sítio e estado de defesa, podendo fazê-lo unilateralmente sem necessidade de consulta ao Congresso Nacional.

---

**59.** A organização do Poder Judiciário no Brasil segue princípios e normas estabelecidos na Constituição Federal, garantindo a independência e a autonomia dos seus órgãos. Nesse contexto, a estrutura do Poder Judiciário é composta por diferentes instâncias e competências, sendo fundamental compreender a função e as atribuições de cada órgão para assegurar a aplicação da justiça de forma eficaz. Assinale a alternativa correta sobre as competências e a estrutura do Poder Judiciário conforme disposto na Constituição Federal.

**(A)** O Supremo Tribunal Federal possui competência exclusiva para processar e julgar crimes comuns praticados por Governadores dos Estados.
**(B)** O Conselho Nacional de Justiça é um órgão de natureza administrativa, responsável pelo controle interno dos tribunais e pelo julgamento de recursos constitucionais.
**(C)** O Superior Tribunal de Justiça tem a atribuição de uniformizar a interpretação da legislação federal em todo o território nacional.
**(D)** O Tribunal Superior do Trabalho tem competência para julgar ações que envolvam conflitos entre entes federativos e a União.
**(E)** O Conselho Nacional de Justiça tem competência para julgar magistrados em matéria penal, podendo aplicar sanções privativas de liberdade.

**60.** O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) exerce funções fundamentais para garantir o controle administrativo e disciplinar do Poder Judiciário, sem comprometer a autonomia dos tribunais. No contexto de suas atribuições constitucionais, destacam-se a necessidade de assegurar a transparência e a eficiência da atividade jurisdicional, incluindo medidas de fiscalização e regulamentação. Dessa forma, é correto afirmar que:

**(A)** o CNJ possui competência para rever decisões judiciais transitadas em julgado, atuando como instância recursal superior.
**(B)** o CNJ tem autonomia para determinar a remoção, disponibilidade ou aposentadoria de magistrados sem a necessidade de processo administrativo disciplinar.
**(C)** a atuação do CNJ se limita à esfera administrativa, sendo vedado estabelecer diretrizes sobre a gestão orçamentária dos tribunais.
**(D)** o CNJ tem competência para zelar pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos normativos e recomendações para aprimorar a administração da Justiça.
**(E)** a fiscalização do CNJ abrange o Ministério Público, estendendo sua atuação ao controle disciplinar dos membros desse órgão.

---

**61.** A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Organização das Nações Unidas e promulgada no Brasil pelo Decreto nº 99.710/1990, estabelece diretrizes fundamentais para a proteção, promoção e garantia dos direitos da criança. Considerando os princípios e obrigações previstas no documento, a aplicação dos direitos da criança deve ser assegurada por todos os Estados Partes, garantindo que nenhuma criança seja privada de seus direitos, independentemente de sua condição. Um dos princípios fundamentais da Convenção estabelece que:

**(A)** a criança pode ser separada de seus pais por razões econômicas, desde que se garanta a manutenção do seu bem-estar e sustento.
**(B)** os Estados devem garantir o direito da criança de expressar livremente sua opinião, desde que em conformidade com a vontade de seus responsáveis legais.
**(C)** todas as crianças têm direito à educação primária gratuita, cabendo aos pais decidirem se desejam matriculá-las na escola.
**(D)** nenhuma criança poderá ser privada de sua nacionalidade se nascer no território de um Estado Parte, salvo em casos de segurança nacional.
**(E)** os Estados devem assegurar que a adoção da criança tenha sempre como princípio fundamental o interesse superior da criança.

**62.** O Plano de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro, instituído pelo Decreto nº 42.715/2010, estabelece diretrizes e ações voltadas para o atendimento de adolescentes em conflito com a lei, garantindo direitos fundamentais e promovendo a reinserção social. Nesse contexto, é essencial considerar os princípios norteadores desse plano e sua aplicação prática no sistema socioeducativo do estado. As diretrizes do Plano de Atendimento Socioeducativo estabelecem que:

**(A)** a descentralização da gestão do atendimento socioeducativo possibilita maior participação dos municípios na implementação de medidas socioeducativas em meio aberto.
**(B)** a privação de liberdade do adolescente deve ser priorizada como meio eficaz de responsabilização e ressocialização no âmbito do atendimento socioeducativo.
**(C)** a implementação do Plano de Atendimento Socioeducativo é de responsabilidade exclusiva do governo estadual.
**(D)** o Plano de Atendimento Socioeducativo do Rio de Janeiro estabelece que as medidas socioeducativas devem ser cumpridas prioritariamente em regime fechado.
**(E)** a política de atendimento socioeducativo no estado deve garantir a intersetorialidade entre diferentes áreas como educação, saúde e assistência social, mas sem a necessidade de articulação entre os entes federativos.

---

**63.** Em uma determinada cidade, a prefeitura determinou a interdição temporária de um parque público para a realização de obras de segurança estrutural, justificando que havia risco de acidentes. No entanto, os frequentadores do local alegaram que a interdição total era excessiva, pois apenas uma pequena área apresentava problemas estruturais. Considerando as limitações do poder de polícia e os princípios que regem sua aplicação, a medida adotada pela prefeitura deve:

**(A)** ser mantida integralmente, pois a administração pública possui ampla discricionariedade para restringir direitos individuais sem necessidade de justificativa detalhada.
**(B)** ser revogada, pois qualquer limitação ao exercício de direitos individuais é inconstitucional e contrária ao interesse público.
**(C)** ser ajustada para atender ao princípio da proporcionalidade, limitando a interdição apenas às áreas diretamente afetadas, evitando restrições desnecessárias aos cidadãos.
**(D)** ser substituída por uma proibição permanente do acesso ao parque, pois a segurança deve prevalecer sobre qualquer outro critério na gestão pública.
**(E)** ser aplicada de forma irrestrita, uma vez que o poder de polícia permite ao Estado restringir direitos sempre que considerar necessário, sem limites objetivos.

**64.** A Administração Pública, ao exercer suas funções, baseia-se em atributos que conferem aos atos administrativos características específicas. Um desses atributos garante que os atos administrativos possam ser executados diretamente pela Administração, sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário, desde que expressamente previsto em lei ou em situações emergenciais que exijam pronta intervenção estatal. Esse atributo é denominado:

**(A)** Imperatividade.
**(B)** Presunção de legitimidade e veracidade.
**(C)** Tipicidade.
**(D)** Autoexecutoriedade.
**(E)** Discricionariedade.

---

**65.** João, servidor público civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, ocupante de cargo efetivo, foi informado sobre as possíveis causas que podem levar à vacância de seu cargo, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 220/1975 e no Decreto nº 2.479/1979. Dentre as situações apresentadas, a que caracteriza uma movimentação funcional sem gerar vacância do cargo é:

**(A)** Exoneração a pedido do servidor.
**(B)** Demissão por processo administrativo disciplinar.
**(C)** Transferência para outro cargo de denominação diversa.
**(D)** Aposentadoria voluntária ou compulsória.
**(E)** Remoção para outra unidade administrativa dentro do mesmo órgão.

---

**66.** Diante da apreensão de adolescentes, os primeiros contatos com aplicadores da lei são cruciais para evitar danos e garantir os direitos fundamentais desses jovens. De acordo com as Regras de Beijind, a administração desses contatos deve considerar os seguintes princípios:

**(A)** A notificação imediata do responsável e a avaliação rápida da liberação são medidas prioritárias na abordagem inicial.
**(B)** O uso de linguagem dura e medidas coercitivas podem ser necessários para reforçar a autoridade dos agentes da lei.
**(C)** O adolescente deve ser mantido sob custódia até que a autoridade judicial determine a sua liberação.
**(D)** A notificação dos responsáveis pode ser adiada caso haja dificuldades operacionais na comunicação imediata.
**(E)** A regra de "evitar danos" limita-se ao impedimento de agressões físicas diretas.

**67.** O sistema prisional deve ser administrado de forma a garantir a dignidade dos presos, respeitando princípios fundamentais estabelecidos nas Regras de Mandela. Considerando as disposições dessas regras, a adoção de medidas disciplinares e sanções devem ser feitas de forma criteriosa, observando limites e garantias específicas para evitar abusos. Diante desse contexto, a imposição de confinamento solitário para presos em situação de vulnerabilidade:

**(A)** pode ser aplicada a critério da administração penitenciária, bastando haver justificativa fundamentada.
**(B)** é expressamente proibida para presos com deficiência mental ou física que possa ser agravada pela medida.
**(C)** é permitida por período indefinido, desde que justificada por razões disciplinares.
**(D)** deve ser utilizada como medida de punição padrão para atos de indisciplina recorrentes.
**(E)** Pode ser imposta como pena principal em sentenças judiciais relacionadas a crimes violentos.

---

**68.** A formação profissional e a oferta de trabalho para jovens privados de liberdade devem estar alinhadas a princípios que garantam sua dignidade e reintegração à sociedade. Nesse sentido, a estruturação dos programas de trabalho dentro dos centros de detenção deve observar diretrizes específicas, assegurando que os jovens tenham oportunidades reais de aprendizado e desenvolvimento profissional. Assim, a organização do trabalho dentro desses centros deve:

**(A)** subordinar a formação profissional dos jovens à necessidade de geração de receita para o centro de detenção.
**(B)** priorizar trabalhos voltados ao atendimento de demandas internas do centro, sem necessidade de conexão com o mercado de trabalho externo.
**(C)** ser pautada em atividades que ofereçam capacitação produtiva e remunerada, promovendo a reinserção social e respeitando normas trabalhistas.
**(D)** restringir a participação dos jovens em atividades de trabalho remunerado, priorizando cursos teóricos dentro do centro de detenção.
**(E)** enfatizar exclusivamente a formação acadêmica, sem necessidade de estímulo a práticas laborais dentro do centro.

**69.** A Lei nº 9.455/1997 define e tipifica o crime de tortura, estabelecendo penalidades para seus praticantes e determinando suas consequências legais. Considerando as disposições dessa norma, verifica-se que a prática desse crime pode ensejar punições específicas, bem como desdobramentos em outras esferas do direito. Sobre essa Lei, é correto afirmar que:

**(A)** o crime de tortura previsto na lei pode ser praticado apenas por agentes públicos.
**(B)** a condenação pelo crime de tortura impede o condenado de exercer cargo público pelo período de até cinco anos após o cumprimento da pena.
**(C)** a pena prevista para o crime de tortura é reduzida se houver confissão espontânea do acusado antes da sentença condenatória.
**(D)** a condenação pelo crime de tortura acarreta a perda do cargo, função ou emprego público, além da interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
**(E)** a Lei nº 9.455/1997 classifica o crime de tortura como de menor potencial ofensivo, permitindo a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.

---

**70.** No âmbito da Lei nº 13.460/2017, o papel das ouvidorias públicas se destaca como fundamental para assegurar a participação social e a transparência nos serviços prestados à população. Em um município que busca aprimorar sua gestão pública, a administração decide instituir mecanismos para fortalecer a atuação da ouvidoria municipal. Para garantir a plena conformidade com a legislação, a iniciativa adotada deve observar que:

**(A)** o atendimento da ouvidoria deve restringir-se ao recebimento de reclamações, cabendo a outros órgãos a mediação de conflitos e a proposição de melhorias nos serviços públicos.
**(B)** a ouvidoria deve atuar exclusivamente como canal receptor de manifestações, sem competência para sugerir alterações em normativas ou processos administrativos internos.
**(C)** o encaminhamento das manifestações recebidas pela ouvidoria deve ser direcionado apenas aos órgãos diretamente envolvidos, não cabendo à ouvidoria acompanhar as providências adotadas.
**(D)** a ouvidoria pode recusar-se a analisar manifestações que versem sobre serviços públicos concedidos a entidades privadas, pois sua competência limita-se aos órgãos estatais diretos.
**(E)** a ouvidoria tem o dever de receber, analisar e encaminhar manifestações, além de acompanhar as providências adotadas pelos órgãos competentes e sugerir medidas para a melhoria da prestação dos serviços públicos.

# PROVA DE REDAÇÃO

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. As respostas deverão conter a extensão mínima de **20 (vinte)** linhas, e máxima de **30 (trinta)** linhas para os textos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova de redação.
- A prova de redação consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo, com base em temas formulados pela Banca Examinadora, dos quais o candidato escolherá apenas 1 (um) sobre o qual deverá elaborar seu texto.

Recentemente, duas leis foram sancionadas, suscitando grandes debates sociais: a Lei 14.811/2024 que criminaliza o *bullying* e o *cyberbullying* no Brasil e a Lei 15.100/2025 que veta o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante aulas, recreios e intervalos em todas as etapas da educação básica brasileira. Diante das discussões que ambas as leis acarretaram, leia os textos motivadores a seguir e escolha uma das propostas (Tema 1 ou 2) para redigir um texto dissertativo-argumentativo, em no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas.

**PROPOSTA I**

## TEXTOS MOTIVADORES

**Texto I**

### SANCIONADA LEI QUE CRIMINALIZA *BULLYING* E AMPLIA PUNIÇÃO PARA CRIME CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTES

Foi sancionada a Lei 14.811/2024 que estabelece medidas para reforçar a proteção de crianças e adolescentes contra a violência, principalmente nos ambientes educacionais. A nova legislação criminaliza, por exemplo, as práticas de *bullying* e *cyberbullying*, transformando também em crimes hediondos vários atos cometidos contra crianças e adolescentes.

A norma inclui a tipificação das duas práticas no Código Penal. *Bullying* (intimidação sistemática) é definido como "intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação, ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais". A pena é de multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

Já o *cyberbullying* é classificado como intimidação sistemática por meio virtual. Se for realizado por meio da Internet, rede social, aplicativos, jogos on-line ou transmitida em tempo real, a pena será de reclusão de dois a quatro anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

A Lei 13.185, de 2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, já prevê a figura do *bullying*, mas não estabelecia punição específica para esse tipo de conduta, apenas obrigava escolas, clubes e agremiações recreativas a assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática.

Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/15/sancionada-lei-que-criminaliza-bullying-e-amplia-punicao-para-crime-contra-crianca. Acesso em: 15 fev. 2025.

**Texto II**

**VOCÊ NUNCA SABE O QUE SE PASSA ATRÁS DA TELA**

*Não se esconda nela para fazer mal a alguém*

Disponível em: https://www.facebook.com/governodorio/photos/a.10150100100236029/10157484667866029/?type=3. Acesso em: 15 fev. 2025.

**PROPOSTA DE REDAÇÃO TEMA 1**

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "**Medidas para o combate ao *bullying* nas escolas brasileiras**", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

**PROPOSTA II**

## TEXTOS MOTIVADORES

**Texto I**

### SANCIONADA LEI QUE PROÍBE O USO DE CELULAR EM ESCOLAS

*Proibição vale para educação infantil e ensinos fundamental e médio de escolas públicas e particulares*

O presidente da República sancionou a Lei 15.100/25 que proíbe alunos de usarem telefone celular e outros aparelhos eletrônicos portáteis em escolas públicas e particulares, inclusive no recreio e intervalo entre as aulas. A proibição vale para a educação infantil e os ensinos fundamental e médio.

Fica permitido usar o celular em situações de estado de perigo, de necessidade ou caso de força maior; para garantir direitos fundamentais; para fins estritamente pedagógicos; e para garantir acessibilidade, inclusão, e atender às condições de saúde dos estudantes.

A nova lei determina que as escolas elaborem estratégias para tratar da saúde mental dos alunos da educação básica, apresentando a eles informações sobre riscos, sinais e prevenção do sofrimento psíquico, incluindo o uso imoderado dos celulares.

As redes de ensino também deverão oferecer treinamentos periódicos para detecção, prevenção e abordagem de sinais sugestivos de sofrimento mental, e efeitos danosos do uso excessivo das telas e aparelhos celulares.

Os estabelecimentos de ensino deverão disponibilizar ainda espaços de escuta e acolhimento para receber alunos e funcionários que estejam em sofrimento psíquico, principalmente decorrente do uso imoderado de telas.

Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1126717-sancionada-lei-que-proibe-o-uso-de-celular-em-escolas/. Acesso em: 15 fev. 2025.

**Texto II**

Disponível em: https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/24689-tirinhas-26-4. Acesso em: 16 fev. 2025.

## PROPOSTA DE REDAÇÃO TEMA 2

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "**A importância da regulamentação do uso de telas em ambiente escolar**", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

## *RASCUNHO*

# GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
# SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
# DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS – DEGASE
# CONCURSO PÚBLICO

## NÍVEL MÉDIO

# 301 – AGENTE ADMINISTRATIVO
# TIPO B

Frase: **Boa atitude gera bons resultados.**
(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)

### SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **70 (setenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova de redação;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova de redação.

### TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova de redação para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

### NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

### INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e a prova de redação para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

**PREENCHA MANUALMENTE:**

IDECAN

**INSCRIÇÃO**

**NOME COMPLETO**

## CONHECIMENTOS COMUNS

## Língua Portuguesa

### FÓSSEIS DESCOBERTOS NA CHINA PODEM REESCREVER A HISTÓRIA HUMANA; ENTENDA

Arqueologistas encontraram restos de hominídeos arcaicos que viveram entre 300 mil e 100 mil anos atrás.

Um conjunto de fósseis com características humanas encontrado na China tem intrigado cientistas há décadas, desafiando explicações ou categorizações.

Os fragmentos de crânio, dentes, mandíbulas e outros restos descobertos em diferentes locais do país são claramente vestígios de hominídeos arcaicos — nome formal para espécies da linhagem humana — que viveram entre 300 mil e 100 mil anos atrás.

Christopher Bae, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.

Ele e sua colega Wu Xiujie, professora sênior do Instituto de Paleontologia e Paleoantropologia de Vertebrados em Pequim, agora sugerem que pode ser hora de reconhecer formalmente um hominídeo antigo anteriormente desconhecido, e propuseram o reconhecimento oficial de uma nova espécie para a ciência. (IT)

A característica mais marcante deste ancestral humano anteriormente desconhecido? Um cérebro extremamente grande, maior que o de nossa espécie, *Homo sapiens*, o único hominídeo sobrevivente. A característica se reflete no nome proposto para a espécie, revelado por Bae e Wu em um artigo de novembro publicado na revista científica Nature Communications: *Homo juluensis*, uma referência a "ju lu", que significa cabeça grande em chinês.

"Seus crânios são realmente muito, muito grandes, você sabe, a capacidade craniana estimada é de 1.700, 1.800 centímetros cúbicos", disse Bae. "Temos uma capacidade mínima de cerca de 1.350 cc, em média, somos cerca de 1.450 cc. Não é uma ordem de magnitude maior, mas é muito mais robusto".

A proposta está gerando controvérsia entre paleoantropólogos, e alguns cientistas discordam sobre se o novo agrupamento se eleva ao nível de uma nova espécie. Mas, se a análise de Bae e Wu estiver correta, esses fósseis podem conter a chave para resolver um dos maiores mistérios da evolução humana: um quebra-cabeça que começou com a descoberta de um osso de dedo mindinho na Caverna Denisova, nas Montanhas Altai, no sul da Sibéria.

A análise de DNA desse pequeno fóssil levou à descoberta em 2010 de que ele representava uma população humana antiga distinta, que os cientistas chamaram de denisovanos. Muitas pessoas vivas hoje carregam traços do DNA denisovano, mas — como os fósseis desses ancestrais extintos ainda são poucos — os especialistas em origens humanas ainda não sabem exatamente como eles eram, onde viviam ou por que desapareceram.

Os restos chineses difíceis de classificar incluem 21 fósseis encontrados na década de 1970 no sítio de Xujiayao (Houjiayao), localizado na fronteira das províncias de Shanxi e Hebei, no norte da China. Os espécimes representam 16 indivíduos que viveram entre 200 mil e 160 mil anos atrás.

Muitos desses fósseis haviam sido negligenciados porque, quando foram descobertos pela primeira vez nas décadas de 1970 e 1980, as crenças comuns sobre as origens humanas eram vastamente diferentes das teorias atuais.

Na época, muitos paleoantropólogos pensavam que as populações humanas atuais evoluíram regionalmente de hominídeos arcaicos como o *Homo erectus*, que deixou a África há cerca de 2 milhões de anos. Com efeito, esse modelo científico conhecido como multirregionalismo, agora amplamente rejeitado, sugeria que havia apenas uma espécie de hominídeo que evoluiu ao longo do tempo para se tornar *Homo sapiens*.

Nesse cenário, os fósseis de Xujiayao e outros com características incomuns descobertos na China foram classificados como intermediários entre hominídeos mais primitivos, como o *Homo erectus*, e os mais modernos. O modelo científico multirregional, que sugeria raízes ancestrais distintas para o povo chinês, alinhava-se com sentimentos nacionalistas e já foi particularmente enraizado entre acadêmicos chineses (...).

"Os Denisovanos não têm um nome taxonômico formal intencionalmente porque há uma falta de material comparativo para nomear uma nova espécie", explicou McCrae. "Isso é bom por um lado porque dá tempo ao campo para descobrir mais evidências fósseis dos Denisovanos antes de nomear uma nova espécie, mas é ruim por outro lado porque deixa esses importantes fósseis 'disponíveis' para que pessoas atribuam prematuramente um nome taxonômico."

Existe esperança entre alguns paleoantropólogos de que, quando os Denisovanos receberem um nome formal de espécie, "ele reflita o local tipo da Caverna Denisova e o agora ubíquo nome coloquial 'Denisovanos'", disse McCrae, admitindo que "não há garantia de que isso acontecerá."

O período está repleto de hominídeos fósseis que morfologicamente são "um tanto confusos", acrescentou ele. Alguns parecem distintos, mas alguns têm características Neandertais, e outros têm características do *Homo sapiens*, e muitos têm ambas, disse McCrae.

"Dividir prematuramente os fósseis em espécies poderia obscurecer a verdadeira história do que está acontecendo no mundo neste momento, e é, de uma perspectiva logística, muito difícil voltar atrás em uma decisão uma vez que os nomes das espécies são divulgados, independentemente de haver bom suporte para isso ou não", disse ele.

Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/fosseis-descobertos-na-china-podem-reescrever-a-historia-humana-entenda/.
Acesso em: 14 fev. 2025.

**1.** Fundamentado na leitura atenta do texto apresentado, pode-se inferir que:

**(A)** A escassez de material comparativo dos "Denisovanos" é algo favorável tendo em vista que isso permite aos estudiosos escolherem com melhor nome taxonômico para esse novo tipo de hominídeo.
**(B)** Arqueólogos descobriram fósseis de hominídeos contemporâneos na China, datados de 300 mil a 100 mil anos atrás, com cérebros maiores que os dos humanos modernos, o que indica, perante a comunidade científica, que tais seres compõem uma nova espécie.
**(C)** Por ser considerada uma espécie extinta, não há nenhum outro vestígio dos "Denisovanos" no mundo atual além daqueles encontrados pelos pesquisadores.
**(D)** A descoberta pode ajudar a desvendar mistérios sobre a evolução humana, como a relação com os Denisovanos, um grupo humano antigo conhecido por seu DNA encontrado na Sibéria, e com uma vastidão de fósseis identificados.
**(E)** Os chineses tinham especial apreço pelo multirregionalismo, pelo fato de que essa teoria se alinhava com princípios patrióticos que compunham o arcabouço intelectual dos estudiosos, uma vez que essa teoria apresentava o povo chinês vindo de uma linhagem diferente.

---

**2.** Mantém a concordância verbal a alternativa apresentada:

**(A)** A descoberta dos fósseis chineses reacenderam debates sobre a complexa história da evolução humana e a possível ligação com os misteriosos Denisovanos, o qual ainda não alcançaram a categoria de espécie.
**(B)** Cientistas propõem o reconhecimento formal de uma nova espécie de hominídeo, o *Homo Juluensis*, cujos fósseis se destacam por um cérebro surpreendentemente grande, ainda maior que o do *Homo sapiens*.
**(C)** A proposta de uma nova espécie, *Homo Juluensis*, baseia-se na reanálise de fósseis chineses negligenciados, dentre o qual se inclui os de Xujiayao, que anteriormente foram interpretados dentro do modelo multirregional hoje rejeitado.
**(D)** O mistério dos Denisovanos pode se relacionar em parte com o conjunto de fósseis que foram encontrados na China recentemente, mas ainda há muito trabalho a ser feito antes que sejam tomada qualquer decisão.
**(E)** Arqueólogos encontraram na China fósseis de hominídeos arcaicos com características humanas intrigantes, datadas entre 300 mil e 100 mil anos atrás, o qual desafia as categorizações científicas existentes.

**3.** É acentuada pelo mesmo motivo que "ubíquo" a seguinte palavra:

**(A)** Evoluíram.
**(B)** Cúbicos.
**(C)** Fóssil.
**(D)** Crânio.
**(E)** África.

---

**4.** Entendendo a divisão silábica, também conhecida como separação silábica, como a ação de segmentar uma palavra em suas sílabas constituintes, pode-se identificar a opção que atende à definição como sendo:

**(A)** Na-ci-o-na-lis-tas, en-ra-i-za-dos, dis-po-ní-veis.
**(B)** Mul-ti-rre-gio-na-lis-mo, ar-cai-cos, e-vo-lu-iu.
**(C)** In-de-pen-den-te-men-te, ob-scu-re-cer, te-o-ri-as.
**(D)** Na-cio-na-lis-tas, ho-mi-ní-deos, teo-rias.
**(E)** En-rai-za-dos, obs-cu-re-cer, ho-mi-ní-de-os.

---

**5.** A palavra "paleoantropólogos", essencial para o contexto do texto sobre a descoberta de fósseis na China, é formada pela combinação de elementos morfológicos de origem grega. Sobre ela, é correto afirmar:

**(A)** Vem do latim "paleo" (terra), "antropus" (gente) e "logos" (conhecimento), significando as pessoas que possuem conhecimento sobre a gente da terra antiga.
**(B)** Deriva da junção de "paleo-" (pálido), "antropos" (caverna) e "-logos" (discurso), designando os especialistas que discursam sobre os fósseis encontrados em cavernas escuras.
**(C)** Composta pelos radicais "paleo-" (pedra), "antropo-" (humano) e "-logos" (ciência), referindo-se aos cientistas que estudam a ciência dos humanos da idade da pedra.
**(D)** Combina "paleo-" (velho), "antro-" (interior) e "-logos" (registro), descrevendo aqueles que realizam o registro do interior de fósseis muito velhos.
**(E)** Combina os radicais "paleo-" (antigo), "antropo-" (homem/humano) e "-logos" (estudo/ciência), indicando os profissionais que se dedicam ao estudo científico dos seres humanos antigos e da sua evolução.

---

**6.** Assinale a alternativa que contém advérbio corretamente identificado.

**(A)** "Um cérebro extremamente grande, maior que o de nossa espécie, *Homo sapiens*, o único hominídeo **sobrevivente**".
**(B)** "Ele representava uma população humana **antiga** distinta, que os cientistas chamaram de denisovanos".
**(C)** "Esse modelo científico conhecido como multirregionalismo, **agora** amplamente rejeitado, sugeria que havia apenas uma espécie".
**(D)** "Os Denisovanos não têm um nome taxonômico **formal** intencionalmente porque há uma falta de material comparativo para nomear uma nova espécie".
**(E)** "Os restos chineses difíceis de classificar incluem 21 fósseis **encontrados** na década de 1970 no sítio de Xujiayao (Houjiayao), localizado na fronteira das províncias".

**7.** "Christopher Bae, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar."

Considere o trecho extraído do texto, caso trocássemos o nome do professor Christopher Bae pelo da sua colega, "Wu Xiujie". Identifique qual das seguintes opções apresenta a adaptação com a concordância nominal correta.

**(A)** Wu Xiujie, professora do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseada em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
**(B)** Wu Xiujie, professora do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
**(C)** Wu Xiujie, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseada em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
**(D)** Wu Xiujie, professora do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre as cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
**(E)** Wu Xiujie, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre as cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.

---

**8.** Sabe-se que a sílaba tônica é aquela com alta intensidade na pronúncia e que há somente uma por palavra. Inerente a estes fundamentos, assinale a alternativa que indica a palavra e sua classificação junto a posição da sílaba tônica.

**(A)** Incluem, oxítona.
**(B)** Magnitude, paroxítona.
**(C)** Pequim, proparoxítona.
**(D)** Extinto, oxítona.
**(E)** Populações, paroxítona.

---

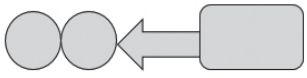
**9.** "Os fragmentos de crânio, dentes, mandíbulas e outros restos descobertos em diferentes locais do país são claramente vestígios de hominídeos arcaicos"

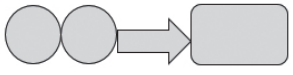
O segmento acima destacado do texto pode ser representado pela seguinte estrutura acompanhando a ordem de símbolos:

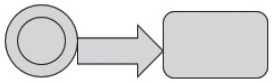
**(A)** O=Np(pndn+dn)d(p(dn(pdn))))→Q
**(B)** O=dN(pndn+pn)p(p(dn(pdn)))→Q
**(C)** O=dN(p(nnn+dn)d(p(dn(pdn)))→Q
**(D)** O=dNp(nnn+dn)d(n(n(d)))→Q
**(E)** O=dN(d(pndn+nn)n(p(dn(pdn))))→Q

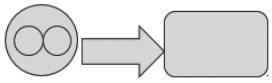
---

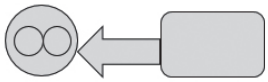
**10.** "Christopher Bae, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar."
Assinale a alternativa que indique corretamente como o período acima deve ser representado graficamente.

**(A)** 

**(B)** 

**(C)** 

**(D)** 

**(E)** 

## Raciocínio Lógico Matemático

**11.** Em um jogo de tabuleiro, Alice e Theo começam com o mesmo número de peças. Na primeira rodada, Alice perde um terço de suas peças para Theo. Na segunda rodada, Theo perde metade de suas peças para Alice. Na terceira rodada, Alice perde três quartos de suas peças para Theo. Após essas três rodadas, Theo tem 150 peças. Determine quantas peças Alice tinha inicialmente.

**(A)** 105.
**(B)** 60.
**(C)** 75.
**(D)** 80.
**(E)** 90.

**12.** Em uma corrida de revezamento, quatro atletas devem percorrer um percurso cada vez maior. O primeiro corre 100 metros, o segundo corre 150 metros, o terceiro corre 225 metros e o quarto corre 325 metros. Assinale quantos metros o sexto atleta deverá correr.

**(A)** 600.
**(B)** 450.
**(C)** 475.
**(D)** 525.
**(E)** 575.

**13.** Um arquiteto está projetando telhados para duas casas de formatos semelhantes, mas em escalas diferentes. O telhado da casa menor tem uma área de 27 m², e os comprimentos das vigas do telhado da casa maior são 5/3 do tamanho das vigas da casa menor. Sabendo que os telhados têm o mesmo formato geométrico, calcule qual será a área do telhado da casa maior.

**(A)** 90 m².
**(B)** 45 m².
**(C)** 54 m².
**(D)** 75 m².
**(E)** 80 m².

**14.** Três costureiras, trabalhando 6 horas por dia durante 5 dias, conseguem produzir 90 peças de roupa. Se forem 5 costureiras, trabalhando 8 horas por dia durante 6 dias, calcule quantas peças de roupa elas conseguirão produzir, mantendo o mesmo ritmo de trabalho.

**(A)** 360 peças.
**(B)** 120 peças.
**(C)** 240 peças.
**(D)** 260 peças.
**(E)** 300 peças.

**RASCUNHO**

**15.** Em uma escola, 42 alunos estudam inglês, 30 alunos estudam espanhol, e 15 alunos estudam ambos os idiomas. Sabendo que todos os alunos estudam pelo menos um dos dois idiomas, assinale quantos alunos há na escola.

**(A)** 77.
**(B)** 57.
**(C)** 62.
**(D)** 67.
**(E)** 72.

**RASCUNHO**

## Noções de Direitos Humanos

**16.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 217 A (III), em 10 de dezembro de 1948, foi um documento construído por vários países em resposta às violações de direito sofridas nas duas grandes guerras mundiais. Sendo considerada um marco na história dos direitos humanos, é correto afirmar que a DUDH dispõe como preceito fundamental que:

**(A)** A liberdade de professar a própria religião ou as próprias crenças estará sujeita, unicamente, às limitações prescritas pela lei e necessárias para proteger a segurança, a ordem, a moral, a saúde pública ou os direitos e liberdades fundamentais dos demais.
**(B)** Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.
**(C)** Ninguém poderá ser submetido à tortura, nem a penas ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes. Será proibido, sobretudo, submeter uma pessoa, sem seu livre consentimento, a experiências médicas ou científicas.
**(D)** Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
**(E)** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

**17.** O art. 24 da Convenção sobre os direitos das crianças dispõe que os Estados Partes garantirão a plena aplicação dos direitos de saúde e dos serviços destinados ao tratamento das doenças e à recuperação da saúde, envidando esforços para adotar medidas apropriadas que:

**(A)** desenvolvam a assistência médica preventiva, a orientação aos pais e a educação e serviços de planejamento familiar.
**(B)** assegurem às mães adequada assistência médica no pós-natal, que é o momento em que a criança chega ao mundo.
**(C)** assegurem a prestação de assistência médica e cuidados sanitários necessários a todas as crianças, dando ênfase aos cuidados mais graves e custosos de saúde.
**(D)** desenvolvam a assistência médica curativa, a orientação aos pais e a educação e serviços de planejamento familiar.
**(E)** promovam e incentivem a cooperação entre os estados e municípios do país com vistas a lograr, progressivamente, a plena efetivação do direito reconhecido.

**18.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais são documentos que discorrem sobre os direitos humanos de maneira universal, abrangendo todas as pessoas, independentemente de credo, gênero ou etnia. Nos termos da Constituição Federal de 1988, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

**(A)** serão equivalentes à lei ordinária, ainda que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, porque são normas criadas fora do território brasileiro e por esse motivo não podem ter natureza de emenda constitucional.
**(B)** serão equivalentes às emendas constitucionais se forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
**(C)** serão equivalentes à lei supraconstitucional, já que seu conteúdo eminentemente humanista interessa à defesa de todos os povos.
**(D)** serão equivalentes à lei supralegal, se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
**(E)** serão equivalentes à emenda constitucional, se aprovados, na Câmara dos Deputados, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.

**19.** Os direitos sociais são considerados direitos de segunda geração oriundos do processo de transição entre o Estado garantidor dos direitos fundamentais individuais para um modelo de Estado garantidor de direitos sociais coletivos. A Constituição Federal de 88, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o ECA abordam alguns direitos e deveres sobre a educação e o trabalho no país. Diante dessa afirmação, assinale a alternativa correta.

**(A)** É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, mas não podem interferir na definição das propostas educacionais, que são formuladas pelo MEC.
**(B)** É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a oito anos de idade.
**(C)** Segundo o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados, nem mesmo nos países em que determinados crimes sejam punidos com prisão e trabalhos forçados.
**(D)** O menor de 14 anos é proibido de exercer qualquer trabalho, salvo se o trabalho for exercido em empresa familiar.
**(E)** A criança e o adolescente têm direito à educação e qualificação para o trabalho, mas não podem exercer trabalho com menos de 14 anos, salvo na condição de menor aprendiz.

**20.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe a observância do princípio constitucional da proteção integral das crianças e adolescentes com absoluta prioridade na garantia dos seus direitos. Segundo o ECA, é correto afirmar que os agentes públicos executores de medidas protetivas que usarem de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como forma de correção dos menores estarão sujeitos à:

**(A)** aplicação da pena de demissão, considerando o princípio da proteção integral das crianças e adolescentes e a gravidade da situação.
**(B)** garantia de um tratamento de saúde especializado à vítima e psicológico a sua família.
**(C)** obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado, podendo a pena ser aplicada pelo Conselho Tutelar.
**(D)** aplicação da pena de advertência em qualquer caso, independente da sua gravidade.
**(E)** aplicação da pena de suspensão pelo seu chefe imediato, por período máximo de 30 dias.

## Noções de Direito Penal

**21.** Marque a alternativa correta em relação aos crimes contra a Administração Pública.

**(A)** O peculato consiste em apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
**(B)** O crime de furto consiste em apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio.
**(C)** A condescendência criminosa é o ato de retardar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
**(D)** A prevaricação é o ato de solicitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
**(E)** A corrupção ativa consiste em solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

**22.** O art. 6º do Código Penal define o lugar do crime. A teoria aplicada é a:

**(A)** da Ultratividade.
**(B)** da Ambivalência.
**(C)** do Resultado.
**(D)** da Atividade.
**(E)** da Ubiquidade.

**23.** No direito penal, é correto afirmar que:

**(A)** os crimes de mera conduta são aqueles em que o legislador descreve um resultado no tipo penal.
**(B)** os crimes formais são aqueles em que o legislador descreve uma conduta e um resultado, mas ele é prescindível para que haja crime consumado.
**(C)** os crimes materiais são aqueles em que o legislador prevê uma conduta, mas não prevê um resultado.
**(D)** crime próprio é aquele que pode ser praticado por qualquer pessoa, não se exigindo, portanto, uma qualidade especial do sujeito ativo.
**(E)** o crime habitual é aquele que possui apenas uma conduta que se prolonga no tempo.

**24.** O crime de tortura é definido pela Lei nº 9.455/97 e pode-se afirmar que:

**(A)** o crime de tortura não admite tentativa.
**(B)** o crime de tortura é inafiançável, mas admite graça ou anistia.
**(C)** não se admite crime de tortura em razão de discriminação racial ou religiosa.
**(D)** se cometida por agente público aumenta-se a pena de um sexto até um terço.
**(E)** o condenado cumprirá a pena no regime integralmente fechado.

**25.** O crime impossível definido no art. 17 do Código Penal ocorre quando:

**(A)** a ineficácia do meio escolhido pelo agente é relativa.
**(B)** o crime não se consuma por circunstâncias alheias a vontade do agente.
**(C)** o crime não se consuma por absoluta impropriedade do objeto.
**(D)** o crime se consuma, mas o agente é inimputável.
**(E)** o agente atua amparado por causa excludente de ilicitude.

## Noções de Direito Constitucional

**26.** A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, elenca uma série de direitos e garantias fundamentais em seu Título II, além de diversos remédios constitucionais voltados à sua defesa ou concretização. Sobre o tema, é correto dizer que:

**(A)** em razão do princípio da publicidade, o habeas data é cabível ainda que não tenha havido recusa de informações pela autoridade administrativa.
**(B)** em razão do princípio da isonomia, as penas devem ser cumpridas em estabelecimentos homogêneos, independentemente da idade ou sexo do apenado.
**(C)** o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso cautelarmente e que venha a ser posteriormente inocentado.
**(D)** são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
**(E)** o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político legalmente constituído.

**27.** O artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz a disciplina base sobre a Administração Pública, prevendo regras e princípios para a organização administrativa e para o regime jurídico dos cargos públicos. Quanto ao ponto, é correto afirmar que:

**(A)** o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, observada a remuneração deste.
**(B)** as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
**(C)** excepcionalmente, a Constituição admite a equiparação salarial para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
**(D)** a criação de autarquias na Administração Pública não depende de lei específica.
**(E)** os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

**28.** Juvenal do Pneu, deputado estadual muito combativo, proferiu manifestação, fora das dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, alegando que determinado Secretário Estadual estaria praticando atos contrários à moralidade administrativa. Em relação às imunidades parlamentares, considerando a situação narrada, é correto afirmar que:

**(A)** Juvenal está protegido pela imunidade material, mas não terá direito à imunidade formal, uma vez que se trata de prerrogativa aplicável apenas aos parlamentares federais.
**(B)** Juvenal não está protegido pela imunidade material, uma vez que as manifestações foram proferidas fora das dependências da Assembleia Legislativa do Estado.
**(C)** Juvenal não está protegido pela imunidade material, uma vez que as imunidades dispostas para os parlamentares federais não se estendem aos parlamentares estaduais.
**(D)** Juvenal não está protegido pela imunidade material, uma vez que a manifestação consubstancia, *ipso facto*, quebra de decoro parlamentar.
**(E)** Juvenal está protegido pela imunidade material e pela imunidade formal.

**29.** O artigo 84 da CRFB elenca uma série de atribuições do Presidente da República, muitas das quais são extensíveis ao Governador de Estado, Chefe do Poder Executivo no âmbito estadual. Quanto ao ponto, é correto afirmar que:

**(A)** em virtude do princípio da separação de poderes, a Constituição da República não confere competências regulamentares ou normativas ao Chefe do Poder Executivo, uma vez que consistem em atribuições típicas do Poder Legislativo.
**(B)** é possível a extinção de cargos por decreto do Chefe do Poder Executivo, ainda que tais cargos não estejam vagos.
**(C)** a iniciativa do projeto de lei de diretrizes orçamentárias é privativa do Chefe do Poder Executivo.
**(D)** o Presidente da República deve prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
**(E)** por sua importância, as competências que a Constituição elenca como privativas do Presidente da República são indelegáveis.

**30.** Em suas atividades práticas, o Departamento Geral de Ações Socioducativas – DEGASE acaba tendo uma necessária interlocução com diversos outros órgãos, a exemplo do Ministério Público e da Defensoria Pública. Nessa perspectiva, em relação às funções essenciais à justiça disciplinadas pela Constituição da República, é correto afirmar que:

**(A)** é vedado aos integrantes da Defensoria Pública o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
**(B)** o Ministério Público da União abrange o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público dos Estados.
**(C)** entre as garantias conferidas aos membros do Ministério Público está a vitaliciedade, após três anos de efetivo exercício.
**(D)** excepcionalmente, admite-se a percepção de honorários pelos membros do Ministério Público.
**(E)** a Defensoria Pública Estadual não é dotada de autonomia administrativa.

## Noções de Direito Administrativo

**31.** Um adolescente apreendido por força de ordem judicial estava sendo conduzido à presença da autoridade judiciária por uma equipe composta por quatro Agentes do DEGASE/RJ. O agente que dirigia a viatura conduzia a mesma de forma efetivamente imprudente, e, mesmo advertido pelos demais Agentes, continuou a dirigir de forma imprudente, o que acarretou grave acidente de trânsito, com abalroamento de vários veículos, implicando a morte do adolescente, ferimentos graves nos agentes e em terceiros, e, ainda, danos materiais a veículos, incluindo a perda total da viatura. Nesse contexto, em sede de Responsabilidade Civil do Estado, é correto afirmar que:

**(A)** a responsabilidade pela reparação dos danos cabe ao Estado do Rio de Janeiro, podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, ser responsabilizado na esfera civil pelos danos causados a terceiros, em ação regressiva; mas não pode ser responsabilizado na esfera administrativa e na esfera criminal.
**(B)** a responsabilidade pela reparação dos danos cabe exclusivamente ao Estado do Rio de Janeiro, não podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, em hipótese nenhuma, ser responsabilizado civil, penal e administrativamente, uma vez que era apenas um preposto do Estado.
**(C)** a responsabilidade pela reparação do dano cabe ao Estado do Rio de Janeiro, podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, responder pelos danos causados a terceiros, em ação regressiva proposta depois de transitar em julgado a decisão que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado; além de poder responder penal e administrativamente pelo fato.
**(D)** a responsabilidade pela reparação do dano cabe exclusivamente ao Agente do DEGASE/RJ, uma vez que, ao dirigir de forma imprudente, assumiu a total responsabilidade pelas consequências de seu ato, podendo responder, assim, civil, penal e administrativamente pelo fato.
**(E)** a responsabilidade pela reparação dos danos cabe ao Estado do Rio de Janeiro, não podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, ser responsabilizado pelos danos causados a terceiros, em ação regressiva proposta pela Fazenda Pública, cabendo apenas responsabilização na esfera administrativa em relação ao referido Agente.

**32.** O servidor público tem uma série de deveres e de proibições a serem observados, cujo descumprimento constitui infração disciplinar, implicando a consequente responsabilização do mesmo, através do devido processo administrativo disciplinar. Nesse sentido, são penas disciplinares previstas no Decreto-Lei nº 220/1975:

**(A)** advertência; repreensão; suspensão; multa; indisponibilidade dos bens; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
**(B)** advertência; repreensão; suspensão; multa; destituição de função; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
**(C)** advertência; repreensão; suspensão; multa; perda de bens; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
**(D)** advertência; repreensão; suspensão; multa; prestação social alternativa; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
**(E)** advertência; inelegibilidade; suspensão; multa; destituição de função; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.

**33.** O Chefe de um Centro de Socioeducação do DEGASE/RJ, integrante das Unidades de Internação, no uso legal de suas atribuições, emitiu um Ato Administrativo que previa tratamento diferenciado, como recompensa, a dez (10) adolescentes internados que cumprissem determinados critérios postos no referido Ato, incluindo, por exemplo, bom comportamento. A avaliação e a escolha dos adolescentes seriam feitas pelo próprio Chefe do referido Centro de Socioeducação. Entre os benefícios previstos estariam: alojamento distinto dos demais internados, rouparia de cama e banho individualizada, fora do padrão da unidade, a possiblidade de usar roupas comuns e não o devido uniforme do Centro de Socioeducação, alimentação fornecida diretamente pelos parentes, além de visitas de familiares e amigos com maior frequência do que os demais adolescentes. A posteriori, descobriu-se que um dos adolescentes beneficiados pelo citado Ato Administrativo era sobrinho e afilhado do citado Chefe, motivo pelo qual esse teria emitido o referido Ato. Nessa situação hipotética, à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pátrias, é possível afirmar que:

**(A)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação não se amoldaria a caso de abuso de poder, motivo pelo qual o referido Ato Administrativo não poderia ser anulado pela própria Administração, ainda que eivado de vício, mas apenas revogado, após a devida apreciação, por determinação judicial.
**(B)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação não se amolda a caso de abuso de poder, uma vez que, sendo o adolescente seu sobrinho e afilhado, não se poderia exigir outra conduta do referido chefe, não se vislumbrando, assim, pessoalidade na elaboração do ato administrativo, nem qualquer outro vício que maculasse o fazimento do mesmo.
**(C)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação se amoldaria à previsão doutrinária de abuso de autoridade, na espécie excesso de poder, uma vez que teria atuado fora de seus limites de competência, praticou atos que não estavam previamente previstos em lei, o que, ainda assim, não torna o Ato Administrativo anulável.
**(D)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação se amoldaria à previsão doutrinária de abuso do poder, na espécie desvio do poder, uma vez que, dentro de seus limites de competência, praticou ato de interesse particular, em benefício de terceiro, com efetivo desvio de finalidade, em clara violação ao princípio da impessoalidade.
**(E)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação se amoldaria a caso de abuso de poder, mas, por ser ato discricionário, não poderia ser anulado, mas apenas revogado pelo próprio Chefe do Centro de Socioeducação, uma vez que não cabe análise de legalidade e legitimidade em atos administrativos discricionários.

**34.** O Diretor do DEGASE/RJ, em reunião com os Chefes dos Centros de Socioeducação, constatou que as visitas aos adolescentes internados não estavam sendo bem controladas, havendo, a título de exemplo, acesso de pessoas indevidas, sobretudo algumas que, apontadas como amigas, na verdade, conforme informação de inteligência, eram indivíduos vinculados a facções criminosas nas quais os internados participariam; excesso de dias de visitas semanais; acesso, a partir das referidas visitas, a objetos não permitidos no âmbito dos referidos Centros – como cigarros, drogas e celulares; fatos que implicam efetiva prejudicialidade aos interesses do adolescente. A partir dessa constatação, o Diretor do DEGASE/RJ, no uso de suas atribuições, nos limites da legislação aplicável, em razão do interesse público, a fim de restabelecer a ordem no âmbito dos Centros de Socioeducação no que tange à visitação, baixou uma portaria disciplinando a referida visita, regulando, de forma a garantir os direitos dos adolescentes internados, por exemplo, os dias de visitação – limitando, temporariamente, a uma (01) por semana, a limitação dos visitantes a familiares, responsáveis ou amigos previamente cadastrados, além da limitação de entrega de objetos aos interno, o que só se daria se fosse para o efetivo bem estar do adolescente, dentro da previsão legal. Nessa situação hipotética, o Diretor do DEGASE/RJ atuou com fulcro no:

**(A)** Poder de Polícia.
**(B)** Poder Hierárquico.
**(C)** Poder Constituinte Derivado.
**(D)** Poder Disciplinar.
**(E)** Poder Judicial Derivado.

**35.** O Brasil, com a Constituição Federal de 1988, reestruturou-se como uma República, Democrática, de Direito, assumindo, ainda, a forma federativa, implicando uma organização político-administrativa composta por entes, entidades e órgãos, integrantes da administração direta ou indireta. Nesse sentido, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE/RJ) é:

**(A)** uma autarquia vinculada à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
**(B)** um órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro.
**(C)** uma autarquia vinculada à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.
**(D)** um órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
**(E)** um órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

## Noções de Direito Civil

**36.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi sancionado em 13 de julho de 1990 e é o principal instrumento normativo brasileiro sobre os direitos da criança e do adolescente. O ECA incorporou regras da Convenção de Direitos das Crianças das Nações Unidas. Além disso, o artigo 227 da Constituição Federal dispõe que "[é] dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". A absoluta prioridade citada na norma constitucional, visa assegurar que as crianças e os adolescentes sejam tratados com absoluta prioridade pelo governo e pela sociedade. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta o princípio que estabelece que crianças e adolescentes sejam tratados com absoluta prioridade.

**(A)** Princípio da Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento.
**(B)** Princípio do Interesse do Menor.
**(C)** Princípio da Proteção Integral.
**(D)** Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.
**(E)** Princípio da Prioridade Absoluta.

**37.** A tutela e curatela são institutos jurídicos distintos, mas ambos visam proteger os interesses de indivíduos que, por algum motivo, não possuem capacidade plena de administrar a sua vida. Em 2021, José Paulo, na época, com 15 anos de idade e portador de doença cognitiva grave e incurável que o impedia de realizar as atividades do dia a dia, perdeu seus representantes legais. Por meio de uma ação judicial, sua avó foi nomeada como sua responsável. No entanto, ela veio a falecer quando ele completou 18 anos, atingindo a maioridade legal. Diante de seu falecimento, uma nova ação judicial foi ajuizada visando nomear um(a) novo(a) responsável para José Paulo em razão de sua doença cognitiva grave incapacitante. Com base no exposto, assinale a alternativa correta que apresenta os institutos jurídicos que visam proteger os interesses de indivíduos que não possuem capacidade de administrar a sua vida, aplicados na primeira e na segunda ação judicial.

**(A)** Nenhum instituto jurídico foi aplicado pelo Poder Judiciário.
**(B)** Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da tutela e na segunda o da curatela.
**(C)** Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da curatela e na segunda o da tutela.
**(D)** Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da curatela e na segunda o da curatela.
**(E)** Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da tutela e na segunda o da tutela.

**38.** Ana Maria foi adotada aos 14 anos de idade pela senhora Laura. A família da Sra. Laura é composta por ela e por seu filho biológico Antônio, de 5 anos de idade. De acordo com o artigo 227, parágrafo 6º, da Constituição Federal, "[os] filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação". Considerando o tratamento dado pela Constituição Federal aos filhos biológicos e adotivos, em matéria de direitos sucessórios, bem como o fato de que a Sra. Laura não possui testamento nem outros familiares, indique qual será o quinhão da herança que Ana Maria e Antônio terão direito a receber, caso a mãe, Laura, venha a falecer.

**(A)** 40% para Ana Maria e 60% para Antônio.
**(B)** Nada para Ana Maria e 100% para Antônio.
**(C)** 10% para Ana Maria e 90% para Antônio.
**(D)** 50% para Ana Maria e 50% para Antônio.
**(E)** 90% para Ana Maria e 10% para Antônio.

**39.** A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. De acordo com o artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, "[a] República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III – a dignidade da pessoa humana". Nesse contexto, assinale a alternativa que corretamente descreve o conceito de dignidade da pessoa humana.

**(A)** É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
**(B)** É apenas um princípio fundamental no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
**(C)** É apenas uma norma legal no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
**(D)** É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que apenas crianças e adolescentes devem ter seu acesso à saúde e educação garantidos pelo Estado e pela sociedade.
**(E)** É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que apenas os maiores de 18 anos devem ter seu acesso à saúde e educação garantidos pelo Estado e pela sociedade.

**40.** Os princípios do Direito de Família são os fundamentos para aplicação e interpretação das leis brasileiras dentro de nosso ordenamento jurídico. Assinale a alternativa abaixo que traz um princípio que faz parte do conjunto de princípios do Direito de Família.

**(A)** Princípio da função social do contrato.
**(B)** Princípio do *Pacta sunt servanda*.
**(C)** Princípio da afetividade.
**(D)** Princípio da supremacia da ordem pública.
**(E)** Princípio da onerosidade excessiva.

## Leis Especiais

**41.** Com relação ao glossário constante do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, assinale a alternativa correta.

**(A)** REDINFA é a Rede Internacional de Informação sobre Infância, Adolescência e Família que está sendo implementada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
**(B)** Considera-se "Casa Lar" a modalidade de Acolhimento Institucional oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como cuidador residente – em uma casa de sua propriedade – prestando cuidados a um grupo de crianças e/ou adolescentes.
**(C)** Considera-se "Família Acolhedora" a nomenclatura dada à família que participa de programas de famílias Acolhedoras, recebendo crianças e adolescentes sob sua guarda, de forma definitiva.
**(D)** Considera-se "Reintegração Familiar" o retorno da criança e adolescente ao contexto da família de origem da qual se separou.
**(E)** Considera-se "Adoção" a Medida judicial de colocação, em caráter temporário, de uma criança ou adolescente em outra família que não seja aquela onde nasceu, conferindo vínculo de filiação provisório.

**42.** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, salvo:

**(A)** internação em estabelecimento educacional.
**(B)** advertência.
**(C)** obrigação de reparar o dano.
**(D)** prestação de serviços à comunidade.
**(E)** prisão, dependendo da gravidade do fato.

**43.** De acordo com o Código de Ética e Condutas do DEGASE, não constituem condutas e deveres a serem observados pelo servidor socioeducativo:

**(A)** preservar o espírito de urbanidade, imparcialidade e cooperação no convívio funcional, de forma que preconceitos ou discriminações não venham a influir na objetividade e na exatidão de seu trabalho, proporcionando um ambiente ético, saudável e seguro.
**(B)** realizar seu trabalho com lealdade à instituição, compartilhando os conhecimentos e informações necessárias para o exercício das atividades próprias do Departamento Geral de Ações Socioeducativas.
**(C)** emitir opiniões ou adotar práticas que demonstrem preconceito de origem, raça, gênero, orientação sexual, cor, idade, credo, deficiências e quaisquer outras formas de discriminação que possam perturbar o ambiente de trabalho ou causar constrangimento aos demais servidores, inclusive àquelas relacionadas a valores religiosos, culturais ou políticos.
**(D)** desempenhar, com tempestividade e profissionalismo, as atribuições que lhe forem cometidas, primando por zelo, prudência, honestidade e qualidade, não se eximindo de qualquer responsabilidade daí resultante.
**(E)** ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

**44.** É transgressão do Código de Ética do DEGASE:

**(A)** ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos estaduais.
**(B)** cometer e/ou se envolver em assédio moral vertical, horizontal ou ascendente; qualquer outra forma de assédio como a de gênero, racial, orientação sexual, religião, diversidade funcional, aparência, origem étnica e ideológica; ou qualquer outra pressão psicológica que venha a influenciar indevidamente a atuação do servidor.
**(C)** abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa na lei.
**(D)** agir de forma imparcial e cordial nos procedimentos correcionais ou em atividades conjuntas com outros órgãos públicos resguardando o sigilo das informações.
**(E)** comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público.

---

**45.** De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Crianças, os Estados Partes reconhecem que a educação da criança deverá estar orientada no sentido de determinadas diretrizes, salvo:

**(A)** imbuir na criança o desrespeito ao meio ambiente.
**(B)** desenvolver a personalidade, as aptidões e a capacidade mental e física da criança em todo o seu potencial.
**(C)** imbuir na criança o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, bem como aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.
**(D)** imbuir na criança o respeito aos seus pais, à sua própria identidade cultural, ao seu idioma e seus valores, aos valores nacionais do país em que reside, aos do eventual país de origem, e aos das civilizações diferentes da sua.
**(E)** preparar a criança para assumir uma vida responsável em uma sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena.

---

**46.** É correto afirmar, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90):

**(A)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá suspender condicionalmente o processo.
**(B)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá promover o arquivamento dos autos.
**(C)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá aplicar transação penal.
**(D)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá aplicar pena restritiva de direitos.
**(E)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá aplicar o *sursis.*

**47.** A análise dos pedidos encaminhados à Central de Vagas levará em consideração os seguintes critérios, exceto:

**(A)** Disponibilidade de vaga de acordo com a natureza da medida imposta, independente da separação entre vagas femininas e masculinas.
**(B)** Disponibilidade da vaga.
**(C)** Local do ato infracional e a proximidade familiar.
**(D)** Gravidade do ato infracional.
**(E)** Reiteração do ato infracional.

---

**48.** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990, não é crime praticado contra criança e adolescente:

**(A)** Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la.
**(B)** Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.
**(C)** Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual.
**(D)** Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público.
**(E)** Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.

---

**49.** Constitui infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/90), exceto:

**(A)** Vender ou locar a criança ou adolescente fita de programação em vídeo, em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente.
**(B)** Deixar o responsável pelo estabelecimento ou o empresário de observar o que dispõe esta Lei sobre o acesso de criança ou adolescente aos locais de diversão, ou sobre sua participação no espetáculo.
**(C)** Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de efetuar imediato encaminhamento à autoridade judiciária de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção.
**(D)** Exibir filme, trailer, peça, amostra ou congênere classificado pelo órgão competente como inadequado às crianças ou adolescentes admitidos ao espetáculo.
**(E)** Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, bem como deixar de proceder aos testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido.

---

**50.** Não faz parte dos princípios da Central de Vagas:

**(A)** Temporalidade da medida socioeducativa.
**(B)** Dignidade da pessoa humana.
**(C)** Lentidão e habitualidade da medida socioeducativa.
**(D)** Prioridade absoluta da criança e ao adolescente.
**(E)** Convivência familiar e comunitária.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**51.** Na elaboração de um documento oficial, um servidor precisa utilizar corretamente os pronomes de tratamento nos três momentos distintos da redação oficial. No endereçamento, ele insere as informações no envelope da correspondência. No vocativo, ele se dirige ao destinatário no início do documento, enquanto, no corpo do texto, pode utilizar o pronome de tratamento por extenso ou abreviado. Considerando essas regras, complete a frase a seguir com a alternativa adequada: Para redigir um ofício dirigido a um Ministro de Estado, o endereçamento correto deve iniciar com a expressão:

**(A)** Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado.
**(B)** A Sua Excelência o Senhor.
**(C)** Ao Excelentíssimo Senhor Ministro.
**(D)** A Vossa Excelência o Senhor Ministro de Estado.
**(E)** A Sua Senhoria o Senhor Ministro de Estado.

---

**52.** Ao solicitar informações a um órgão público, um cidadão deve seguir as diretrizes estabelecidas pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que regulamenta o direito constitucional de acesso a dados públicos. O procedimento de solicitação deve observar requisitos específicos, incluindo a forma de apresentação do pedido e as obrigações do órgão público no atendimento à solicitação. O pedido de acesso à informação deve conter:

**(A)** a indicação de um representante legal caso a informação solicitada seja de interesse coletivo.
**(B)** a fundamentação legal da solicitação e a comprovação de necessidade do dado requerido.
**(C)** a identificação do requerente e a especificação da informação solicitada.
**(D)** o reconhecimento prévio da autoridade pública sobre a legitimidade do pedido antes da resposta.
**(E)** o pagamento de uma taxa administrativa para análise da viabilidade do pedido.

---

**53.** As entidades da Administração Indireta possuem características distintas que as diferenciam, especialmente no que se refere à sua estrutura jurídica, regime de pessoal, financiamento e atividades desempenhadas. No contexto da Administração Pública brasileira, a entidade que possui personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, patrimônio próprio e atribuições específicas conferidas por lei, sendo criada para desempenhar atividades típicas do Estado, é a:

**(A)** Orgão público.
**(B)** Sociedade de economia mista.
**(C)** Autarquia.
**(D)** Fundação pública.
**(E)** Empresa pública.

**54.** No âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a família natural desempenha um papel fundamental na garantia do direito ao convívio familiar e na proteção integral da criança e do adolescente. Considerando o conceito de família natural, sua composição e seu papel na legislação, a relação jurídica entre seus membros e as obrigações decorrentes dessa estrutura familiar são caracterizadas da seguinte forma:

**(A)** a guarda e a tutela são prerrogativas exclusivas da família natural, não podendo ser exercidas por terceiros sem vínculo de filiação biológica.
**(B)** o vínculo jurídico da família natural se estabelece exclusivamente por meio da filiação biológica, garantindo os direitos e deveres entre pais e filhos.
**(C)** a família natural pode ser formada exclusivamente pelos pais e seus filhos, não sendo reconhecida a possibilidade de um dos pais exercer a guarda.
**(D)** a família natural compreende a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, garantindo o direito à convivência familiar.
**(E)** o conceito de família natural inclui parentes próximos que convivem com a criança ou adolescente, desde que comprovado o vínculo afetivo.

---

**55.** A efetivação do direito à convivência familiar e comunitária, assegurado no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes, requer um conjunto de estratégias que envolvem diferentes políticas públicas. Um dos desafios centrais desse plano é garantir que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade não sejam afastados do convívio familiar sem antes esgotar todas as possibilidades de apoio à família de origem. Entre as medidas previstas para fortalecer esse direito, destaca-se:

**(A)** o incentivo ao acolhimento institucional como estratégia prioritária de proteção integral, reduzindo o tempo de permanência no ambiente familiar.
**(B)** a priorização de ações que afastem crianças e adolescentes da família de origem sempre que identificada situação de vulnerabilidade social.
**(C)** a substituição do acolhimento institucional por programas de internação compulsória para crianças e adolescentes em situação de risco.
**(D)** a ampliação da adoção internacional como principal alternativa para crianças em situação de vulnerabilidade.
**(E)** a implementação de programas de apoio psicossocial às famílias para garantir a manutenção da criança ou adolescente em seu ambiente familiar e comunitário.

**56.** A efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal exige a atuação estatal para garantir condições dignas de vida à população. No contexto da seguridade social, do direito ao trabalho e das garantias fundamentais aos trabalhadores, a previsão constitucional assegura que:

**(A)** a seguridade social compreende a saúde, a previdência e a assistência social, garantindo direitos independentemente de contribuição prévia.
**(B)** a organização da seguridade social é baseada exclusivamente nas contribuições previdenciárias recolhidas dos trabalhadores e empregadores.
**(C)** o direito ao salário mínimo nacionalmente unificado pode ser alterado por negociação coletiva, desde que haja consenso entre patrões e empregados.
**(D)** o direito à assistência social depende de contribuição prévia do beneficiário, sendo concedido apenas aos segurados do sistema previdenciário.
**(E)** a Constituição estabelece que o seguro-desemprego pode ser concedido apenas uma vez para cada trabalhador ao longo de sua vida laboral.

---

**57.** A organização do Estado brasileiro é regida por princípios e normas estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Entre os entes federativos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia político-administrativa, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição. No entanto, essa autonomia não é absoluta, sendo regulada por competências privativas, concorrentes e suplementares. Considerando o exposto, é correto afirmar que:

**(A)** os Estados podem criar territórios estaduais dentro de seus limites, desde que aprovem tal medida por meio de plebiscito.
**(B)** a União pode intervir nos Estados e no Distrito Federal para manter a integridade nacional, repelir invasão estrangeira e reorganizar as finanças de um Estado em grave crise.
**(C)** os Estados possuem autonomia legislativa irrestrita, podendo editar normas sobre qualquer matéria, desde que não contrariem princípios fundamentais da Constituição.
**(D)** o Distrito Federal possui características híbridas, acumulando competências dos Estados e Municípios, e pode ser subdividido em unidades administrativas equivalentes a municípios.
**(E)** os Territórios Federais possuem autonomia político-administrativa semelhante à dos Estados e são regidos por Constituição própria.

**58.** Ao tomar posse, o Presidente da República assume uma série de atribuições fundamentais para o funcionamento do Poder Executivo. Entre essas atribuições, destaca-se a responsabilidade de nomear Ministros de Estado, sancionar e vetar leis, além de exercer a chefia suprema das Forças Armadas. No entanto, o exercício dessas funções deve estar em conformidade com a Constituição Federal, respeitando as competências dos demais poderes e garantindo a estabilidade institucional do país. Considerando as atribuições do Presidente da República previstas na Constituição, é correto afirmar que:

**(A)** o Presidente da República possui competência para decretar estado de sítio e estado de defesa, podendo fazê-lo unilateralmente sem necessidade de consulta ao Congresso Nacional.
**(B)** a nomeação dos Ministros de Estado depende de aprovação prévia do Congresso Nacional e ocorre exclusivamente por indicação da maioria dos parlamentares.
**(C)** o Presidente da República pode conceder indulto e comutar penas, desde que respeitados os limites constitucionais e os princípios fundamentais do ordenamento jurídico.
**(D)** a sanção de projetos de lei pelo Presidente da República é uma competência exclusiva do Chefe do Executivo, não havendo possibilidade de o Congresso Nacional se manifestar sobre o veto presidencial.
**(E)** a nomeação de Comandantes das Forças Armadas ocorre de forma discricionária pelo Presidente da República, sem a necessidade de observar critérios técnicos ou constitucionais.

---

**59.** A organização do Poder Judiciário no Brasil segue princípios e normas estabelecidos na Constituição Federal, garantindo a independência e a autonomia dos seus órgãos. Nesse contexto, a estrutura do Poder Judiciário é composta por diferentes instâncias e competências, sendo fundamental compreender a função e as atribuições de cada órgão para assegurar a aplicação da justiça de forma eficaz. Assinale a alternativa correta sobre as competências e a estrutura do Poder Judiciário conforme disposto na Constituição Federal.

**(A)** O Conselho Nacional de Justiça tem competência para julgar magistrados em matéria penal, podendo aplicar sanções privativas de liberdade.
**(B)** O Supremo Tribunal Federal possui competência exclusiva para processar e julgar crimes comuns praticados por Governadores dos Estados.
**(C)** O Conselho Nacional de Justiça é um órgão de natureza administrativa, responsável pelo controle interno dos tribunais e pelo julgamento de recursos constitucionais.
**(D)** O Superior Tribunal de Justiça tem a atribuição de uniformizar a interpretação da legislação federal em todo o território nacional.
**(E)** O Tribunal Superior do Trabalho tem competência para julgar ações que envolvam conflitos entre entes federativos e a União.

**60.** O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) exerce funções fundamentais para garantir o controle administrativo e disciplinar do Poder Judiciário, sem comprometer a autonomia dos tribunais. No contexto de suas atribuições constitucionais, destacam-se a necessidade de assegurar a transparência e a eficiência da atividade jurisdicional, incluindo medidas de fiscalização e regulamentação. Dessa forma, é correto afirmar que:

**(A)** a fiscalização do CNJ abrange o Ministério Público, estendendo sua atuação ao controle disciplinar dos membros desse órgão.
**(B)** o CNJ possui competência para rever decisões judiciais transitadas em julgado, atuando como instância recursal superior.
**(C)** o CNJ tem autonomia para determinar a remoção, disponibilidade ou aposentadoria de magistrados sem a necessidade de processo administrativo disciplinar.
**(D)** a atuação do CNJ se limita à esfera administrativa, sendo vedado estabelecer diretrizes sobre a gestão orçamentária dos tribunais.
**(E)** o CNJ tem competência para zelar pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos normativos e recomendações para aprimorar a administração da Justiça.

---

**61.** A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Organização das Nações Unidas e promulgada no Brasil pelo Decreto nº 99.710/1990, estabelece diretrizes fundamentais para a proteção, promoção e garantia dos direitos da criança. Considerando os princípios e obrigações previstas no documento, a aplicação dos direitos da criança deve ser assegurada por todos os Estados Partes, garantindo que nenhuma criança seja privada de seus direitos, independentemente de sua condição. Um dos princípios fundamentais da Convenção estabelece que:

**(A)** os Estados devem assegurar que a adoção da criança tenha sempre como princípio fundamental o interesse superior da criança.
**(B)** a criança pode ser separada de seus pais por razões econômicas, desde que se garanta a manutenção do seu bem-estar e sustento.
**(C)** os Estados devem garantir o direito da criança de expressar livremente sua opinião, desde que em conformidade com a vontade de seus responsáveis legais.
**(D)** todas as crianças têm direito à educação primária gratuita, cabendo aos pais decidirem se desejam matriculá-las na escola.
**(E)** nenhuma criança poderá ser privada de sua nacionalidade se nascer no território de um Estado Parte, salvo em casos de segurança nacional.

**62.** O Plano de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro, instituído pelo Decreto nº 42.715/2010, estabelece diretrizes e ações voltadas para o atendimento de adolescentes em conflito com a lei, garantindo direitos fundamentais e promovendo a reinserção social. Nesse contexto, é essencial considerar os princípios norteadores desse plano e sua aplicação prática no sistema socioeducativo do estado. As diretrizes do Plano de Atendimento Socioeducativo estabelecem que:

**(A)** a política de atendimento socioeducativo no estado deve garantir a intersetorialidade entre diferentes áreas como educação, saúde e assistência social, mas sem a necessidade de articulação entre os entes federativos.
**(B)** a descentralização da gestão do atendimento socioeducativo possibilita maior participação dos municípios na implementação de medidas socioeducativas em meio aberto.
**(C)** a privação de liberdade do adolescente deve ser priorizada como meio eficaz de responsabilização e ressocialização no âmbito do atendimento socioeducativo.
**(D)** a implementação do Plano de Atendimento Socioeducativo é de responsabilidade exclusiva do governo estadual.
**(E)** o Plano de Atendimento Socioeducativo do Rio de Janeiro estabelece que as medidas socioeducativas devem ser cumpridas prioritariamente em regime fechado.

---

**63.** Em uma determinada cidade, a prefeitura determinou a interdição temporária de um parque público para a realização de obras de segurança estrutural, justificando que havia risco de acidentes. No entanto, os frequentadores do local alegaram que a interdição total era excessiva, pois apenas uma pequena área apresentava problemas estruturais. Considerando as limitações do poder de polícia e os princípios que regem sua aplicação, a medida adotada pela prefeitura deve:

**(A)** ser aplicada de forma irrestrita, uma vez que o poder de polícia permite ao Estado restringir direitos sempre que considerar necessário, sem limites objetivos.
**(B)** ser mantida integralmente, pois a administração pública possui ampla discricionariedade para restringir direitos individuais sem necessidade de justificativa detalhada.
**(C)** ser revogada, pois qualquer limitação ao exercício de direitos individuais é inconstitucional e contrária ao interesse público.
**(D)** ser ajustada para atender ao princípio da proporcionalidade, limitando a interdição apenas às áreas diretamente afetadas, evitando restrições desnecessárias aos cidadãos.
**(E)** ser substituída por uma proibição permanente do acesso ao parque, pois a segurança deve prevalecer sobre qualquer outro critério na gestão pública.

**64.** A Administração Pública, ao exercer suas funções, baseia-se em atributos que conferem aos atos administrativos características específicas. Um desses atributos garante que os atos administrativos possam ser executados diretamente pela Administração, sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário, desde que expressamente previsto em lei ou em situações emergenciais que exijam pronta intervenção estatal. Esse atributo é denominado:

**(A)** Discricionariedade.
**(B)** Imperatividade.
**(C)** Presunção de legitimidade e veracidade.
**(D)** Tipicidade.
**(E)** Autoexecutoriedade.

---

**65.** João, servidor público civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, ocupante de cargo efetivo, foi informado sobre as possíveis causas que podem levar à vacância de seu cargo, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 220/1975 e no Decreto nº 2.479/1979. Dentre as situações apresentadas, a que caracteriza uma movimentação funcional sem gerar vacância do cargo é:

**(A)** Remoção para outra unidade administrativa dentro do mesmo órgão.
**(B)** Exoneração a pedido do servidor.
**(C)** Demissão por processo administrativo disciplinar.
**(D)** Transferência para outro cargo de denominação diversa.
**(E)** Aposentadoria voluntária ou compulsória.

---

**66.** Diante da apreensão de adolescentes, os primeiros contatos com aplicadores da lei são cruciais para evitar danos e garantir os direitos fundamentais desses jovens. De acordo com as Regras de Beijind, a administração desses contatos deve considerar os seguintes princípios:

**(A)** A regra de "evitar danos" limita-se ao impedimento de agressões físicas diretas.
**(B)** A notificação imediata do responsável e a avaliação rápida da liberação são medidas prioritárias na abordagem inicial.
**(C)** O uso de linguagem dura e medidas coercitivas podem ser necessários para reforçar a autoridade dos agentes da lei.
**(D)** O adolescente deve ser mantido sob custódia até que a autoridade judicial determine a sua liberação.
**(E)** A notificação dos responsáveis pode ser adiada caso haja dificuldades operacionais na comunicação imediata.

**67.** O sistema prisional deve ser administrado de forma a garantir a dignidade dos presos, respeitando princípios fundamentais estabelecidos nas Regras de Mandela. Considerando as disposições dessas regras, a adoção de medidas disciplinares e sanções devem ser feitas de forma criteriosa, observando limites e garantias específicas para evitar abusos. Diante desse contexto, a imposição de confinamento solitário para presos em situação de vulnerabilidade:

**(A)** Pode ser imposta como pena principal em sentenças judiciais relacionadas a crimes violentos.
**(B)** pode ser aplicada a critério da administração penitenciária, bastando haver justificativa fundamentada.
**(C)** é expressamente proibida para presos com deficiência mental ou física que possa ser agravada pela medida.
**(D)** é permitida por período indefinido, desde que justificada por razões disciplinares.
**(E)** deve ser utilizada como medida de punição padrão para atos de indisciplina recorrentes.

---

**68.** A formação profissional e a oferta de trabalho para jovens privados de liberdade devem estar alinhadas a princípios que garantam sua dignidade e reintegração à sociedade. Nesse sentido, a estruturação dos programas de trabalho dentro dos centros de detenção deve observar diretrizes específicas, assegurando que os jovens tenham oportunidades reais de aprendizado e desenvolvimento profissional. Assim, a organização do trabalho dentro desses centros deve:

**(A)** enfatizar exclusivamente a formação acadêmica, sem necessidade de estímulo a práticas laborais dentro do centro.
**(B)** subordinar a formação profissional dos jovens à necessidade de geração de receita para o centro de detenção.
**(C)** priorizar trabalhos voltados ao atendimento de demandas internas do centro, sem necessidade de conexão com o mercado de trabalho externo.
**(D)** ser pautada em atividades que ofereçam capacitação produtiva e remunerada, promovendo a reinserção social e respeitando normas trabalhistas.
**(E)** restringir a participação dos jovens em atividades de trabalho remunerado, priorizando cursos teóricos dentro do centro de detenção.

**69.** A Lei nº 9.455/1997 define e tipifica o crime de tortura, estabelecendo penalidades para seus praticantes e determinando suas consequências legais. Considerando as disposições dessa norma, verifica-se que a prática desse crime pode ensejar punições específicas, bem como desdobramentos em outras esferas do direito. Sobre essa Lei, é correto afirmar que:

**(A)** a Lei nº 9.455/1997 classifica o crime de tortura como de menor potencial ofensivo, permitindo a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.
**(B)** o crime de tortura previsto na lei pode ser praticado apenas por agentes públicos.
**(C)** a condenação pelo crime de tortura impede o condenado de exercer cargo público pelo período de até cinco anos após o cumprimento da pena.
**(D)** a pena prevista para o crime de tortura é reduzida se houver confissão espontânea do acusado antes da sentença condenatória.
**(E)** a condenação pelo crime de tortura acarreta a perda do cargo, função ou emprego público, além da interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

---

**70.** No âmbito da Lei nº 13.460/2017, o papel das ouvidorias públicas se destaca como fundamental para assegurar a participação social e a transparência nos serviços prestados à população. Em um município que busca aprimorar sua gestão pública, a administração decide instituir mecanismos para fortalecer a atuação da ouvidoria municipal. Para garantir a plena conformidade com a legislação, a iniciativa adotada deve observar que:

**(A)** a ouvidoria tem o dever de receber, analisar e encaminhar manifestações, além de acompanhar as providências adotadas pelos órgãos competentes e sugerir medidas para a melhoria da prestação dos serviços públicos.
**(B)** o atendimento da ouvidoria deve restringir-se ao recebimento de reclamações, cabendo a outros órgãos a mediação de conflitos e a proposição de melhorias nos serviços públicos.
**(C)** a ouvidoria deve atuar exclusivamente como canal receptor de manifestações, sem competência para sugerir alterações em normativas ou processos administrativos internos.
**(D)** o encaminhamento das manifestações recebidas pela ouvidoria deve ser direcionado apenas aos órgãos diretamente envolvidos, não cabendo à ouvidoria acompanhar as providências adotadas.
**(E)** a ouvidoria pode recusar-se a analisar manifestações que versem sobre serviços públicos concedidos a entidades privadas, pois sua competência limita-se aos órgãos estatais diretos.

# PROVA DE REDAÇÃO

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. As respostas deverão conter a extensão mínima de **20 (vinte)** linhas, e máxima de **30 (trinta)** linhas para os textos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova de redação.
- A prova de redação consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo, com base em temas formulados pela Banca Examinadora, dos quais o candidato escolherá apenas 1 (um) sobre o qual deverá elaborar seu texto.

Recentemente, duas leis foram sancionadas, suscitando grandes debates sociais: a Lei 14.811/2024 que criminaliza o *bullying* e o *cyberbullying* no Brasil e a Lei 15.100/2025 que veta o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante aulas, recreios e intervalos em todas as etapas da educação básica brasileira. Diante das discussões que ambas as leis acarretaram, leia os textos motivadores a seguir e escolha uma das propostas (Tema 1 ou 2) para redigir um texto dissertativo-argumentativo, em no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas.

**PROPOSTA I**

## TEXTOS MOTIVADORES

**Texto I**

### SANCIONADA LEI QUE CRIMINALIZA *BULLYING* E AMPLIA PUNIÇÃO PARA CRIME CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTES

Foi sancionada a Lei 14.811/2024 que estabelece medidas para reforçar a proteção de crianças e adolescentes contra a violência, principalmente nos ambientes educacionais. A nova legislação criminaliza, por exemplo, as práticas de *bullying* e *cyberbullying*, transformando também em crimes hediondos vários atos cometidos contra crianças e adolescentes.

A norma inclui a tipificação das duas práticas no Código Penal. *Bullying* (intimidação sistemática) é definido como "intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação, ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais". A pena é de multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

Já o *cyberbullying* é classificado como intimidação sistemática por meio virtual. Se for realizado por meio da Internet, rede social, aplicativos, jogos on-line ou transmitida em tempo real, a pena será de reclusão de dois a quatro anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

A Lei 13.185, de 2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, já prevê a figura do *bullying*, mas não estabelecia punição específica para esse tipo de conduta, apenas obrigava escolas, clubes e agremiações recreativas a assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática.

Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/15/sancionada-lei-que-criminaliza-bullying-e-amplia-punicao-para-crime-contra-crianca. Acesso em: 15 fev. 2025.

**Texto II**

**VOCÊ NUNCA SABE O QUE SE PASSA ATRÁS DA TELA**

*Não se esconda nela para fazer mal a alguém*

Disponível em: https://www.facebook.com/governodorio/photos/a.10150100100236029/10157484667866029/?type=3. Acesso em: 15 fev. 2025.

**PROPOSTA DE REDAÇÃO TEMA 1**

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "**Medidas para o combate ao *bullying* nas escolas brasileiras**", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

**PROPOSTA II**

## TEXTOS MOTIVADORES

**Texto I**

### SANCIONADA LEI QUE PROÍBE O USO DE CELULAR EM ESCOLAS

*Proibição vale para educação infantil e ensinos fundamental e médio de escolas públicas e particulares*

O presidente da República sancionou a Lei 15.100/25 que proíbe alunos de usarem telefone celular e outros aparelhos eletrônicos portáteis em escolas públicas e particulares, inclusive no recreio e intervalo entre as aulas. A proibição vale para a educação infantil e os ensinos fundamental e médio.

Fica permitido usar o celular em situações de estado de perigo, de necessidade ou caso de força maior; para garantir direitos fundamentais; para fins estritamente pedagógicos; e para garantir acessibilidade, inclusão, e atender às condições de saúde dos estudantes.

A nova lei determina que as escolas elaborem estratégias para tratar da saúde mental dos alunos da educação básica, apresentando a eles informações sobre riscos, sinais e prevenção do sofrimento psíquico, incluindo o uso imoderado dos celulares.

As redes de ensino também deverão oferecer treinamentos periódicos para detecção, prevenção e abordagem de sinais sugestivos de sofrimento mental, e efeitos danosos do uso excessivo das telas e aparelhos celulares.

Os estabelecimentos de ensino deverão disponibilizar ainda espaços de escuta e acolhimento para receber alunos e funcionários que estejam em sofrimento psíquico, principalmente decorrente do uso imoderado de telas.

Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1126717-sancionada-lei-que-proibe-o-uso-de-celular-em-escolas/. Acesso em: 15 fev. 2025.

**Texto II**

Disponível em: https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/24689-tirinhas-26-4. Acesso em: 16 fev. 2025.

## PROPOSTA DE REDAÇÃO TEMA 2

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "**A importância da regulamentação do uso de telas em ambiente escolar**", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

## *RASCUNHO*

# GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
# SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
# DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS – DEGASE
# CONCURSO PÚBLICO

## NÍVEL MÉDIO

# 301 – AGENTE ADMINISTRATIVO
# TIPO C

Frase: **Confiar, acreditar e jamais desistir.**
(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)

### SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **70 (setenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova de redação;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova de redação.

### TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova de redação para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

### NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

### INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e a prova de redação para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

**PREENCHA MANUALMENTE:**

IDECAN

**INSCRIÇÃO**

**NOME COMPLETO**

## CONHECIMENTOS COMUNS

## Língua Portuguesa

### FÓSSEIS DESCOBERTOS NA CHINA PODEM REESCREVER A HISTÓRIA HUMANA; ENTENDA

Arqueologistas encontraram restos de hominídeos arcaicos que viveram entre 300 mil e 100 mil anos atrás.

Um conjunto de fósseis com características humanas encontrado na China tem intrigado cientistas há décadas, desafiando explicações ou categorizações.

Os fragmentos de crânio, dentes, mandíbulas e outros restos descobertos em diferentes locais do país são claramente vestígios de hominídeos arcaicos — nome formal para espécies da linhagem humana — que viveram entre 300 mil e 100 mil anos atrás.

Christopher Bae, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.

Ele e sua colega Wu Xiujie, professora sênior do Instituto de Paleontologia e Paleoantropologia de Vertebrados em Pequim, agora sugerem que pode ser hora de reconhecer formalmente um hominídeo antigo anteriormente desconhecido, e propuseram o reconhecimento oficial de uma nova espécie para a ciência. (IT)

A característica mais marcante deste ancestral humano anteriormente desconhecido? Um cérebro extremamente grande, maior que o de nossa espécie, *Homo sapiens*, o único hominídeo sobrevivente. A característica se reflete no nome proposto para a espécie, revelado por Bae e Wu em um artigo de novembro publicado na revista científica Nature Communications: *Homo juluensis*, uma referência a "ju lu", que significa cabeça grande em chinês.

"Seus crânios são realmente muito, muito grandes, você sabe, a capacidade craniana estimada é de 1.700, 1.800 centímetros cúbicos", disse Bae. "Temos uma capacidade mínima de cerca de 1.350 cc, em média, somos cerca de 1.450 cc. Não é uma ordem de magnitude maior, mas é muito mais robusto".

A proposta está gerando controvérsia entre paleoantropólogos, e alguns cientistas discordam sobre se o novo agrupamento se eleva ao nível de uma nova espécie. Mas, se a análise de Bae e Wu estiver correta, esses fósseis podem conter a chave para resolver um dos maiores mistérios da evolução humana: um quebra-cabeça que começou com a descoberta de um osso de dedo mindinho na Caverna Denisova, nas Montanhas Altai, no sul da Sibéria.

A análise de DNA desse pequeno fóssil levou à descoberta em 2010 de que ele representava uma população humana antiga distinta, que os cientistas chamaram de denisovanos. Muitas pessoas vivas hoje carregam traços do DNA denisovano, mas — como os fósseis desses ancestrais extintos ainda são poucos — os especialistas em origens humanas ainda não sabem exatamente como eles eram, onde viviam ou por que desapareceram.

Os restos chineses difíceis de classificar incluem 21 fósseis encontrados na década de 1970 no sítio de Xujiayao (Houjiayao), localizado na fronteira das províncias de Shanxi e Hebei, no norte da China. Os espécimes representam 16 indivíduos que viveram entre 200 mil e 160 mil anos atrás.

Muitos desses fósseis haviam sido negligenciados porque, quando foram descobertos pela primeira vez nas décadas de 1970 e 1980, as crenças comuns sobre as origens humanas eram vastamente diferentes das teorias atuais.

Na época, muitos paleoantropólogos pensavam que as populações humanas atuais evoluíram regionalmente de hominídeos arcaicos como o *Homo erectus*, que deixou a África há cerca de 2 milhões de anos. Com efeito, esse modelo científico conhecido como multirregionalismo, agora amplamente rejeitado, sugeria que havia apenas uma espécie de hominídeo que evoluiu ao longo do tempo para se tornar *Homo sapiens*.

Nesse cenário, os fósseis de Xujiayao e outros com características incomuns descobertos na China foram classificados como intermediários entre hominídeos mais primitivos, como o *Homo erectus*, e os mais modernos. O modelo científico multirregional, que sugeria raízes ancestrais distintas para o povo chinês, alinhava-se com sentimentos nacionalistas e já foi particularmente enraizado entre acadêmicos chineses (...).

"Os Denisovanos não têm um nome taxonômico formal intencionalmente porque há uma falta de material comparativo para nomear uma nova espécie", explicou McCrae. "Isso é bom por um lado porque dá tempo ao campo para descobrir mais evidências fósseis dos Denisovanos antes de nomear uma nova espécie, mas é ruim por outro lado porque deixa esses importantes fósseis 'disponíveis' para que pessoas atribuam prematuramente um nome taxonômico."

Existe esperança entre alguns paleoantropólogos de que, quando os Denisovanos receberem um nome formal de espécie, "ele reflita o local tipo da Caverna Denisova e o agora ubíquo nome coloquial 'Denisovanos'", disse McCrae, admitindo que "não há garantia de que isso acontecerá."

O período está repleto de hominídeos fósseis que morfologicamente são "um tanto confusos", acrescentou ele. Alguns parecem distintos, mas alguns têm características Neandertais, e outros têm características do *Homo sapiens*, e muitos têm ambas, disse McCrae.

"Dividir prematuramente os fósseis em espécies poderia obscurecer a verdadeira história do que está acontecendo no mundo neste momento, e é, de uma perspectiva logística, muito difícil voltar atrás em uma decisão uma vez que os nomes das espécies são divulgados, independentemente de haver bom suporte para isso ou não", disse ele.

Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/fosseis-descobertos-na-china-podem-reescrever-a-historia-humana-entenda/.
Acesso em: 14 fev. 2025.

**1.** Fundamentado na leitura atenta do texto apresentado, pode-se inferir que:

**(A)** Os chineses tinham especial apreço pelo multirregionalismo, pelo fato de que essa teoria se alinhava com princípios patrióticos que compunham o arcabouço intelectual dos estudiosos, uma vez que essa teoria apresentava o povo chinês vindo de uma linhagem diferente.
**(B)** A escassez de material comparativo dos "Denisovanos" é algo favorável tendo em vista que isso permite aos estudiosos escolherem com melhor nome taxonômico para esse novo tipo de hominídeo.
**(C)** Arqueólogos descobriram fósseis de hominídeos contemporâneos na China, datados de 300 mil a 100 mil anos atrás, com cérebros maiores que os dos humanos modernos, o que indica, perante a comunidade científica, que tais seres compõem uma nova espécie.
**(D)** Por ser considerada uma espécie extinta, não há nenhum outro vestígio dos "Denisovanos" no mundo atual além daqueles encontrados pelos pesquisadores.
**(E)** A descoberta pode ajudar a desvendar mistérios sobre a evolução humana, como a relação com os Denisovanos, um grupo humano antigo conhecido por seu DNA encontrado na Sibéria, e com uma vastidão de fósseis identificados.

---

**2.** Mantém a concordância verbal a alternativa apresentada:

**(A)** Arqueólogos encontraram na China fósseis de hominídeos arcaicos com características humanas intrigantes, datadas entre 300 mil e 100 mil anos atrás, o qual desafia as categorizações científicas existentes.
**(B)** A descoberta dos fósseis chineses reacenderam debates sobre a complexa história da evolução humana e a possível ligação com os misteriosos Denisovanos, o qual ainda não alcançaram a categoria de espécie.
**(C)** Cientistas propõem o reconhecimento formal de uma nova espécie de hominídeo, o *Homo Juluensis*, cujos fósseis se destacam por um cérebro surpreendentemente grande, ainda maior que o do *Homo sapiens*.
**(D)** A proposta de uma nova espécie, *Homo Juluensis*, baseia-se na reanálise de fósseis chineses negligenciados, dentre o qual se inclui os de Xujiayao, que anteriormente foram interpretados dentro do modelo multirregional hoje rejeitado.
**(E)** O mistério dos Denisovanos pode se relacionar em parte com o conjunto de fósseis que foram encontrados na China recentemente, mas ainda há muito trabalho a ser feito antes que sejam tomada qualquer decisão.

**3.** É acentuada pelo mesmo motivo que "ubíquo" a seguinte palavra:

**(A)** África.
**(B)** Evoluíram.
**(C)** Cúbicos.
**(D)** Fóssil.
**(E)** Crânio.

---

**4.** Entendendo a divisão silábica, também conhecida como separação silábica, como a ação de segmentar uma palavra em suas sílabas constituintes, pode-se identificar a opção que atende à definição como sendo:

**(A)** En-rai-za-dos, obs-cu-re-cer, ho-mi-ní-de-os.
**(B)** Na-ci-o-na-lis-tas, en-ra-i-za-dos, dis-po-ní-veis.
**(C)** Mul-ti-rre-gio-na-lis-mo, ar-cai-cos, e-vo-lu-iu.
**(D)** In-de-pen-den-te-men-te, ob-scu-re-cer, te-o-ri-as.
**(E)** Na-cio-na-lis-tas, ho-mi-ní-deos, teo-rias.

---

**5.** A palavra "paleoantropólogos", essencial para o contexto do texto sobre a descoberta de fósseis na China, é formada pela combinação de elementos morfológicos de origem grega. Sobre ela, é correto afirmar:

**(A)** Combina os radicais "paleo-" (antigo), "antropo-" (homem/humano) e "-logos" (estudo/ciência), indicando os profissionais que se dedicam ao estudo científico dos seres humanos antigos e da sua evolução.
**(B)** Vem do latim "paleo" (terra), "antropus" (gente) e "logos" (conhecimento), significando as pessoas que possuem conhecimento sobre a gente da terra antiga.
**(C)** Deriva da junção de "paleo-" (pálido), "antropos" (caverna) e "-logos" (discurso), designando os especialistas que discursam sobre os fósseis encontrados em cavernas escuras.
**(D)** Composta pelos radicais "paleo-" (pedra), "antropo-" (humano) e "-logos" (ciência), referindo-se aos cientistas que estudam a ciência dos humanos da idade da pedra.
**(E)** Combina "paleo-" (velho), "antro-" (interior) e "-logos" (registro), descrevendo aqueles que realizam o registro do interior de fósseis muito velhos.

---

**6.** Assinale a alternativa que contém advérbio corretamente identificado.

**(A)** "Os restos chineses difíceis de classificar incluem 21 fósseis **encontrados** na década de 1970 no sítio de Xujiayao (Houjiayao), localizado na fronteira das províncias".
**(B)** "Um cérebro extremamente grande, maior que o de nossa espécie, *Homo sapiens*, o único hominídeo **sobrevivente**".
**(C)** "Ele representava uma população humana **antiga** distinta, que os cientistas chamaram de denisovanos".
**(D)** "Esse modelo científico conhecido como multirregionalismo, **agora** amplamente rejeitado, sugeria que havia apenas uma espécie".
**(E)** "Os Denisovanos não têm um nome taxonômico **formal** intencionalmente porque há uma falta de material comparativo para nomear uma nova espécie".

**7.** "Christopher Bae, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar."

Considere o trecho extraído do texto, caso trocássemos o nome do professor Christopher Bae pelo da sua colega, "Wu Xiujie". Identifique qual das seguintes opções apresenta a adaptação com a concordância nominal correta.

**(A)** Wu Xiujie, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre as cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
**(B)** Wu Xiujie, professora do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseada em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
**(C)** Wu Xiujie, professora do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
**(D)** Wu Xiujie, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseada em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
**(E)** Wu Xiujie, professora do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre as cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.

---

**8.** Sabe-se que a sílaba tônica é aquela com alta intensidade na pronúncia e que há somente uma por palavra. Inerente a estes fundamentos, assinale a alternativa que indica a palavra e sua classificação junto a posição da sílaba tônica.

**(A)** Populações, paroxítona.
**(B)** Incluem, oxítona.
**(C)** Magnitude, paroxítona.
**(D)** Pequim, proparoxítona.
**(E)** Extinto, oxítona.

---

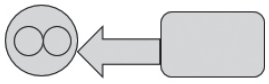
**9.** "Os fragmentos de crânio, dentes, mandíbulas e outros restos descobertos em diferentes locais do país são claramente vestígios de hominídeos arcaicos"

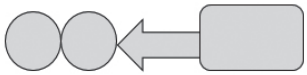
O segmento acima destacado do texto pode ser representado pela seguinte estrutura acompanhando a ordem de símbolos:

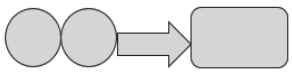
**(A)** O=dN(d(pndn+nn)n(p(dn(pdn))))→Q
**(B)** O=Np(pndn+dn)d(p(dn(pdn))))→Q
**(C)** O=dN(pndn+pn)p(p(dn(pdn)))→Q
**(D)** O=dN(p(nnn+dn)d(p(dn(pdn)))→Q
**(E)** O=dNp(nnn+dn)d(n(n(d)))→Q

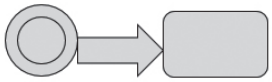
---

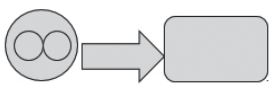
**10.** "Christopher Bae, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar."
Assinale a alternativa que indique corretamente como o período acima deve ser representado graficamente.

**(A)** 

**(B)** 

**(C)** 

**(D)** 

**(E)** 

## Raciocínio Lógico Matemático

**11.** Em um jogo de tabuleiro, Alice e Theo começam com o mesmo número de peças. Na primeira rodada, Alice perde um terço de suas peças para Theo. Na segunda rodada, Theo perde metade de suas peças para Alice. Na terceira rodada, Alice perde três quartos de suas peças para Theo. Após essas três rodadas, Theo tem 150 peças. Determine quantas peças Alice tinha inicialmente.

**(A)** 90.
**(B)** 105.
**(C)** 60.
**(D)** 75.
**(E)** 80.

**12.** Em uma corrida de revezamento, quatro atletas devem percorrer um percurso cada vez maior. O primeiro corre 100 metros, o segundo corre 150 metros, o terceiro corre 225 metros e o quarto corre 325 metros. Assinale quantos metros o sexto atleta deverá correr.

**(A)** 575.
**(B)** 600.
**(C)** 450.
**(D)** 475.
**(E)** 525.

**13.** Um arquiteto está projetando telhados para duas casas de formatos semelhantes, mas em escalas diferentes. O telhado da casa menor tem uma área de 27 m², e os comprimentos das vigas do telhado da casa maior são 5/3 do tamanho das vigas da casa menor. Sabendo que os telhados têm o mesmo formato geométrico, calcule qual será a área do telhado da casa maior.

**(A)** 80 m².
**(B)** 90 m².
**(C)** 45 m².
**(D)** 54 m².
**(E)** 75 m².

**14.** Três costureiras, trabalhando 6 horas por dia durante 5 dias, conseguem produzir 90 peças de roupa. Se forem 5 costureiras, trabalhando 8 horas por dia durante 6 dias, calcule quantas peças de roupa elas conseguirão produzir, mantendo o mesmo ritmo de trabalho.

**(A)** 300 peças.
**(B)** 360 peças.
**(C)** 120 peças.
**(D)** 240 peças.
**(E)** 260 peças.

**RASCUNHO**

**15.** Em uma escola, 42 alunos estudam inglês, 30 alunos estudam espanhol, e 15 alunos estudam ambos os idiomas. Sabendo que todos os alunos estudam pelo menos um dos dois idiomas, assinale quantos alunos há na escola.

**(A)** 72.
**(B)** 77.
**(C)** 57.
**(D)** 62.
**(E)** 67.

**RASCUNHO**

## Noções de Direitos Humanos

**16.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 217 A (III), em 10 de dezembro de 1948, foi um documento construído por vários países em resposta às violações de direito sofridas nas duas grandes guerras mundiais. Sendo considerada um marco na história dos direitos humanos, é correto afirmar que a DUDH dispõe como preceito fundamental que:

**(A)** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
**(B)** A liberdade de professar a própria religião ou as próprias crenças estará sujeita, unicamente, às limitações prescritas pela lei e necessárias para proteger a segurança, a ordem, a moral, a saúde pública ou os direitos e liberdades fundamentais dos demais.
**(C)** Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.
**(D)** Ninguém poderá ser submetido à tortura, nem a penas ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes. Será proibido, sobretudo, submeter uma pessoa, sem seu livre consentimento, a experiências médicas ou científicas.
**(E)** Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

**17.** O art. 24 da Convenção sobre os direitos das crianças dispõe que os Estados Partes garantirão a plena aplicação dos direitos de saúde e dos serviços destinados ao tratamento das doenças e à recuperação da saúde, envidando esforços para adotar medidas apropriadas que:

**(A)** promovam e incentivem a cooperação entre os estados e municípios do país com vistas a lograr, progressivamente, a plena efetivação do direito reconhecido.
**(B)** desenvolvam a assistência médica preventiva, a orientação aos pais e a educação e serviços de planejamento familiar.
**(C)** assegurem às mães adequada assistência médica no pós-natal, que é o momento em que a criança chega ao mundo.
**(D)** assegurem a prestação de assistência médica e cuidados sanitários necessários a todas as crianças, dando ênfase aos cuidados mais graves e custosos de saúde.
**(E)** desenvolvam a assistência médica curativa, a orientação aos pais e a educação e serviços de planejamento familiar.

**18.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais são documentos que discorrem sobre os direitos humanos de maneira universal, abrangendo todas as pessoas, independentemente de credo, gênero ou etnia. Nos termos da Constituição Federal de 1988, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

**(A)** serão equivalentes à emenda constitucional, se aprovados, na Câmara dos Deputados, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.
**(B)** serão equivalentes à lei ordinária, ainda que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, porque são normas criadas fora do território brasileiro e por esse motivo não podem ter natureza de emenda constitucional.
**(C)** serão equivalentes às emendas constitucionais se forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
**(D)** serão equivalentes à lei supraconstitucional, já que seu conteúdo eminentemente humanista interessa à defesa de todos os povos.
**(E)** serão equivalentes à lei supralegal, se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

**19.** Os direitos sociais são considerados direitos de segunda geração oriundos do processo de transição entre o Estado garantidor dos direitos fundamentais individuais para um modelo de Estado garantidor de direitos sociais coletivos. A Constituição Federal de 88, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o ECA abordam alguns direitos e deveres sobre a educação e o trabalho no país. Diante dessa afirmação, assinale a alternativa correta.

**(A)** A criança e o adolescente têm direito à educação e qualificação para o trabalho, mas não podem exercer trabalho com menos de 14 anos, salvo na condição de menor aprendiz.
**(B)** É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, mas não podem interferir na definição das propostas educacionais, que são formuladas pelo MEC.
**(C)** É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a oito anos de idade.
**(D)** Segundo o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados, nem mesmo nos países em que determinados crimes sejam punidos com prisão e trabalhos forçados.
**(E)** O menor de 14 anos é proibido de exercer qualquer trabalho, salvo se o trabalho for exercido em empresa familiar.

**20.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe a observância do princípio constitucional da proteção integral das crianças e adolescentes com absoluta prioridade na garantia dos seus direitos. Segundo o ECA, é correto afirmar que os agentes públicos executores de medidas protetivas que usarem de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como forma de correção dos menores estarão sujeitos à:

**(A)** aplicação da pena de suspensão pelo seu chefe imediato, por período máximo de 30 dias.
**(B)** aplicação da pena de demissão, considerando o princípio da proteção integral das crianças e adolescentes e a gravidade da situação.
**(C)** garantia de um tratamento de saúde especializado à vítima e psicológico a sua família.
**(D)** obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado, podendo a pena ser aplicada pelo Conselho Tutelar.
**(E)** aplicação da pena de advertência em qualquer caso, independente da sua gravidade.

## Noções de Direito Penal

**21.** Marque a alternativa correta em relação aos crimes contra a Administração Pública.

**(A)** A corrupção ativa consiste em solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
**(B)** O peculato consiste em apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
**(C)** O crime de furto consiste em apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio.
**(D)** A condescendência criminosa é o ato de retardar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
**(E)** A prevaricação é o ato de solicitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

**22.** O art. 6º do Código Penal define o lugar do crime. A teoria aplicada é a:

**(A)** da Ubiquidade.
**(B)** da Ultratividade.
**(C)** da Ambivalência.
**(D)** do Resultado.
**(E)** da Atividade.

**23.** No direito penal, é correto afirmar que:

**(A)** o crime habitual é aquele que possui apenas uma conduta que se prolonga no tempo.
**(B)** os crimes de mera conduta são aqueles em que o legislador descreve um resultado no tipo penal.
**(C)** os crimes formais são aqueles em que o legislador descreve uma conduta e um resultado, mas ele é prescindível para que haja crime consumado.
**(D)** os crimes materiais são aqueles em que o legislador prevê uma conduta, mas não prevê um resultado.
**(E)** crime próprio é aquele que pode ser praticado por qualquer pessoa, não se exigindo, portanto, uma qualidade especial do sujeito ativo.

**24.** O crime de tortura é definido pela Lei nº 9.455/97 e pode-se afirmar que:

**(A)** o condenado cumprirá a pena no regime integralmente fechado.
**(B)** o crime de tortura não admite tentativa.
**(C)** o crime de tortura é inafiançável, mas admite graça ou anistia.
**(D)** não se admite crime de tortura em razão de discriminação racial ou religiosa.
**(E)** se cometida por agente público aumenta-se a pena de um sexto até um terço.

**25.** O crime impossível definido no art. 17 do Código Penal ocorre quando:

**(A)** o agente atua amparado por causa excludente de ilicitude.
**(B)** a ineficácia do meio escolhido pelo agente é relativa.
**(C)** o crime não se consuma por circunstâncias alheias a vontade do agente.
**(D)** o crime não se consuma por absoluta impropriedade do objeto.
**(E)** o crime se consuma, mas o agente é inimputável.

## Noções de Direito Constitucional

**26.** A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, elenca uma série de direitos e garantias fundamentais em seu Título II, além de diversos remédios constitucionais voltados à sua defesa ou concretização. Sobre o tema, é correto dizer que:

**(A)** o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político legalmente constituído.
**(B)** em razão do princípio da publicidade, o habeas data é cabível ainda que não tenha havido recusa de informações pela autoridade administrativa.
**(C)** em razão do princípio da isonomia, as penas devem ser cumpridas em estabelecimentos homogêneos, independentemente da idade ou sexo do apenado.
**(D)** o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso cautelarmente e que venha a ser posteriormente inocentado.
**(E)** são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.

**27.** O artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz a disciplina base sobre a Administração Pública, prevendo regras e princípios para a organização administrativa e para o regime jurídico dos cargos públicos. Quanto ao ponto, é correto afirmar que:

**(A)** os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
**(B)** o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, observada a remuneração deste.
**(C)** as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
**(D)** excepcionalmente, a Constituição admite a equiparação salarial para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
**(E)** a criação de autarquias na Administração Pública não depende de lei específica.

**28.** Juvenal do Pneu, deputado estadual muito combativo, proferiu manifestação, fora das dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, alegando que determinado Secretário Estadual estaria praticando atos contrários à moralidade administrativa. Em relação às imunidades parlamentares, considerando a situação narrada, é correto afirmar que:

**(A)** Juvenal está protegido pela imunidade material e pela imunidade formal.
**(B)** Juvenal está protegido pela imunidade material, mas não terá direito à imunidade formal, uma vez que se trata de prerrogativa aplicável apenas aos parlamentares federais.
**(C)** Juvenal não está protegido pela imunidade material, uma vez que as manifestações foram proferidas fora das dependências da Assembleia Legislativa do Estado.
**(D)** Juvenal não está protegido pela imunidade material, uma vez que as imunidades dispostas para os parlamentares federais não se estendem aos parlamentares estaduais.
**(E)** Juvenal não está protegido pela imunidade material, uma vez que a manifestação consubstancia, *ipso facto*, quebra de decoro parlamentar.

**29.** O artigo 84 da CRFB elenca uma série de atribuições do Presidente da República, muitas das quais são extensíveis ao Governador de Estado, Chefe do Poder Executivo no âmbito estadual. Quanto ao ponto, é correto afirmar que:

**(A)** por sua importância, as competências que a Constituição elenca como privativas do Presidente da República são indelegáveis.
**(B)** em virtude do princípio da separação de poderes, a Constituição da República não confere competências regulamentares ou normativas ao Chefe do Poder Executivo, uma vez que consistem em atribuições típicas do Poder Legislativo.
**(C)** é possível a extinção de cargos por decreto do Chefe do Poder Executivo, ainda que tais cargos não estejam vagos.
**(D)** a iniciativa do projeto de lei de diretrizes orçamentárias é privativa do Chefe do Poder Executivo.
**(E)** o Presidente da República deve prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

**30.** Em suas atividades práticas, o Departamento Geral de Ações Socioducativas – DEGASE acaba tendo uma necessária interlocução com diversos outros órgãos, a exemplo do Ministério Público e da Defensoria Pública. Nessa perspectiva, em relação às funções essenciais à justiça disciplinadas pela Constituição da República, é correto afirmar que:

**(A)** a Defensoria Pública Estadual não é dotada de autonomia administrativa.
**(B)** é vedado aos integrantes da Defensoria Pública o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
**(C)** o Ministério Público da União abrange o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público dos Estados.
**(D)** entre as garantias conferidas aos membros do Ministério Público está a vitaliciedade, após três anos de efetivo exercício.
**(E)** excepcionalmente, admite-se a percepção de honorários pelos membros do Ministério Público.

## Noções de Direito Administrativo

**31.** Um adolescente apreendido por força de ordem judicial estava sendo conduzido à presença da autoridade judiciária por uma equipe composta por quatro Agentes do DEGASE/RJ. O agente que dirigia a viatura conduzia a mesma de forma efetivamente imprudente, e, mesmo advertido pelos demais Agentes, continuou a dirigir de forma imprudente, o que acarretou grave acidente de trânsito, com abalroamento de vários veículos, implicando a morte do adolescente, ferimentos graves nos agentes e em terceiros, e, ainda, danos materiais a veículos, incluindo a perda total da viatura. Nesse contexto, em sede de Responsabilidade Civil do Estado, é correto afirmar que:

**(A)** a responsabilidade pela reparação dos danos cabe ao Estado do Rio de Janeiro, não podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, ser responsabilizado pelos danos causados a terceiros, em ação regressiva proposta pela Fazenda Pública, cabendo apenas responsabilização na esfera administrativa em relação ao referido Agente.
**(B)** a responsabilidade pela reparação dos danos cabe ao Estado do Rio de Janeiro, podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, ser responsabilizado na esfera civil pelos danos causados a terceiros, em ação regressiva; mas não pode ser responsabilizado na esfera administrativa e na esfera criminal.
**(C)** a responsabilidade pela reparação dos danos cabe exclusivamente ao Estado do Rio de Janeiro, não podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, em hipótese nenhuma, ser responsabilizado civil, penal e administrativamente, uma vez que era apenas um preposto do Estado.
**(D)** a responsabilidade pela reparação do dano cabe ao Estado do Rio de Janeiro, podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, responder pelos danos causados a terceiros, em ação regressiva proposta depois de transitar em julgado a decisão que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado; além de poder responder penal e administrativamente pelo fato.
**(E)** a responsabilidade pela reparação do dano cabe exclusivamente ao Agente do DEGASE/RJ, uma vez que, ao dirigir de forma imprudente, assumiu a total responsabilidade pelas consequências de seu ato, podendo responder, assim, civil, penal e administrativamente pelo fato.

**32.** O servidor público tem uma série de deveres e de proibições a serem observados, cujo descumprimento constitui infração disciplinar, implicando a consequente responsabilização do mesmo, através do devido processo administrativo disciplinar. Nesse sentido, são penas disciplinares previstas no Decreto-Lei nº 220/1975:

**(A)** advertência; inelegibilidade; suspensão; multa; destituição de função; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
**(B)** advertência; repreensão; suspensão; multa; indisponibilidade dos bens; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
**(C)** advertência; repreensão; suspensão; multa; destituição de função; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
**(D)** advertência; repreensão; suspensão; multa; perda de bens; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
**(E)** advertência; repreensão; suspensão; multa; prestação social alternativa; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.

**33.** O Chefe de um Centro de Socioeducação do DEGASE/RJ, integrante das Unidades de Internação, no uso legal de suas atribuições, emitiu um Ato Administrativo que previa tratamento diferenciado, como recompensa, a dez (10) adolescentes internados que cumprissem determinados critérios postos no referido Ato, incluindo, por exemplo, bom comportamento. A avaliação e a escolha dos adolescentes seriam feitas pelo próprio Chefe do referido Centro de Socioeducação. Entre os benefícios previstos estariam: alojamento distinto dos demais internados, rouparia de cama e banho individualizada, fora do padrão da unidade, a possiblidade de usar roupas comuns e não o devido uniforme do Centro de Socioeducação, alimentação fornecida diretamente pelos parentes, além de visitas de familiares e amigos com maior frequência do que os demais adolescentes. A posteriori, descobriu-se que um dos adolescentes beneficiados pelo citado Ato Administrativo era sobrinho e afilhado do citado Chefe, motivo pelo qual esse teria emitido o referido Ato. Nessa situação hipotética, à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pátrias, é possível afirmar que:

**(A)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação se amoldaria a caso de abuso de poder, mas, por ser ato discricionário, não poderia ser anulado, mas apenas revogado pelo próprio Chefe do Centro de Socioeducação, uma vez que não cabe análise de legalidade e legitimidade em atos administrativos discricionários.
**(B)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação não se amoldaria a caso de abuso de poder, motivo pelo qual o referido Ato Administrativo não poderia ser anulado pela própria Administração, ainda que eivado de vício, mas apenas revogado, após a devida apreciação, por determinação judicial.
**(C)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação não se amolda a caso de abuso de poder, uma vez que, sendo o adolescente seu sobrinho e afilhado, não se poderia exigir outra conduta do referido chefe, não se vislumbrando, assim, pessoalidade na elaboração do ato administrativo, nem qualquer outro vício que maculasse o fazimento do mesmo.
**(D)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação se amoldaria à previsão doutrinária de abuso de autoridade, na espécie excesso de poder, uma vez que teria atuado fora de seus limites de competência, praticou atos que não estavam previamente previstos em lei, o que, ainda assim, não torna o Ato Administrativo anulável.
**(E)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação se amoldaria à previsão doutrinária de abuso do poder, na espécie desvio do poder, uma vez que, dentro de seus limites de competência, praticou ato de interesse particular, em benefício de terceiro, com efetivo desvio de finalidade, em clara violação ao princípio da impessoalidade.

**34.** O Diretor do DEGASE/RJ, em reunião com os Chefes dos Centros de Socioeducação, constatou que as visitas aos adolescentes internados não estavam sendo bem controladas, havendo, a título de exemplo, acesso de pessoas indevidas, sobretudo algumas que, apontadas como amigas, na verdade, conforme informação de inteligência, eram indivíduos vinculados a facções criminosas nas quais os internados participariam; excesso de dias de visitas semanais; acesso, a partir das referidas visitas, a objetos não permitidos no âmbito dos referidos Centros – como cigarros, drogas e celulares; fatos que implicam efetiva prejudicialidade aos interesses do adolescente. A partir dessa constatação, o Diretor do DEGASE/RJ, no uso de suas atribuições, nos limites da legislação aplicável, em razão do interesse público, a fim de restabelecer a ordem no âmbito dos Centros de Socioeducação no que tange à visitação, baixou uma portaria disciplinando a referida visita, regulando, de forma a garantir os direitos dos adolescentes internados, por exemplo, os dias de visitação – limitando, temporariamente, a uma (01) por semana, a limitação dos visitantes a familiares, responsáveis ou amigos previamente cadastrados, além da limitação de entrega de objetos aos interno, o que só se daria se fosse para o efetivo bem estar do adolescente, dentro da previsão legal. Nessa situação hipotética, o Diretor do DEGASE/RJ atuou com fulcro no:

**(A)** Poder Judicial Derivado.
**(B)** Poder de Polícia.
**(C)** Poder Hierárquico.
**(D)** Poder Constituinte Derivado.
**(E)** Poder Disciplinar.

**35.** O Brasil, com a Constituição Federal de 1988, reestruturou-se como uma República, Democrática, de Direito, assumindo, ainda, a forma federativa, implicando uma organização político-administrativa composta por entes, entidades e órgãos, integrantes da administração direta ou indireta. Nesse sentido, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE/RJ) é:

**(A)** um órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.
**(B)** uma autarquia vinculada à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
**(C)** um órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro.
**(D)** uma autarquia vinculada à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.
**(E)** um órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

## Noções de Direito Civil

**36.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi sancionado em 13 de julho de 1990 e é o principal instrumento normativo brasileiro sobre os direitos da criança e do adolescente. O ECA incorporou regras da Convenção de Direitos das Crianças das Nações Unidas. Além disso, o artigo 227 da Constituição Federal dispõe que "[é] dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". A absoluta prioridade citada na norma constitucional, visa assegurar que as crianças e os adolescentes sejam tratados com absoluta prioridade pelo governo e pela sociedade. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta o princípio que estabelece que crianças e adolescentes sejam tratados com absoluta prioridade.

**(A)** Princípio da Prioridade Absoluta.
**(B)** Princípio da Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento.
**(C)** Princípio do Interesse do Menor.
**(D)** Princípio da Proteção Integral.
**(E)** Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

**37.** A tutela e curatela são institutos jurídicos distintos, mas ambos visam proteger os interesses de indivíduos que, por algum motivo, não possuem capacidade plena de administrar a sua vida. Em 2021, José Paulo, na época, com 15 anos de idade e portador de doença cognitiva grave e incurável que o impedia de realizar as atividades do dia a dia, perdeu seus representantes legais. Por meio de uma ação judicial, sua avó foi nomeada como sua responsável. No entanto, ela veio a falecer quando ele completou 18 anos, atingindo a maioridade legal. Diante de seu falecimento, uma nova ação judicial foi ajuizada visando nomear um(a) novo(a) responsável para José Paulo em razão de sua doença cognitiva grave incapacitante. Com base no exposto, assinale a alternativa correta que apresenta os institutos jurídicos que visam proteger os interesses de indivíduos que não possuem capacidade de administrar a sua vida, aplicados na primeira e na segunda ação judicial.

**(A)** Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da tutela e na segunda o da tutela.
**(B)** Nenhum instituto jurídico foi aplicado pelo Poder Judiciário.
**(C)** Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da tutela e na segunda o da curatela.
**(D)** Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da curatela e na segunda o da tutela.
**(E)** Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da curatela e na segunda o da curatela.

**38.** Ana Maria foi adotada aos 14 anos de idade pela senhora Laura. A família da Sra. Laura é composta por ela e por seu filho biológico Antônio, de 5 anos de idade. De acordo com o artigo 227, parágrafo 6º, da Constituição Federal, "[os] filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação". Considerando o tratamento dado pela Constituição Federal aos filhos biológicos e adotivos, em matéria de direitos sucessórios, bem como o fato de que a Sra. Laura não possui testamento nem outros familiares, indique qual será o quinhão da herança que Ana Maria e Antônio terão direito a receber, caso a mãe, Laura, venha a falecer.

**(A)** 90% para Ana Maria e 10% para Antônio.
**(B)** 40% para Ana Maria e 60% para Antônio.
**(C)** Nada para Ana Maria e 100% para Antônio.
**(D)** 10% para Ana Maria e 90% para Antônio.
**(E)** 50% para Ana Maria e 50% para Antônio.

**39.** A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. De acordo com o artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, "[a] República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III – a dignidade da pessoa humana". Nesse contexto, assinale a alternativa que corretamente descreve o conceito de dignidade da pessoa humana.

**(A)** É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que apenas os maiores de 18 anos devem ter seu acesso à saúde e educação garantidos pelo Estado e pela sociedade.
**(B)** É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
**(C)** É apenas um princípio fundamental no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
**(D)** É apenas uma norma legal no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
**(E)** É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que apenas crianças e adolescentes devem ter seu acesso à saúde e educação garantidos pelo Estado e pela sociedade.

**40.** Os princípios do Direito de Família são os fundamentos para aplicação e interpretação das leis brasileiras dentro de nosso ordenamento jurídico. Assinale a alternativa abaixo que traz um princípio que faz parte do conjunto de princípios do Direito de Família.

**(A)** Princípio da onerosidade excessiva.
**(B)** Princípio da função social do contrato.
**(C)** Princípio do *Pacta sunt servanda*.
**(D)** Princípio da afetividade.
**(E)** Princípio da supremacia da ordem pública.

## Leis Especiais

**41.** Com relação ao glossário constante do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, assinale a alternativa correta.

**(A)** Considera-se "Adoção" a Medida judicial de colocação, em caráter temporário, de uma criança ou adolescente em outra família que não seja aquela onde nasceu, conferindo vínculo de filiação provisório.
**(B)** REDINFA é a Rede Internacional de Informação sobre Infância, Adolescência e Família que está sendo implementada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
**(C)** Considera-se "Casa Lar" a modalidade de Acolhimento Institucional oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como cuidador residente – em uma casa de sua propriedade – prestando cuidados a um grupo de crianças e/ou adolescentes.
**(D)** Considera-se "Família Acolhedora" a nomenclatura dada à família que participa de programas de famílias Acolhedoras, recebendo crianças e adolescentes sob sua guarda, de forma definitiva.
**(E)** Considera-se "Reintegração Familiar" o retorno da criança e adolescente ao contexto da família de origem da qual se separou.

**42.** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, salvo:

**(A)** prisão, dependendo da gravidade do fato.
**(B)** internação em estabelecimento educacional.
**(C)** advertência.
**(D)** obrigação de reparar o dano.
**(E)** prestação de serviços à comunidade.

**43.** De acordo com o Código de Ética e Condutas do DEGASE, não constituem condutas e deveres a serem observados pelo servidor socioeducativo:

**(A)** ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
**(B)** preservar o espírito de urbanidade, imparcialidade e cooperação no convívio funcional, de forma que preconceitos ou discriminações não venham a influir na objetividade e na exatidão de seu trabalho, proporcionando um ambiente ético, saudável e seguro.
**(C)** realizar seu trabalho com lealdade à instituição, compartilhando os conhecimentos e informações necessárias para o exercício das atividades próprias do Departamento Geral de Ações Socioeducativas.
**(D)** emitir opiniões ou adotar práticas que demonstrem preconceito de origem, raça, gênero, orientação sexual, cor, idade, credo, deficiências e quaisquer outras formas de discriminação que possam perturbar o ambiente de trabalho ou causar constrangimento aos demais servidores, inclusive àquelas relacionadas a valores religiosos, culturais ou políticos.
**(E)** desempenhar, com tempestividade e profissionalismo, as atribuições que lhe forem cometidas, primando por zelo, prudência, honestidade e qualidade, não se eximindo de qualquer responsabilidade daí resultante.

**44.** É transgressão do Código de Ética do DEGASE:

**(A)** comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público.
**(B)** ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos estaduais.
**(C)** cometer e/ou se envolver em assédio moral vertical, horizontal ou ascendente; qualquer outra forma de assédio como a de gênero, racial, orientação sexual, religião, diversidade funcional, aparência, origem étnica e ideológica; ou qualquer outra pressão psicológica que venha a influenciar indevidamente a atuação do servidor.
**(D)** abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa na lei.
**(E)** agir de forma imparcial e cordial nos procedimentos correcionais ou em atividades conjuntas com outros órgãos públicos resguardando o sigilo das informações.

---

**45.** De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Crianças, os Estados Partes reconhecem que a educação da criança deverá estar orientada no sentido de determinadas diretrizes, salvo:

**(A)** preparar a criança para assumir uma vida responsável em uma sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena.
**(B)** imbuir na criança o desrespeito ao meio ambiente.
**(C)** desenvolver a personalidade, as aptidões e a capacidade mental e física da criança em todo o seu potencial.
**(D)** imbuir na criança o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, bem como aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.
**(E)** imbuir na criança o respeito aos seus pais, à sua própria identidade cultural, ao seu idioma e seus valores, aos valores nacionais do país em que reside, aos do eventual país de origem, e aos das civilizações diferentes da sua.

---

**46.** É correto afirmar, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90):

**(A)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá aplicar o *sursis.*
**(B)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá suspender condicionalmente o processo.
**(C)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá promover o arquivamento dos autos.
**(D)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá aplicar transação penal.
**(E)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá aplicar pena restritiva de direitos.

**47.** A análise dos pedidos encaminhados à Central de Vagas levará em consideração os seguintes critérios, exceto:

**(A)** Reiteração do ato infracional.
**(B)** Disponibilidade de vaga de acordo com a natureza da medida imposta, independente da separação entre vagas femininas e masculinas.
**(C)** Disponibilidade da vaga.
**(D)** Local do ato infracional e a proximidade familiar.
**(E)** Gravidade do ato infracional.

---

**48.** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990, não é crime praticado contra criança e adolescente:

**(A)** Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.
**(B)** Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la.
**(C)** Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.
**(D)** Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual.
**(E)** Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público.

---

**49.** Constitui infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/90), exceto:

**(A)** Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, bem como deixar de proceder aos testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido.
**(B)** Vender ou locar a criança ou adolescente fita de programação em vídeo, em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente.
**(C)** Deixar o responsável pelo estabelecimento ou o empresário de observar o que dispõe esta Lei sobre o acesso de criança ou adolescente aos locais de diversão, ou sobre sua participação no espetáculo.
**(D)** Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de efetuar imediato encaminhamento à autoridade judiciária de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção.
**(E)** Exibir filme, trailer, peça, amostra ou congênere classificado pelo órgão competente como inadequado às crianças ou adolescentes admitidos ao espetáculo.

---

**50.** Não faz parte dos princípios da Central de Vagas:

**(A)** Convivência familiar e comunitária.
**(B)** Temporalidade da medida socioeducativa.
**(C)** Dignidade da pessoa humana.
**(D)** Lentidão e habitualidade da medida socioeducativa.
**(E)** Prioridade absoluta da criança e ao adolescente.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**51.** Na elaboração de um documento oficial, um servidor precisa utilizar corretamente os pronomes de tratamento nos três momentos distintos da redação oficial. No endereçamento, ele insere as informações no envelope da correspondência. No vocativo, ele se dirige ao destinatário no início do documento, enquanto, no corpo do texto, pode utilizar o pronome de tratamento por extenso ou abreviado. Considerando essas regras, complete a frase a seguir com a alternativa adequada: Para redigir um ofício dirigido a um Ministro de Estado, o endereçamento correto deve iniciar com a expressão:

**(A)** A Sua Senhoria o Senhor Ministro de Estado.
**(B)** Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado.
**(C)** A Sua Excelência o Senhor.
**(D)** Ao Excelentíssimo Senhor Ministro.
**(E)** A Vossa Excelência o Senhor Ministro de Estado.

---

**52.** Ao solicitar informações a um órgão público, um cidadão deve seguir as diretrizes estabelecidas pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que regulamenta o direito constitucional de acesso a dados públicos. O procedimento de solicitação deve observar requisitos específicos, incluindo a forma de apresentação do pedido e as obrigações do órgão público no atendimento à solicitação. O pedido de acesso à informação deve conter:

**(A)** o pagamento de uma taxa administrativa para análise da viabilidade do pedido.
**(B)** a indicação de um representante legal caso a informação solicitada seja de interesse coletivo.
**(C)** a fundamentação legal da solicitação e a comprovação de necessidade do dado requerido.
**(D)** a identificação do requerente e a especificação da informação solicitada.
**(E)** o reconhecimento prévio da autoridade pública sobre a legitimidade do pedido antes da resposta.

---

**53.** As entidades da Administração Indireta possuem características distintas que as diferenciam, especialmente no que se refere à sua estrutura jurídica, regime de pessoal, financiamento e atividades desempenhadas. No contexto da Administração Pública brasileira, a entidade que possui personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, patrimônio próprio e atribuições específicas conferidas por lei, sendo criada para desempenhar atividades típicas do Estado, é a:

**(A)** Empresa pública.
**(B)** Orgão público.
**(C)** Sociedade de economia mista.
**(D)** Autarquia.
**(E)** Fundação pública.

**54.** No âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a família natural desempenha um papel fundamental na garantia do direito ao convívio familiar e na proteção integral da criança e do adolescente. Considerando o conceito de família natural, sua composição e seu papel na legislação, a relação jurídica entre seus membros e as obrigações decorrentes dessa estrutura familiar são caracterizadas da seguinte forma:

**(A)** o conceito de família natural inclui parentes próximos que convivem com a criança ou adolescente, desde que comprovado o vínculo afetivo.
**(B)** a guarda e a tutela são prerrogativas exclusivas da família natural, não podendo ser exercidas por terceiros sem vínculo de filiação biológica.
**(C)** o vínculo jurídico da família natural se estabelece exclusivamente por meio da filiação biológica, garantindo os direitos e deveres entre pais e filhos.
**(D)** a família natural pode ser formada exclusivamente pelos pais e seus filhos, não sendo reconhecida a possibilidade de um dos pais exercer a guarda.
**(E)** a família natural compreende a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, garantindo o direito à convivência familiar.

---

**55.** A efetivação do direito à convivência familiar e comunitária, assegurado no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes, requer um conjunto de estratégias que envolvem diferentes políticas públicas. Um dos desafios centrais desse plano é garantir que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade não sejam afastados do convívio familiar sem antes esgotar todas as possibilidades de apoio à família de origem. Entre as medidas previstas para fortalecer esse direito, destaca-se:

**(A)** a implementação de programas de apoio psicossocial às famílias para garantir a manutenção da criança ou adolescente em seu ambiente familiar e comunitário.
**(B)** o incentivo ao acolhimento institucional como estratégia prioritária de proteção integral, reduzindo o tempo de permanência no ambiente familiar.
**(C)** a priorização de ações que afastem crianças e adolescentes da família de origem sempre que identificada situação de vulnerabilidade social.
**(D)** a substituição do acolhimento institucional por programas de internação compulsória para crianças e adolescentes em situação de risco.
**(E)** a ampliação da adoção internacional como principal alternativa para crianças em situação de vulnerabilidade.

**56.** A efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal exige a atuação estatal para garantir condições dignas de vida à população. No contexto da seguridade social, do direito ao trabalho e das garantias fundamentais aos trabalhadores, a previsão constitucional assegura que:

**(A)** a Constituição estabelece que o seguro-desemprego pode ser concedido apenas uma vez para cada trabalhador ao longo de sua vida laboral.
**(B)** a seguridade social compreende a saúde, a previdência e a assistência social, garantindo direitos independentemente de contribuição prévia.
**(C)** a organização da seguridade social é baseada exclusivamente nas contribuições previdenciárias recolhidas dos trabalhadores e empregadores.
**(D)** o direito ao salário mínimo nacionalmente unificado pode ser alterado por negociação coletiva, desde que haja consenso entre patrões e empregados.
**(E)** o direito à assistência social depende de contribuição prévia do beneficiário, sendo concedido apenas aos segurados do sistema previdenciário.

---

**57.** A organização do Estado brasileiro é regida por princípios e normas estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Entre os entes federativos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia político-administrativa, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição. No entanto, essa autonomia não é absoluta, sendo regulada por competências privativas, concorrentes e suplementares. Considerando o exposto, é correto afirmar que:

**(A)** os Territórios Federais possuem autonomia político-administrativa semelhante à dos Estados e são regidos por Constituição própria.
**(B)** os Estados podem criar territórios estaduais dentro de seus limites, desde que aprovem tal medida por meio de plebiscito.
**(C)** a União pode intervir nos Estados e no Distrito Federal para manter a integridade nacional, repelir invasão estrangeira e reorganizar as finanças de um Estado em grave crise.
**(D)** os Estados possuem autonomia legislativa irrestrita, podendo editar normas sobre qualquer matéria, desde que não contrariem princípios fundamentais da Constituição.
**(E)** o Distrito Federal possui características híbridas, acumulando competências dos Estados e Municípios, e pode ser subdividido em unidades administrativas equivalentes a municípios.

**58.** Ao tomar posse, o Presidente da República assume uma série de atribuições fundamentais para o funcionamento do Poder Executivo. Entre essas atribuições, destaca-se a responsabilidade de nomear Ministros de Estado, sancionar e vetar leis, além de exercer a chefia suprema das Forças Armadas. No entanto, o exercício dessas funções deve estar em conformidade com a Constituição Federal, respeitando as competências dos demais poderes e garantindo a estabilidade institucional do país. Considerando as atribuições do Presidente da República previstas na Constituição, é correto afirmar que:

**(A)** a nomeação de Comandantes das Forças Armadas ocorre de forma discricionária pelo Presidente da República, sem a necessidade de observar critérios técnicos ou constitucionais.
**(B)** o Presidente da República possui competência para decretar estado de sítio e estado de defesa, podendo fazê-lo unilateralmente sem necessidade de consulta ao Congresso Nacional.
**(C)** a nomeação dos Ministros de Estado depende de aprovação prévia do Congresso Nacional e ocorre exclusivamente por indicação da maioria dos parlamentares.
**(D)** o Presidente da República pode conceder indulto e comutar penas, desde que respeitados os limites constitucionais e os princípios fundamentais do ordenamento jurídico.
**(E)** a sanção de projetos de lei pelo Presidente da República é uma competência exclusiva do Chefe do Executivo, não havendo possibilidade de o Congresso Nacional se manifestar sobre o veto presidencial.

---

**59.** A organização do Poder Judiciário no Brasil segue princípios e normas estabelecidos na Constituição Federal, garantindo a independência e a autonomia dos seus órgãos. Nesse contexto, a estrutura do Poder Judiciário é composta por diferentes instâncias e competências, sendo fundamental compreender a função e as atribuições de cada órgão para assegurar a aplicação da justiça de forma eficaz. Assinale a alternativa correta sobre as competências e a estrutura do Poder Judiciário conforme disposto na Constituição Federal.

**(A)** O Tribunal Superior do Trabalho tem competência para julgar ações que envolvam conflitos entre entes federativos e a União.
**(B)** O Conselho Nacional de Justiça tem competência para julgar magistrados em matéria penal, podendo aplicar sanções privativas de liberdade.
**(C)** O Supremo Tribunal Federal possui competência exclusiva para processar e julgar crimes comuns praticados por Governadores dos Estados.
**(D)** O Conselho Nacional de Justiça é um órgão de natureza administrativa, responsável pelo controle interno dos tribunais e pelo julgamento de recursos constitucionais.
**(E)** O Superior Tribunal de Justiça tem a atribuição de uniformizar a interpretação da legislação federal em todo o território nacional.

**60.** O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) exerce funções fundamentais para garantir o controle administrativo e disciplinar do Poder Judiciário, sem comprometer a autonomia dos tribunais. No contexto de suas atribuições constitucionais, destacam-se a necessidade de assegurar a transparência e a eficiência da atividade jurisdicional, incluindo medidas de fiscalização e regulamentação. Dessa forma, é correto afirmar que:

**(A)** o CNJ tem competência para zelar pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos normativos e recomendações para aprimorar a administração da Justiça.
**(B)** a fiscalização do CNJ abrange o Ministério Público, estendendo sua atuação ao controle disciplinar dos membros desse órgão.
**(C)** o CNJ possui competência para rever decisões judiciais transitadas em julgado, atuando como instância recursal superior.
**(D)** o CNJ tem autonomia para determinar a remoção, disponibilidade ou aposentadoria de magistrados sem a necessidade de processo administrativo disciplinar.
**(E)** a atuação do CNJ se limita à esfera administrativa, sendo vedado estabelecer diretrizes sobre a gestão orçamentária dos tribunais.

---

**61.** A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Organização das Nações Unidas e promulgada no Brasil pelo Decreto nº 99.710/1990, estabelece diretrizes fundamentais para a proteção, promoção e garantia dos direitos da criança. Considerando os princípios e obrigações previstas no documento, a aplicação dos direitos da criança deve ser assegurada por todos os Estados Partes, garantindo que nenhuma criança seja privada de seus direitos, independentemente de sua condição. Um dos princípios fundamentais da Convenção estabelece que:

**(A)** nenhuma criança poderá ser privada de sua nacionalidade se nascer no território de um Estado Parte, salvo em casos de segurança nacional.
**(B)** os Estados devem assegurar que a adoção da criança tenha sempre como princípio fundamental o interesse superior da criança.
**(C)** a criança pode ser separada de seus pais por razões econômicas, desde que se garanta a manutenção do seu bem-estar e sustento.
**(D)** os Estados devem garantir o direito da criança de expressar livremente sua opinião, desde que em conformidade com a vontade de seus responsáveis legais.
**(E)** todas as crianças têm direito à educação primária gratuita, cabendo aos pais decidirem se desejam matriculá-las na escola.

**62.** O Plano de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro, instituído pelo Decreto nº 42.715/2010, estabelece diretrizes e ações voltadas para o atendimento de adolescentes em conflito com a lei, garantindo direitos fundamentais e promovendo a reinserção social. Nesse contexto, é essencial considerar os princípios norteadores desse plano e sua aplicação prática no sistema socioeducativo do estado. As diretrizes do Plano de Atendimento Socioeducativo estabelecem que:

**(A)** o Plano de Atendimento Socioeducativo do Rio de Janeiro estabelece que as medidas socioeducativas devem ser cumpridas prioritariamente em regime fechado.
**(B)** a política de atendimento socioeducativo no estado deve garantir a intersetorialidade entre diferentes áreas como educação, saúde e assistência social, mas sem a necessidade de articulação entre os entes federativos.
**(C)** a descentralização da gestão do atendimento socioeducativo possibilita maior participação dos municípios na implementação de medidas socioeducativas em meio aberto.
**(D)** a privação de liberdade do adolescente deve ser priorizada como meio eficaz de responsabilização e ressocialização no âmbito do atendimento socioeducativo.
**(E)** a implementação do Plano de Atendimento Socioeducativo é de responsabilidade exclusiva do governo estadual.

---

**63.** Em uma determinada cidade, a prefeitura determinou a interdição temporária de um parque público para a realização de obras de segurança estrutural, justificando que havia risco de acidentes. No entanto, os frequentadores do local alegaram que a interdição total era excessiva, pois apenas uma pequena área apresentava problemas estruturais. Considerando as limitações do poder de polícia e os princípios que regem sua aplicação, a medida adotada pela prefeitura deve:

**(A)** ser substituída por uma proibição permanente do acesso ao parque, pois a segurança deve prevalecer sobre qualquer outro critério na gestão pública.
**(B)** ser aplicada de forma irrestrita, uma vez que o poder de polícia permite ao Estado restringir direitos sempre que considerar necessário, sem limites objetivos.
**(C)** ser mantida integralmente, pois a administração pública possui ampla discricionariedade para restringir direitos individuais sem necessidade de justificativa detalhada.
**(D)** ser revogada, pois qualquer limitação ao exercício de direitos individuais é inconstitucional e contrária ao interesse público.
**(E)** ser ajustada para atender ao princípio da proporcionalidade, limitando a interdição apenas às áreas diretamente afetadas, evitando restrições desnecessárias aos cidadãos.

**64.** A Administração Pública, ao exercer suas funções, baseia-se em atributos que conferem aos atos administrativos características específicas. Um desses atributos garante que os atos administrativos possam ser executados diretamente pela Administração, sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário, desde que expressamente previsto em lei ou em situações emergenciais que exijam pronta intervenção estatal. Esse atributo é denominado:

**(A)** Autoexecutoriedade.
**(B)** Discricionariedade.
**(C)** Imperatividade.
**(D)** Presunção de legitimidade e veracidade.
**(E)** Tipicidade.

---

**65.** João, servidor público civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, ocupante de cargo efetivo, foi informado sobre as possíveis causas que podem levar à vacância de seu cargo, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 220/1975 e no Decreto nº 2.479/1979. Dentre as situações apresentadas, a que caracteriza uma movimentação funcional sem gerar vacância do cargo é:

**(A)** Aposentadoria voluntária ou compulsória.
**(B)** Remoção para outra unidade administrativa dentro do mesmo órgão.
**(C)** Exoneração a pedido do servidor.
**(D)** Demissão por processo administrativo disciplinar.
**(E)** Transferência para outro cargo de denominação diversa.

---

**66.** Diante da apreensão de adolescentes, os primeiros contatos com aplicadores da lei são cruciais para evitar danos e garantir os direitos fundamentais desses jovens. De acordo com as Regras de Beijind, a administração desses contatos deve considerar os seguintes princípios:

**(A)** A notificação dos responsáveis pode ser adiada caso haja dificuldades operacionais na comunicação imediata.
**(B)** A regra de "evitar danos" limita-se ao impedimento de agressões físicas diretas.
**(C)** A notificação imediata do responsável e a avaliação rápida da liberação são medidas prioritárias na abordagem inicial.
**(D)** O uso de linguagem dura e medidas coercitivas podem ser necessários para reforçar a autoridade dos agentes da lei.
**(E)** O adolescente deve ser mantido sob custódia até que a autoridade judicial determine a sua liberação.

**67.** O sistema prisional deve ser administrado de forma a garantir a dignidade dos presos, respeitando princípios fundamentais estabelecidos nas Regras de Mandela. Considerando as disposições dessas regras, a adoção de medidas disciplinares e sanções devem ser feitas de forma criteriosa, observando limites e garantias específicas para evitar abusos. Diante desse contexto, a imposição de confinamento solitário para presos em situação de vulnerabilidade:

**(A)** deve ser utilizada como medida de punição padrão para atos de indisciplina recorrentes.
**(B)** Pode ser imposta como pena principal em sentenças judiciais relacionadas a crimes violentos.
**(C)** pode ser aplicada a critério da administração penitenciária, bastando haver justificativa fundamentada.
**(D)** é expressamente proibida para presos com deficiência mental ou física que possa ser agravada pela medida.
**(E)** é permitida por período indefinido, desde que justificada por razões disciplinares.

---

**68.** A formação profissional e a oferta de trabalho para jovens privados de liberdade devem estar alinhadas a princípios que garantam sua dignidade e reintegração à sociedade. Nesse sentido, a estruturação dos programas de trabalho dentro dos centros de detenção deve observar diretrizes específicas, assegurando que os jovens tenham oportunidades reais de aprendizado e desenvolvimento profissional. Assim, a organização do trabalho dentro desses centros deve:

**(A)** restringir a participação dos jovens em atividades de trabalho remunerado, priorizando cursos teóricos dentro do centro de detenção.
**(B)** enfatizar exclusivamente a formação acadêmica, sem necessidade de estímulo a práticas laborais dentro do centro.
**(C)** subordinar a formação profissional dos jovens à necessidade de geração de receita para o centro de detenção.
**(D)** priorizar trabalhos voltados ao atendimento de demandas internas do centro, sem necessidade de conexão com o mercado de trabalho externo.
**(E)** ser pautada em atividades que ofereçam capacitação produtiva e remunerada, promovendo a reinserção social e respeitando normas trabalhistas.

**69.** A Lei nº 9.455/1997 define e tipifica o crime de tortura, estabelecendo penalidades para seus praticantes e determinando suas consequências legais. Considerando as disposições dessa norma, verifica-se que a prática desse crime pode ensejar punições específicas, bem como desdobramentos em outras esferas do direito. Sobre essa Lei, é correto afirmar que:

**(A)** a condenação pelo crime de tortura acarreta a perda do cargo, função ou emprego público, além da interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
**(B)** a Lei nº 9.455/1997 classifica o crime de tortura como de menor potencial ofensivo, permitindo a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.
**(C)** o crime de tortura previsto na lei pode ser praticado apenas por agentes públicos.
**(D)** a condenação pelo crime de tortura impede o condenado de exercer cargo público pelo período de até cinco anos após o cumprimento da pena.
**(E)** a pena prevista para o crime de tortura é reduzida se houver confissão espontânea do acusado antes da sentença condenatória.

---

**70.** No âmbito da Lei nº 13.460/2017, o papel das ouvidorias públicas se destaca como fundamental para assegurar a participação social e a transparência nos serviços prestados à população. Em um município que busca aprimorar sua gestão pública, a administração decide instituir mecanismos para fortalecer a atuação da ouvidoria municipal. Para garantir a plena conformidade com a legislação, a iniciativa adotada deve observar que:

**(A)** a ouvidoria pode recusar-se a analisar manifestações que versem sobre serviços públicos concedidos a entidades privadas, pois sua competência limita-se aos órgãos estatais diretos.
**(B)** a ouvidoria tem o dever de receber, analisar e encaminhar manifestações, além de acompanhar as providências adotadas pelos órgãos competentes e sugerir medidas para a melhoria da prestação dos serviços públicos.
**(C)** o atendimento da ouvidoria deve restringir-se ao recebimento de reclamações, cabendo a outros órgãos a mediação de conflitos e a proposição de melhorias nos serviços públicos.
**(D)** a ouvidoria deve atuar exclusivamente como canal receptor de manifestações, sem competência para sugerir alterações em normativas ou processos administrativos internos.
**(E)** o encaminhamento das manifestações recebidas pela ouvidoria deve ser direcionado apenas aos órgãos diretamente envolvidos, não cabendo à ouvidoria acompanhar as providências adotadas.

# PROVA DE REDAÇÃO

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. As respostas deverão conter a extensão mínima de **20 (vinte)** linhas, e máxima de **30 (trinta)** linhas para os textos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova de redação.
- A prova de redação consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo, com base em temas formulados pela Banca Examinadora, dos quais o candidato escolherá apenas 1 (um) sobre o qual deverá elaborar seu texto.

Recentemente, duas leis foram sancionadas, suscitando grandes debates sociais: a Lei 14.811/2024 que criminaliza o *bullying* e o *cyberbullying* no Brasil e a Lei 15.100/2025 que veta o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante aulas, recreios e intervalos em todas as etapas da educação básica brasileira. Diante das discussões que ambas as leis acarretaram, leia os textos motivadores a seguir e escolha uma das propostas (Tema 1 ou 2) para redigir um texto dissertativo-argumentativo, em no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas.

**PROPOSTA I**

## TEXTOS MOTIVADORES

**Texto I**

### SANCIONADA LEI QUE CRIMINALIZA *BULLYING* E AMPLIA PUNIÇÃO PARA CRIME CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTES

Foi sancionada a Lei 14.811/2024 que estabelece medidas para reforçar a proteção de crianças e adolescentes contra a violência, principalmente nos ambientes educacionais. A nova legislação criminaliza, por exemplo, as práticas de *bullying* e *cyberbullying*, transformando também em crimes hediondos vários atos cometidos contra crianças e adolescentes.

A norma inclui a tipificação das duas práticas no Código Penal. *Bullying* (intimidação sistemática) é definido como "intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação, ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais". A pena é de multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

Já o *cyberbullying* é classificado como intimidação sistemática por meio virtual. Se for realizado por meio da Internet, rede social, aplicativos, jogos on-line ou transmitida em tempo real, a pena será de reclusão de dois a quatro anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

A Lei 13.185, de 2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, já prevê a figura do *bullying*, mas não estabelecia punição específica para esse tipo de conduta, apenas obrigava escolas, clubes e agremiações recreativas a assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática.

Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/15/sancionada-lei-que-criminaliza-bullying-e-amplia-punicao-para-crime-contra-crianca. Acesso em: 15 fev. 2025.

**Texto II**

**VOCÊ NUNCA SABE O QUE SE PASSA ATRÁS DA TELA**

*Não se esconda nela para fazer mal a alguém*

Disponível em: https://www.facebook.com/governodorio/photos/a.10150100100236029/10157484667866029/?type=3. Acesso em: 15 fev. 2025.

**PROPOSTA DE REDAÇÃO TEMA 1**

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "**Medidas para o combate ao *bullying* nas escolas brasileiras**", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

**PROPOSTA II**

## TEXTOS MOTIVADORES

**Texto I**

### SANCIONADA LEI QUE PROÍBE O USO DE CELULAR EM ESCOLAS

*Proibição vale para educação infantil e ensinos fundamental e médio de escolas públicas e particulares*

O presidente da República sancionou a Lei 15.100/25 que proíbe alunos de usarem telefone celular e outros aparelhos eletrônicos portáteis em escolas públicas e particulares, inclusive no recreio e intervalo entre as aulas. A proibição vale para a educação infantil e os ensinos fundamental e médio.

Fica permitido usar o celular em situações de estado de perigo, de necessidade ou caso de força maior; para garantir direitos fundamentais; para fins estritamente pedagógicos; e para garantir acessibilidade, inclusão, e atender às condições de saúde dos estudantes.

A nova lei determina que as escolas elaborem estratégias para tratar da saúde mental dos alunos da educação básica, apresentando a eles informações sobre riscos, sinais e prevenção do sofrimento psíquico, incluindo o uso imoderado dos celulares.

As redes de ensino também deverão oferecer treinamentos periódicos para detecção, prevenção e abordagem de sinais sugestivos de sofrimento mental, e efeitos danosos do uso excessivo das telas e aparelhos celulares.

Os estabelecimentos de ensino deverão disponibilizar ainda espaços de escuta e acolhimento para receber alunos e funcionários que estejam em sofrimento psíquico, principalmente decorrente do uso imoderado de telas.

Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1126717-sancionada-lei-que-proibe-o-uso-de-celular-em-escolas/. Acesso em: 15 fev. 2025.

**Texto II**

Disponível em: https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/24689-tirinhas-26-4. Acesso em: 16 fev. 2025.

## PROPOSTA DE REDAÇÃO TEMA 2

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "**A importância da regulamentação do uso de telas em ambiente escolar**", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

## *RASCUNHO*

# GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
# SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
# DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS – DEGASE
# CONCURSO PÚBLICO

## NÍVEL MÉDIO

# 301 – AGENTE ADMINISTRATIVO
# TIPO D

Frase: **Decidido a conquistar o meu lugar.**
(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)

### SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **70 (setenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova de redação;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova de redação.

### TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova de redação para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

### NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

### INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e a prova de redação para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

**PREENCHA MANUALMENTE:**

IDECAN

**INSCRIÇÃO**

**NOME COMPLETO**

## CONHECIMENTOS COMUNS

## Língua Portuguesa

### FÓSSEIS DESCOBERTOS NA CHINA PODEM REESCREVER A HISTÓRIA HUMANA; ENTENDA

Arqueologistas encontraram restos de hominídeos arcaicos que viveram entre 300 mil e 100 mil anos atrás.

Um conjunto de fósseis com características humanas encontrado na China tem intrigado cientistas há décadas, desafiando explicações ou categorizações.

Os fragmentos de crânio, dentes, mandíbulas e outros restos descobertos em diferentes locais do país são claramente vestígios de hominídeos arcaicos — nome formal para espécies da linhagem humana — que viveram entre 300 mil e 100 mil anos atrás.

Christopher Bae, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.

Ele e sua colega Wu Xiujie, professora sênior do Instituto de Paleontologia e Paleoantropologia de Vertebrados em Pequim, agora sugerem que pode ser hora de reconhecer formalmente um hominídeo antigo anteriormente desconhecido, e propuseram o reconhecimento oficial de uma nova espécie para a ciência. (IT)

A característica mais marcante deste ancestral humano anteriormente desconhecido? Um cérebro extremamente grande, maior que o de nossa espécie, *Homo sapiens*, o único hominídeo sobrevivente. A característica se reflete no nome proposto para a espécie, revelado por Bae e Wu em um artigo de novembro publicado na revista científica Nature Communications: *Homo juluensis*, uma referência a "ju lu", que significa cabeça grande em chinês.

"Seus crânios são realmente muito, muito grandes, você sabe, a capacidade craniana estimada é de 1.700, 1.800 centímetros cúbicos", disse Bae. "Temos uma capacidade mínima de cerca de 1.350 cc, em média, somos cerca de 1.450 cc. Não é uma ordem de magnitude maior, mas é muito mais robusto".

A proposta está gerando controvérsia entre paleoantropólogos, e alguns cientistas discordam sobre se o novo agrupamento se eleva ao nível de uma nova espécie. Mas, se a análise de Bae e Wu estiver correta, esses fósseis podem conter a chave para resolver um dos maiores mistérios da evolução humana: um quebra-cabeça que começou com a descoberta de um osso de dedo mindinho na Caverna Denisova, nas Montanhas Altai, no sul da Sibéria.

A análise de DNA desse pequeno fóssil levou à descoberta em 2010 de que ele representava uma população humana antiga distinta, que os cientistas chamaram de denisovanos. Muitas pessoas vivas hoje carregam traços do DNA denisovano, mas — como os fósseis desses ancestrais extintos ainda são poucos — os especialistas em origens humanas ainda não sabem exatamente como eles eram, onde viviam ou por que desapareceram.

Os restos chineses difíceis de classificar incluem 21 fósseis encontrados na década de 1970 no sítio de Xujiayao (Houjiayao), localizado na fronteira das províncias de Shanxi e Hebei, no norte da China. Os espécimes representam 16 indivíduos que viveram entre 200 mil e 160 mil anos atrás.

Muitos desses fósseis haviam sido negligenciados porque, quando foram descobertos pela primeira vez nas décadas de 1970 e 1980, as crenças comuns sobre as origens humanas eram vastamente diferentes das teorias atuais.

Na época, muitos paleoantropólogos pensavam que as populações humanas atuais evoluíram regionalmente de hominídeos arcaicos como o *Homo erectus*, que deixou a África há cerca de 2 milhões de anos. Com efeito, esse modelo científico conhecido como multirregionalismo, agora amplamente rejeitado, sugeria que havia apenas uma espécie de hominídeo que evoluiu ao longo do tempo para se tornar *Homo sapiens*.

Nesse cenário, os fósseis de Xujiayao e outros com características incomuns descobertos na China foram classificados como intermediários entre hominídeos mais primitivos, como o *Homo erectus*, e os mais modernos. O modelo científico multirregional, que sugeria raízes ancestrais distintas para o povo chinês, alinhava-se com sentimentos nacionalistas e já foi particularmente enraizado entre acadêmicos chineses (...).

"Os Denisovanos não têm um nome taxonômico formal intencionalmente porque há uma falta de material comparativo para nomear uma nova espécie", explicou McCrae. "Isso é bom por um lado porque dá tempo ao campo para descobrir mais evidências fósseis dos Denisovanos antes de nomear uma nova espécie, mas é ruim por outro lado porque deixa esses importantes fósseis 'disponíveis' para que pessoas atribuam prematuramente um nome taxonômico."

Existe esperança entre alguns paleoantropólogos de que, quando os Denisovanos receberem um nome formal de espécie, "ele reflita o local tipo da Caverna Denisova e o agora ubíquo nome coloquial 'Denisovanos'", disse McCrae, admitindo que "não há garantia de que isso acontecerá."

O período está repleto de hominídeos fósseis que morfologicamente são "um tanto confusos", acrescentou ele. Alguns parecem distintos, mas alguns têm características Neandertais, e outros têm características do *Homo sapiens*, e muitos têm ambas, disse McCrae.

"Dividir prematuramente os fósseis em espécies poderia obscurecer a verdadeira história do que está acontecendo no mundo neste momento, e é, de uma perspectiva logística, muito difícil voltar atrás em uma decisão uma vez que os nomes das espécies são divulgados, independentemente de haver bom suporte para isso ou não", disse ele.

Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/fosseis-descobertos-na-china-podem-reescrever-a-historia-humana-entenda/.
Acesso em: 14 fev. 2025.

**1.** Fundamentado na leitura atenta do texto apresentado, pode-se inferir que:

**(A)** A descoberta pode ajudar a desvendar mistérios sobre a evolução humana, como a relação com os Denisovanos, um grupo humano antigo conhecido por seu DNA encontrado na Sibéria, e com uma vastidão de fósseis identificados.
**(B)** Os chineses tinham especial apreço pelo multirregionalismo, pelo fato de que essa teoria se alinhava com princípios patrióticos que compunham o arcabouço intelectual dos estudiosos, uma vez que essa teoria apresentava o povo chinês vindo de uma linhagem diferente.
**(C)** A escassez de material comparativo dos "Denisovanos" é algo favorável tendo em vista que isso permite aos estudiosos escolherem com melhor nome taxonômico para esse novo tipo de hominídeo.
**(D)** Arqueólogos descobriram fósseis de hominídeos contemporâneos na China, datados de 300 mil a 100 mil anos atrás, com cérebros maiores que os dos humanos modernos, o que indica, perante a comunidade científica, que tais seres compõem uma nova espécie.
**(E)** Por ser considerada uma espécie extinta, não há nenhum outro vestígio dos "Denisovanos" no mundo atual além daqueles encontrados pelos pesquisadores.

---

**2.** Mantém a concordância verbal a alternativa apresentada:

**(A)** O mistério dos Denisovanos pode se relacionar em parte com o conjunto de fósseis que foram encontrados na China recentemente, mas ainda há muito trabalho a ser feito antes que sejam tomada qualquer decisão.
**(B)** Arqueólogos encontraram na China fósseis de hominídeos arcaicos com características humanas intrigantes, datadas entre 300 mil e 100 mil anos atrás, o qual desafia as categorizações científicas existentes.
**(C)** A descoberta dos fósseis chineses reacenderam debates sobre a complexa história da evolução humana e a possível ligação com os misteriosos Denisovanos, o qual ainda não alcançaram a categoria de espécie.
**(D)** Cientistas propõem o reconhecimento formal de uma nova espécie de hominídeo, o *Homo Juluensis*, cujos fósseis se destacam por um cérebro surpreendentemente grande, ainda maior que o do *Homo sapiens*.
**(E)** A proposta de uma nova espécie, *Homo Juluensis*, baseia-se na reanálise de fósseis chineses negligenciados, dentre o qual se inclui os de Xujiayao, que anteriormente foram interpretados dentro do modelo multirregional hoje rejeitado.

**3.** É acentuada pelo mesmo motivo que "ubíquo" a seguinte palavra:

**(A)** Crânio.
**(B)** África.
**(C)** Evoluíram.
**(D)** Cúbicos.
**(E)** Fóssil.

---

**4.** Entendendo a divisão silábica, também conhecida como separação silábica, como a ação de segmentar uma palavra em suas sílabas constituintes, pode-se identificar a opção que atende à definição como sendo:

**(A)** Na-cio-na-lis-tas, ho-mi-ní-deos, teo-rias.
**(B)** En-rai-za-dos, obs-cu-re-cer, ho-mi-ní-de-os.
**(C)** Na-ci-o-na-lis-tas, en-ra-i-za-dos, dis-po-ní-veis.
**(D)** Mul-ti-rre-gio-na-lis-mo, ar-cai-cos, e-vo-lu-iu.
**(E)** In-de-pen-den-te-men-te, ob-scu-re-cer, te-o-ri-as.

---

**5.** A palavra "paleoantropólogos", essencial para o contexto do texto sobre a descoberta de fósseis na China, é formada pela combinação de elementos morfológicos de origem grega. Sobre ela, é correto afirmar:

**(A)** Combina "paleo-" (velho), "antro-" (interior) e "-logos" (registro), descrevendo aqueles que realizam o registro do interior de fósseis muito velhos.
**(B)** Combina os radicais "paleo-" (antigo), "antropo-" (homem/humano) e "-logos" (estudo/ciência), indicando os profissionais que se dedicam ao estudo científico dos seres humanos antigos e da sua evolução.
**(C)** Vem do latim "paleo" (terra), "antropus" (gente) e "logos" (conhecimento), significando as pessoas que possuem conhecimento sobre a gente da terra antiga.
**(D)** Deriva da junção de "paleo-" (pálido), "antropos" (caverna) e "-logos" (discurso), designando os especialistas que discursam sobre os fósseis encontrados em cavernas escuras.
**(E)** Composta pelos radicais "paleo-" (pedra), "antropo-" (humano) e "-logos" (ciência), referindo-se aos cientistas que estudam a ciência dos humanos da idade da pedra.

---

**6.** Assinale a alternativa que contém advérbio corretamente identificado.

**(A)** "Os Denisovanos não têm um nome taxonômico **formal** intencionalmente porque há uma falta de material comparativo para nomear uma nova espécie".
**(B)** "Os restos chineses difíceis de classificar incluem 21 fósseis **encontrados** na década de 1970 no sítio de Xujiayao (Houjiayao), localizado na fronteira das províncias".
**(C)** "Um cérebro extremamente grande, maior que o de nossa espécie, *Homo sapiens*, o único hominídeo **sobrevivente**".
**(D)** "Ele representava uma população humana **antiga** distinta, que os cientistas chamaram de denisovanos".
**(E)** "Esse modelo científico conhecido como multirregionalismo, **agora** amplamente rejeitado, sugeria que havia apenas uma espécie".

**7.** "Christopher Bae, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar."

Considere o trecho extraído do texto, caso trocássemos o nome do professor Christopher Bae pelo da sua colega, "Wu Xiujie". Identifique qual das seguintes opções apresenta a adaptação com a concordância nominal correta.

**(A)** Wu Xiujie, professora do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre as cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
**(B)** Wu Xiujie, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre as cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
**(C)** Wu Xiujie, professora do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseada em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
**(D)** Wu Xiujie, professora do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.
**(E)** Wu Xiujie, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseada em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar.

---

**8.** Sabe-se que a sílaba tônica é aquela com alta intensidade na pronúncia e que há somente uma por palavra. Inerente a estes fundamentos, assinale a alternativa que indica a palavra e sua classificação junto a posição da sílaba tônica.

**(A)** Extinto, oxítona.
**(B)** Populações, paroxítona.
**(C)** Incluem, oxítona.
**(D)** Magnitude, paroxítona.
**(E)** Pequim, proparoxítona.

---

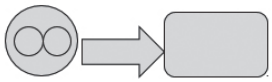
**9.** "Os fragmentos de crânio, dentes, mandíbulas e outros restos descobertos em diferentes locais do país são claramente vestígios de hominídeos arcaicos"

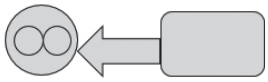
O segmento acima destacado do texto pode ser representado pela seguinte estrutura acompanhando a ordem de símbolos:

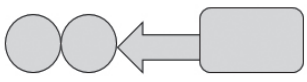
**(A)** O=dNp(nnn+dn)d(n(n(d)))→Q
**(B)** O=dN(d(pndn+nn)n(p(dn(pdn))))→Q
**(C)** O=Np(pndn+dn)d(p(dn(pdn))))→Q
**(D)** O=dN(pndn+pn)p(p(dn(pdn)))→Q
**(E)** O=dN(p(nnn+dn)d(p(dn(pdn)))→Q

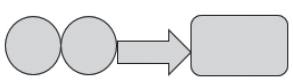
---

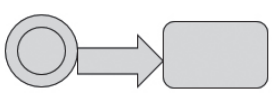
**10.** "Christopher Bae, professor do departamento de antropologia da Universidade do Havaí em Manoa, que esteve baseado em Pequim por muitos anos, está entre os cientistas que revisitam esses intrigantes fósseis com um novo olhar."
Assinale a alternativa que indique corretamente como o período acima deve ser representado graficamente.

**(A)** 

**(B)** 

**(C)** 

**(D)** 

**(E)** 

## Raciocínio Lógico Matemático

**11.** Em um jogo de tabuleiro, Alice e Theo começam com o mesmo número de peças. Na primeira rodada, Alice perde um terço de suas peças para Theo. Na segunda rodada, Theo perde metade de suas peças para Alice. Na terceira rodada, Alice perde três quartos de suas peças para Theo. Após essas três rodadas, Theo tem 150 peças. Determine quantas peças Alice tinha inicialmente.

**(A)** 80.
**(B)** 90.
**(C)** 105.
**(D)** 60.
**(E)** 75.

**12.** Em uma corrida de revezamento, quatro atletas devem percorrer um percurso cada vez maior. O primeiro corre 100 metros, o segundo corre 150 metros, o terceiro corre 225 metros e o quarto corre 325 metros. Assinale quantos metros o sexto atleta deverá correr.

**(A)** 525.
**(B)** 575.
**(C)** 600.
**(D)** 450.
**(E)** 475.

**13.** Um arquiteto está projetando telhados para duas casas de formatos semelhantes, mas em escalas diferentes. O telhado da casa menor tem uma área de 27 m², e os comprimentos das vigas do telhado da casa maior são 5/3 do tamanho das vigas da casa menor. Sabendo que os telhados têm o mesmo formato geométrico, calcule qual será a área do telhado da casa maior.

**(A)** 75 m².
**(B)** 80 m².
**(C)** 90 m².
**(D)** 45 m².
**(E)** 54 m².

**14.** Três costureiras, trabalhando 6 horas por dia durante 5 dias, conseguem produzir 90 peças de roupa. Se forem 5 costureiras, trabalhando 8 horas por dia durante 6 dias, calcule quantas peças de roupa elas conseguirão produzir, mantendo o mesmo ritmo de trabalho.

**(A)** 260 peças.
**(B)** 300 peças.
**(C)** 360 peças.
**(D)** 120 peças.
**(E)** 240 peças.

**RASCUNHO**

**15.** Em uma escola, 42 alunos estudam inglês, 30 alunos estudam espanhol, e 15 alunos estudam ambos os idiomas. Sabendo que todos os alunos estudam pelo menos um dos dois idiomas, assinale quantos alunos há na escola.

**(A)** 67.
**(B)** 72.
**(C)** 77.
**(D)** 57.
**(E)** 62.

**RASCUNHO**

## Noções de Direitos Humanos

**16.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 217 A (III), em 10 de dezembro de 1948, foi um documento construído por vários países em resposta às violações de direito sofridas nas duas grandes guerras mundiais. Sendo considerada um marco na história dos direitos humanos, é correto afirmar que a DUDH dispõe como preceito fundamental que:

**(A)** Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
**(B)** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
**(C)** A liberdade de professar a própria religião ou as próprias crenças estará sujeita, unicamente, às limitações prescritas pela lei e necessárias para proteger a segurança, a ordem, a moral, a saúde pública ou os direitos e liberdades fundamentais dos demais.
**(D)** Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.
**(E)** Ninguém poderá ser submetido à tortura, nem a penas ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes. Será proibido, sobretudo, submeter uma pessoa, sem seu livre consentimento, a experiências médicas ou científicas.

**17.** O art. 24 da Convenção sobre os direitos das crianças dispõe que os Estados Partes garantirão a plena aplicação dos direitos de saúde e dos serviços destinados ao tratamento das doenças e à recuperação da saúde, envidando esforços para adotar medidas apropriadas que:

**(A)** desenvolvam a assistência médica curativa, a orientação aos pais e a educação e serviços de planejamento familiar.
**(B)** promovam e incentivem a cooperação entre os estados e municípios do país com vistas a lograr, progressivamente, a plena efetivação do direito reconhecido.
**(C)** desenvolvam a assistência médica preventiva, a orientação aos pais e a educação e serviços de planejamento familiar.
**(D)** assegurem às mães adequada assistência médica no pós-natal, que é o momento em que a criança chega ao mundo.
**(E)** assegurem a prestação de assistência médica e cuidados sanitários necessários a todas as crianças, dando ênfase aos cuidados mais graves e custosos de saúde.

**18.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais são documentos que discorrem sobre os direitos humanos de maneira universal, abrangendo todas as pessoas, independentemente de credo, gênero ou etnia. Nos termos da Constituição Federal de 1988, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

**(A)** serão equivalentes à lei supralegal, se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
**(B)** serão equivalentes à emenda constitucional, se aprovados, na Câmara dos Deputados, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.
**(C)** serão equivalentes à lei ordinária, ainda que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, porque são normas criadas fora do território brasileiro e por esse motivo não podem ter natureza de emenda constitucional.
**(D)** serão equivalentes às emendas constitucionais se forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
**(E)** serão equivalentes à lei supraconstitucional, já que seu conteúdo eminentemente humanista interessa à defesa de todos os povos.

**19.** Os direitos sociais são considerados direitos de segunda geração oriundos do processo de transição entre o Estado garantidor dos direitos fundamentais individuais para um modelo de Estado garantidor de direitos sociais coletivos. A Constituição Federal de 88, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o ECA abordam alguns direitos e deveres sobre a educação e o trabalho no país. Diante dessa afirmação, assinale a alternativa correta.

**(A)** O menor de 14 anos é proibido de exercer qualquer trabalho, salvo se o trabalho for exercido em empresa familiar.
**(B)** A criança e o adolescente têm direito à educação e qualificação para o trabalho, mas não podem exercer trabalho com menos de 14 anos, salvo na condição de menor aprendiz.
**(C)** É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, mas não podem interferir na definição das propostas educacionais, que são formuladas pelo MEC.
**(D)** É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a oito anos de idade.
**(E)** Segundo o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados, nem mesmo nos países em que determinados crimes sejam punidos com prisão e trabalhos forçados.

**20.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe a observância do princípio constitucional da proteção integral das crianças e adolescentes com absoluta prioridade na garantia dos seus direitos. Segundo o ECA, é correto afirmar que os agentes públicos executores de medidas protetivas que usarem de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como forma de correção dos menores estarão sujeitos à:

**(A)** aplicação da pena de advertência em qualquer caso, independente da sua gravidade.
**(B)** aplicação da pena de suspensão pelo seu chefe imediato, por período máximo de 30 dias.
**(C)** aplicação da pena de demissão, considerando o princípio da proteção integral das crianças e adolescentes e a gravidade da situação.
**(D)** garantia de um tratamento de saúde especializado à vítima e psicológico a sua família.
**(E)** obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado, podendo a pena ser aplicada pelo Conselho Tutelar.

## Noções de Direito Penal

**21.** Marque a alternativa correta em relação aos crimes contra a Administração Pública.

**(A)** A prevaricação é o ato de solicitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
**(B)** A corrupção ativa consiste em solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
**(C)** O peculato consiste em apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
**(D)** O crime de furto consiste em apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio.
**(E)** A condescendência criminosa é o ato de retardar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

**22.** O art. 6º do Código Penal define o lugar do crime. A teoria aplicada é a:

**(A)** da Atividade.
**(B)** da Ubiquidade.
**(C)** da Ultratividade.
**(D)** da Ambivalência.
**(E)** do Resultado.

**23.** No direito penal, é correto afirmar que:

**(A)** crime próprio é aquele que pode ser praticado por qualquer pessoa, não se exigindo, portanto, uma qualidade especial do sujeito ativo.
**(B)** o crime habitual é aquele que possui apenas uma conduta que se prolonga no tempo.
**(C)** os crimes de mera conduta são aqueles em que o legislador descreve um resultado no tipo penal.
**(D)** os crimes formais são aqueles em que o legislador descreve uma conduta e um resultado, mas ele é prescindível para que haja crime consumado.
**(E)** os crimes materiais são aqueles em que o legislador prevê uma conduta, mas não prevê um resultado.

**24.** O crime de tortura é definido pela Lei nº 9.455/97 e pode-se afirmar que:

**(A)** se cometida por agente público aumenta-se a pena de um sexto até um terço.
**(B)** o condenado cumprirá a pena no regime integralmente fechado.
**(C)** o crime de tortura não admite tentativa.
**(D)** o crime de tortura é inafiançável, mas admite graça ou anistia.
**(E)** não se admite crime de tortura em razão de discriminação racial ou religiosa.

**25.** O crime impossível definido no art. 17 do Código Penal ocorre quando:

**(A)** o crime se consuma, mas o agente é inimputável.
**(B)** o agente atua amparado por causa excludente de ilicitude.
**(C)** a ineficácia do meio escolhido pelo agente é relativa.
**(D)** o crime não se consuma por circunstâncias alheias a vontade do agente.
**(E)** o crime não se consuma por absoluta impropriedade do objeto.

## Noções de Direito Constitucional

**26.** A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, elenca uma série de direitos e garantias fundamentais em seu Título II, além de diversos remédios constitucionais voltados à sua defesa ou concretização. Sobre o tema, é correto dizer que:

**(A)** são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
**(B)** o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político legalmente constituído.
**(C)** em razão do princípio da publicidade, o habeas data é cabível ainda que não tenha havido recusa de informações pela autoridade administrativa.
**(D)** em razão do princípio da isonomia, as penas devem ser cumpridas em estabelecimentos homogêneos, independentemente da idade ou sexo do apenado.
**(E)** o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso cautelarmente e que venha a ser posteriormente inocentado.

**27.** O artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 traz a disciplina base sobre a Administração Pública, prevendo regras e princípios para a organização administrativa e para o regime jurídico dos cargos públicos. Quanto ao ponto, é correto afirmar que:

**(A)** a criação de autarquias na Administração Pública não depende de lei específica.
**(B)** os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
**(C)** o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, observada a remuneração deste.
**(D)** as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
**(E)** excepcionalmente, a Constituição admite a equiparação salarial para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

**28.** Juvenal do Pneu, deputado estadual muito combativo, proferiu manifestação, fora das dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, alegando que determinado Secretário Estadual estaria praticando atos contrários à moralidade administrativa. Em relação às imunidades parlamentares, considerando a situação narrada, é correto afirmar que:

**(A)** Juvenal não está protegido pela imunidade material, uma vez que a manifestação consubstancia, *ipso facto*, quebra de decoro parlamentar.
**(B)** Juvenal está protegido pela imunidade material e pela imunidade formal.
**(C)** Juvenal está protegido pela imunidade material, mas não terá direito à imunidade formal, uma vez que se trata de prerrogativa aplicável apenas aos parlamentares federais.
**(D)** Juvenal não está protegido pela imunidade material, uma vez que as manifestações foram proferidas fora das dependências da Assembleia Legislativa do Estado.
**(E)** Juvenal não está protegido pela imunidade material, uma vez que as imunidades dispostas para os parlamentares federais não se estendem aos parlamentares estaduais.

**29.** O artigo 84 da CRFB elenca uma série de atribuições do Presidente da República, muitas das quais são extensíveis ao Governador de Estado, Chefe do Poder Executivo no âmbito estadual. Quanto ao ponto, é correto afirmar que:

**(A)** o Presidente da República deve prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
**(B)** por sua importância, as competências que a Constituição elenca como privativas do Presidente da República são indelegáveis.
**(C)** em virtude do princípio da separação de poderes, a Constituição da República não confere competências regulamentares ou normativas ao Chefe do Poder Executivo, uma vez que consistem em atribuições típicas do Poder Legislativo.
**(D)** é possível a extinção de cargos por decreto do Chefe do Poder Executivo, ainda que tais cargos não estejam vagos.
**(E)** a iniciativa do projeto de lei de diretrizes orçamentárias é privativa do Chefe do Poder Executivo.

**30.** Em suas atividades práticas, o Departamento Geral de Ações Socioducativas – DEGASE acaba tendo uma necessária interlocução com diversos outros órgãos, a exemplo do Ministério Público e da Defensoria Pública. Nessa perspectiva, em relação às funções essenciais à justiça disciplinadas pela Constituição da República, é correto afirmar que:

**(A)** excepcionalmente, admite-se a percepção de honorários pelos membros do Ministério Público.
**(B)** a Defensoria Pública Estadual não é dotada de autonomia administrativa.
**(C)** é vedado aos integrantes da Defensoria Pública o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
**(D)** o Ministério Público da União abrange o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público dos Estados.
**(E)** entre as garantias conferidas aos membros do Ministério Público está a vitaliciedade, após três anos de efetivo exercício.

## Noções de Direito Administrativo

**31.** Um adolescente apreendido por força de ordem judicial estava sendo conduzido à presença da autoridade judiciária por uma equipe composta por quatro Agentes do DEGASE/RJ. O agente que dirigia a viatura conduzia a mesma de forma efetivamente imprudente, e, mesmo advertido pelos demais Agentes, continuou a dirigir de forma imprudente, o que acarretou grave acidente de trânsito, com abalroamento de vários veículos, implicando a morte do adolescente, ferimentos graves nos agentes e em terceiros, e, ainda, danos materiais a veículos, incluindo a perda total da viatura. Nesse contexto, em sede de Responsabilidade Civil do Estado, é correto afirmar que:

**(A)** a responsabilidade pela reparação do dano cabe exclusivamente ao Agente do DEGASE/RJ, uma vez que, ao dirigir de forma imprudente, assumiu a total responsabilidade pelas consequências de seu ato, podendo responder, assim, civil, penal e administrativamente pelo fato.
**(B)** a responsabilidade pela reparação dos danos cabe ao Estado do Rio de Janeiro, não podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, ser responsabilizado pelos danos causados a terceiros, em ação regressiva proposta pela Fazenda Pública, cabendo apenas responsabilização na esfera administrativa em relação ao referido Agente.
**(C)** a responsabilidade pela reparação dos danos cabe ao Estado do Rio de Janeiro, podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, ser responsabilizado na esfera civil pelos danos causados a terceiros, em ação regressiva; mas não pode ser responsabilizado na esfera administrativa e na esfera criminal.
**(D)** a responsabilidade pela reparação dos danos cabe exclusivamente ao Estado do Rio de Janeiro, não podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, em hipótese nenhuma, ser responsabilizado civil, penal e administrativamente, uma vez que era apenas um preposto do Estado.
**(E)** a responsabilidade pela reparação do dano cabe ao Estado do Rio de Janeiro, podendo o Agente do DEGASE/RJ, que dirigia a viatura, responder pelos danos causados a terceiros, em ação regressiva proposta depois de transitar em julgado a decisão que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado; além de poder responder penal e administrativamente pelo fato.

**32.** O servidor público tem uma série de deveres e de proibições a serem observados, cujo descumprimento constitui infração disciplinar, implicando a consequente responsabilização do mesmo, através do devido processo administrativo disciplinar. Nesse sentido, são penas disciplinares previstas no Decreto-Lei nº 220/1975:

**(A)** advertência; repreensão; suspensão; multa; prestação social alternativa; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
**(B)** advertência; inelegibilidade; suspensão; multa; destituição de função; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
**(C)** advertência; repreensão; suspensão; multa; indisponibilidade dos bens; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
**(D)** advertência; repreensão; suspensão; multa; destituição de função; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.
**(E)** advertência; repreensão; suspensão; multa; perda de bens; demissão; cassação de aposentadoria, jubilação ou disponibilidade.

**33.** O Chefe de um Centro de Socioeducação do DEGASE/RJ, integrante das Unidades de Internação, no uso legal de suas atribuições, emitiu um Ato Administrativo que previa tratamento diferenciado, como recompensa, a dez (10) adolescentes internados que cumprissem determinados critérios postos no referido Ato, incluindo, por exemplo, bom comportamento. A avaliação e a escolha dos adolescentes seriam feitas pelo próprio Chefe do referido Centro de Socioeducação. Entre os benefícios previstos estariam: alojamento distinto dos demais internados, rouparia de cama e banho individualizada, fora do padrão da unidade, a possiblidade de usar roupas comuns e não o devido uniforme do Centro de Socioeducação, alimentação fornecida diretamente pelos parentes, além de visitas de familiares e amigos com maior frequência do que os demais adolescentes. A posteriori, descobriu-se que um dos adolescentes beneficiados pelo citado Ato Administrativo era sobrinho e afilhado do citado Chefe, motivo pelo qual esse teria emitido o referido Ato. Nessa situação hipotética, à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pátrias, é possível afirmar que:

**(A)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação se amoldaria à previsão doutrinária de abuso do poder, na espécie desvio do poder, uma vez que, dentro de seus limites de competência, praticou ato de interesse particular, em benefício de terceiro, com efetivo desvio de finalidade, em clara violação ao princípio da impessoalidade.
**(B)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação se amoldaria a caso de abuso de poder, mas, por ser ato discricionário, não poderia ser anulado, mas apenas revogado pelo próprio Chefe do Centro de Socioeducação, uma vez que não cabe análise de legalidade e legitimidade em atos administrativos discricionários.
**(C)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação não se amoldaria a caso de abuso de poder, motivo pelo qual o referido Ato Administrativo não poderia ser anulado pela própria Administração, ainda que eivado de vício, mas apenas revogado, após a devida apreciação, por determinação judicial.
**(D)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação não se amolda a caso de abuso de poder, uma vez que, sendo o adolescente seu sobrinho e afilhado, não se poderia exigir outra conduta do referido chefe, não se vislumbrando, assim, pessoalidade na elaboração do ato administrativo, nem qualquer outro vício que maculasse o fazimento do mesmo.
**(E)** a conduta do Chefe do Centro de Socioeducação se amoldaria à previsão doutrinária de abuso de autoridade, na espécie excesso de poder, uma vez que teria atuado fora de seus limites de competência, praticou atos que não estavam previamente previstos em lei, o que, ainda assim, não torna o Ato Administrativo anulável.

**34.** O Diretor do DEGASE/RJ, em reunião com os Chefes dos Centros de Socioeducação, constatou que as visitas aos adolescentes internados não estavam sendo bem controladas, havendo, a título de exemplo, acesso de pessoas indevidas, sobretudo algumas que, apontadas como amigas, na verdade, conforme informação de inteligência, eram indivíduos vinculados a facções criminosas nas quais os internados participariam; excesso de dias de visitas semanais; acesso, a partir das referidas visitas, a objetos não permitidos no âmbito dos referidos Centros – como cigarros, drogas e celulares; fatos que implicam efetiva prejudicialidade aos interesses do adolescente. A partir dessa constatação, o Diretor do DEGASE/RJ, no uso de suas atribuições, nos limites da legislação aplicável, em razão do interesse público, a fim de restabelecer a ordem no âmbito dos Centros de Socioeducação no que tange à visitação, baixou uma portaria disciplinando a referida visita, regulando, de forma a garantir os direitos dos adolescentes internados, por exemplo, os dias de visitação – limitando, temporariamente, a uma (01) por semana, a limitação dos visitantes a familiares, responsáveis ou amigos previamente cadastrados, além da limitação de entrega de objetos aos interno, o que só se daria se fosse para o efetivo bem estar do adolescente, dentro da previsão legal. Nessa situação hipotética, o Diretor do DEGASE/RJ atuou com fulcro no:

**(A)** Poder Disciplinar.
**(B)** Poder Judicial Derivado.
**(C)** Poder de Polícia.
**(D)** Poder Hierárquico.
**(E)** Poder Constituinte Derivado.

**35.** O Brasil, com a Constituição Federal de 1988, reestruturou-se como uma República, Democrática, de Direito, assumindo, ainda, a forma federativa, implicando uma organização político-administrativa composta por entes, entidades e órgãos, integrantes da administração direta ou indireta. Nesse sentido, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE/RJ) é:

**(A)** um órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
**(B)** um órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.
**(C)** uma autarquia vinculada à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
**(D)** um órgão vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro.
**(E)** uma autarquia vinculada à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

## Noções de Direito Civil

**36.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi sancionado em 13 de julho de 1990 e é o principal instrumento normativo brasileiro sobre os direitos da criança e do adolescente. O ECA incorporou regras da Convenção de Direitos das Crianças das Nações Unidas. Além disso, o artigo 227 da Constituição Federal dispõe que "[é] dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". A absoluta prioridade citada na norma constitucional, visa assegurar que as crianças e os adolescentes sejam tratados com absoluta prioridade pelo governo e pela sociedade. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta o princípio que estabelece que crianças e adolescentes sejam tratados com absoluta prioridade.

**(A)** Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.
**(B)** Princípio da Prioridade Absoluta.
**(C)** Princípio da Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento.
**(D)** Princípio do Interesse do Menor.
**(E)** Princípio da Proteção Integral.

**37.** A tutela e curatela são institutos jurídicos distintos, mas ambos visam proteger os interesses de indivíduos que, por algum motivo, não possuem capacidade plena de administrar a sua vida. Em 2021, José Paulo, na época, com 15 anos de idade e portador de doença cognitiva grave e incurável que o impedia de realizar as atividades do dia a dia, perdeu seus representantes legais. Por meio de uma ação judicial, sua avó foi nomeada como sua responsável. No entanto, ela veio a falecer quando ele completou 18 anos, atingindo a maioridade legal. Diante de seu falecimento, uma nova ação judicial foi ajuizada visando nomear um(a) novo(a) responsável para José Paulo em razão de sua doença cognitiva grave incapacitante. Com base no exposto, assinale a alternativa correta que apresenta os institutos jurídicos que visam proteger os interesses de indivíduos que não possuem capacidade de administrar a sua vida, aplicados na primeira e na segunda ação judicial.

**(A)** Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da curatela e na segunda o da curatela.
**(B)** Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da tutela e na segunda o da tutela.
**(C)** Nenhum instituto jurídico foi aplicado pelo Poder Judiciário.
**(D)** Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da tutela e na segunda o da curatela.
**(E)** Na primeira ação judicial foi aplicado pelo Poder Judiciário o instituto da curatela e na segunda o da tutela.

**38.** Ana Maria foi adotada aos 14 anos de idade pela senhora Laura. A família da Sra. Laura é composta por ela e por seu filho biológico Antônio, de 5 anos de idade. De acordo com o artigo 227, parágrafo 6º, da Constituição Federal, "[os] filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação". Considerando o tratamento dado pela Constituição Federal aos filhos biológicos e adotivos, em matéria de direitos sucessórios, bem como o fato de que a Sra. Laura não possui testamento nem outros familiares, indique qual será o quinhão da herança que Ana Maria e Antônio terão direito a receber, caso a mãe, Laura, venha a falecer.

**(A)** 50% para Ana Maria e 50% para Antônio.
**(B)** 90% para Ana Maria e 10% para Antônio.
**(C)** 40% para Ana Maria e 60% para Antônio.
**(D)** Nada para Ana Maria e 100% para Antônio.
**(E)** 10% para Ana Maria e 90% para Antônio.

**39.** A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. De acordo com o artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, "[a] República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III – a dignidade da pessoa humana". Nesse contexto, assinale a alternativa que corretamente descreve o conceito de dignidade da pessoa humana.

**(A)** É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que apenas crianças e adolescentes devem ter seu acesso à saúde e educação garantidos pelo Estado e pela sociedade.
**(B)** É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que apenas os maiores de 18 anos devem ter seu acesso à saúde e educação garantidos pelo Estado e pela sociedade.
**(C)** É um princípio fundamental e uma norma jurídica no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
**(D)** É apenas um princípio fundamental no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.
**(E)** É apenas uma norma legal no Brasil, que exprime a ideia de que todos os seres humanos têm direito a uma vida digna com acesso a direitos básicos como saúde e educação, independentemente de suas características físicas, psicológicas ou sociais.

**40.** Os princípios do Direito de Família são os fundamentos para aplicação e interpretação das leis brasileiras dentro de nosso ordenamento jurídico. Assinale a alternativa abaixo que traz um princípio que faz parte do conjunto de princípios do Direito de Família.

**(A)** Princípio da supremacia da ordem pública.
**(B)** Princípio da onerosidade excessiva.
**(C)** Princípio da função social do contrato.
**(D)** Princípio do *Pacta sunt servanda*.
**(E)** Princípio da afetividade.

## Leis Especiais

**41.** Com relação ao glossário constante do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, assinale a alternativa correta.

**(A)** Considera-se "Reintegração Familiar" o retorno da criança e adolescente ao contexto da família de origem da qual se separou.
**(B)** Considera-se "Adoção" a Medida judicial de colocação, em caráter temporário, de uma criança ou adolescente em outra família que não seja aquela onde nasceu, conferindo vínculo de filiação provisório.
**(C)** REDINFA é a Rede Internacional de Informação sobre Infância, Adolescência e Família que está sendo implementada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
**(D)** Considera-se "Casa Lar" a modalidade de Acolhimento Institucional oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como cuidador residente – em uma casa de sua propriedade – prestando cuidados a um grupo de crianças e/ou adolescentes.
**(E)** Considera-se "Família Acolhedora" a nomenclatura dada à família que participa de programas de famílias Acolhedoras, recebendo crianças e adolescentes sob sua guarda, de forma definitiva.

**42.** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, salvo:

**(A)** prestação de serviços à comunidade.
**(B)** prisão, dependendo da gravidade do fato.
**(C)** internação em estabelecimento educacional.
**(D)** advertência.
**(E)** obrigação de reparar o dano.

**43.** De acordo com o Código de Ética e Condutas do DEGASE, não constituem condutas e deveres a serem observados pelo servidor socioeducativo:

**(A)** desempenhar, com tempestividade e profissionalismo, as atribuições que lhe forem cometidas, primando por zelo, prudência, honestidade e qualidade, não se eximindo de qualquer responsabilidade daí resultante.
**(B)** ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
**(C)** preservar o espírito de urbanidade, imparcialidade e cooperação no convívio funcional, de forma que preconceitos ou discriminações não venham a influir na objetividade e na exatidão de seu trabalho, proporcionando um ambiente ético, saudável e seguro.
**(D)** realizar seu trabalho com lealdade à instituição, compartilhando os conhecimentos e informações necessárias para o exercício das atividades próprias do Departamento Geral de Ações Socioeducativas.
**(E)** emitir opiniões ou adotar práticas que demonstrem preconceito de origem, raça, gênero, orientação sexual, cor, idade, credo, deficiências e quaisquer outras formas de discriminação que possam perturbar o ambiente de trabalho ou causar constrangimento aos demais servidores, inclusive àquelas relacionadas a valores religiosos, culturais ou políticos.

**44.** É transgressão do Código de Ética do DEGASE:

**(A)** agir de forma imparcial e cordial nos procedimentos correcionais ou em atividades conjuntas com outros órgãos públicos resguardando o sigilo das informações.
**(B)** comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público.
**(C)** ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos estaduais.
**(D)** cometer e/ou se envolver em assédio moral vertical, horizontal ou ascendente; qualquer outra forma de assédio como a de gênero, racial, orientação sexual, religião, diversidade funcional, aparência, origem étnica e ideológica; ou qualquer outra pressão psicológica que venha a influenciar indevidamente a atuação do servidor.
**(E)** abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa na lei.

---

**45.** De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Crianças, os Estados Partes reconhecem que a educação da criança deverá estar orientada no sentido de determinadas diretrizes, salvo:

**(A)** imbuir na criança o respeito aos seus pais, à sua própria identidade cultural, ao seu idioma e seus valores, aos valores nacionais do país em que reside, aos do eventual país de origem, e aos das civilizações diferentes da sua.
**(B)** preparar a criança para assumir uma vida responsável em uma sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena.
**(C)** imbuir na criança o desrespeito ao meio ambiente.
**(D)** desenvolver a personalidade, as aptidões e a capacidade mental e física da criança em todo o seu potencial.
**(E)** imbuir na criança o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, bem como aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas.

---

**46.** É correto afirmar, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90):

**(A)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá aplicar pena restritiva de direitos.
**(B)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá aplicar o *sursis.*
**(C)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá suspender condicionalmente o processo.
**(D)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá promover o arquivamento dos autos.
**(E)** Apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas, e poderá aplicar transação penal.

**47.** A análise dos pedidos encaminhados à Central de Vagas levará em consideração os seguintes critérios, exceto:

**(A)** Gravidade do ato infracional.
**(B)** Reiteração do ato infracional.
**(C)** Disponibilidade de vaga de acordo com a natureza da medida imposta, independente da separação entre vagas femininas e masculinas.
**(D)** Disponibilidade da vaga.
**(E)** Local do ato infracional e a proximidade familiar.

---

**48.** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990, não é crime praticado contra criança e adolescente:

**(A)** Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público.
**(B)** Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.
**(C)** Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la.
**(D)** Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.
**(E)** Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual.

---

**49.** Constitui infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/90), exceto:

**(A)** Exibir filme, trailer, peça, amostra ou congênere classificado pelo órgão competente como inadequado às crianças ou adolescentes admitidos ao espetáculo.
**(B)** Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, bem como deixar de proceder aos testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido.
**(C)** Vender ou locar a criança ou adolescente fita de programação em vídeo, em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente.
**(D)** Deixar o responsável pelo estabelecimento ou o empresário de observar o que dispõe esta Lei sobre o acesso de criança ou adolescente aos locais de diversão, ou sobre sua participação no espetáculo.
**(E)** Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de efetuar imediato encaminhamento à autoridade judiciária de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção.

---

**50.** Não faz parte dos princípios da Central de Vagas:

**(A)** Prioridade absoluta da criança e ao adolescente.
**(B)** Convivência familiar e comunitária.
**(C)** Temporalidade da medida socioeducativa.
**(D)** Dignidade da pessoa humana.
**(E)** Lentidão e habitualidade da medida socioeducativa.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**51.** Na elaboração de um documento oficial, um servidor precisa utilizar corretamente os pronomes de tratamento nos três momentos distintos da redação oficial. No endereçamento, ele insere as informações no envelope da correspondência. No vocativo, ele se dirige ao destinatário no início do documento, enquanto, no corpo do texto, pode utilizar o pronome de tratamento por extenso ou abreviado. Considerando essas regras, complete a frase a seguir com a alternativa adequada: Para redigir um ofício dirigido a um Ministro de Estado, o endereçamento correto deve iniciar com a expressão:

**(A)** A Vossa Excelência o Senhor Ministro de Estado.
**(B)** A Sua Senhoria o Senhor Ministro de Estado.
**(C)** Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado.
**(D)** A Sua Excelência o Senhor.
**(E)** Ao Excelentíssimo Senhor Ministro.

---

**52.** Ao solicitar informações a um órgão público, um cidadão deve seguir as diretrizes estabelecidas pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que regulamenta o direito constitucional de acesso a dados públicos. O procedimento de solicitação deve observar requisitos específicos, incluindo a forma de apresentação do pedido e as obrigações do órgão público no atendimento à solicitação. O pedido de acesso à informação deve conter:

**(A)** o reconhecimento prévio da autoridade pública sobre a legitimidade do pedido antes da resposta.
**(B)** o pagamento de uma taxa administrativa para análise da viabilidade do pedido.
**(C)** a indicação de um representante legal caso a informação solicitada seja de interesse coletivo.
**(D)** a fundamentação legal da solicitação e a comprovação de necessidade do dado requerido.
**(E)** a identificação do requerente e a especificação da informação solicitada.

---

**53.** As entidades da Administração Indireta possuem características distintas que as diferenciam, especialmente no que se refere à sua estrutura jurídica, regime de pessoal, financiamento e atividades desempenhadas. No contexto da Administração Pública brasileira, a entidade que possui personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, patrimônio próprio e atribuições específicas conferidas por lei, sendo criada para desempenhar atividades típicas do Estado, é a:

**(A)** Fundação pública.
**(B)** Empresa pública.
**(C)** Orgão público.
**(D)** Sociedade de economia mista.
**(E)** Autarquia.

**54.** No âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a família natural desempenha um papel fundamental na garantia do direito ao convívio familiar e na proteção integral da criança e do adolescente. Considerando o conceito de família natural, sua composição e seu papel na legislação, a relação jurídica entre seus membros e as obrigações decorrentes dessa estrutura familiar são caracterizadas da seguinte forma:

**(A)** a família natural compreende a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, garantindo o direito à convivência familiar.
**(B)** o conceito de família natural inclui parentes próximos que convivem com a criança ou adolescente, desde que comprovado o vínculo afetivo.
**(C)** a guarda e a tutela são prerrogativas exclusivas da família natural, não podendo ser exercidas por terceiros sem vínculo de filiação biológica.
**(D)** o vínculo jurídico da família natural se estabelece exclusivamente por meio da filiação biológica, garantindo os direitos e deveres entre pais e filhos.
**(E)** a família natural pode ser formada exclusivamente pelos pais e seus filhos, não sendo reconhecida a possibilidade de um dos pais exercer a guarda.

---

**55.** A efetivação do direito à convivência familiar e comunitária, assegurado no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes, requer um conjunto de estratégias que envolvem diferentes políticas públicas. Um dos desafios centrais desse plano é garantir que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade não sejam afastados do convívio familiar sem antes esgotar todas as possibilidades de apoio à família de origem. Entre as medidas previstas para fortalecer esse direito, destaca-se:

**(A)** a ampliação da adoção internacional como principal alternativa para crianças em situação de vulnerabilidade.
**(B)** a implementação de programas de apoio psicossocial às famílias para garantir a manutenção da criança ou adolescente em seu ambiente familiar e comunitário.
**(C)** o incentivo ao acolhimento institucional como estratégia prioritária de proteção integral, reduzindo o tempo de permanência no ambiente familiar.
**(D)** a priorização de ações que afastem crianças e adolescentes da família de origem sempre que identificada situação de vulnerabilidade social.
**(E)** a substituição do acolhimento institucional por programas de internação compulsória para crianças e adolescentes em situação de risco.

**56.** A efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal exige a atuação estatal para garantir condições dignas de vida à população. No contexto da seguridade social, do direito ao trabalho e das garantias fundamentais aos trabalhadores, a previsão constitucional assegura que:

**(A)** o direito à assistência social depende de contribuição prévia do beneficiário, sendo concedido apenas aos segurados do sistema previdenciário.
**(B)** a Constituição estabelece que o seguro-desemprego pode ser concedido apenas uma vez para cada trabalhador ao longo de sua vida laboral.
**(C)** a seguridade social compreende a saúde, a previdência e a assistência social, garantindo direitos independentemente de contribuição prévia.
**(D)** a organização da seguridade social é baseada exclusivamente nas contribuições previdenciárias recolhidas dos trabalhadores e empregadores.
**(E)** o direito ao salário mínimo nacionalmente unificado pode ser alterado por negociação coletiva, desde que haja consenso entre patrões e empregados.

---

**57.** A organização do Estado brasileiro é regida por princípios e normas estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Entre os entes federativos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia político-administrativa, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição. No entanto, essa autonomia não é absoluta, sendo regulada por competências privativas, concorrentes e suplementares. Considerando o exposto, é correto afirmar que:

**(A)** o Distrito Federal possui características híbridas, acumulando competências dos Estados e Municípios, e pode ser subdividido em unidades administrativas equivalentes a municípios.
**(B)** os Territórios Federais possuem autonomia político-administrativa semelhante à dos Estados e são regidos por Constituição própria.
**(C)** os Estados podem criar territórios estaduais dentro de seus limites, desde que aprovem tal medida por meio de plebiscito.
**(D)** a União pode intervir nos Estados e no Distrito Federal para manter a integridade nacional, repelir invasão estrangeira e reorganizar as finanças de um Estado em grave crise.
**(E)** os Estados possuem autonomia legislativa irrestrita, podendo editar normas sobre qualquer matéria, desde que não contrariem princípios fundamentais da Constituição.

**58.** Ao tomar posse, o Presidente da República assume uma série de atribuições fundamentais para o funcionamento do Poder Executivo. Entre essas atribuições, destaca-se a responsabilidade de nomear Ministros de Estado, sancionar e vetar leis, além de exercer a chefia suprema das Forças Armadas. No entanto, o exercício dessas funções deve estar em conformidade com a Constituição Federal, respeitando as competências dos demais poderes e garantindo a estabilidade institucional do país. Considerando as atribuições do Presidente da República previstas na Constituição, é correto afirmar que:

**(A)** a sanção de projetos de lei pelo Presidente da República é uma competência exclusiva do Chefe do Executivo, não havendo possibilidade de o Congresso Nacional se manifestar sobre o veto presidencial.
**(B)** a nomeação de Comandantes das Forças Armadas ocorre de forma discricionária pelo Presidente da República, sem a necessidade de observar critérios técnicos ou constitucionais.
**(C)** o Presidente da República possui competência para decretar estado de sítio e estado de defesa, podendo fazê-lo unilateralmente sem necessidade de consulta ao Congresso Nacional.
**(D)** a nomeação dos Ministros de Estado depende de aprovação prévia do Congresso Nacional e ocorre exclusivamente por indicação da maioria dos parlamentares.
**(E)** o Presidente da República pode conceder indulto e comutar penas, desde que respeitados os limites constitucionais e os princípios fundamentais do ordenamento jurídico.

---

**59.** A organização do Poder Judiciário no Brasil segue princípios e normas estabelecidos na Constituição Federal, garantindo a independência e a autonomia dos seus órgãos. Nesse contexto, a estrutura do Poder Judiciário é composta por diferentes instâncias e competências, sendo fundamental compreender a função e as atribuições de cada órgão para assegurar a aplicação da justiça de forma eficaz. Assinale a alternativa correta sobre as competências e a estrutura do Poder Judiciário conforme disposto na Constituição Federal.

**(A)** O Superior Tribunal de Justiça tem a atribuição de uniformizar a interpretação da legislação federal em todo o território nacional.
**(B)** O Tribunal Superior do Trabalho tem competência para julgar ações que envolvam conflitos entre entes federativos e a União.
**(C)** O Conselho Nacional de Justiça tem competência para julgar magistrados em matéria penal, podendo aplicar sanções privativas de liberdade.
**(D)** O Supremo Tribunal Federal possui competência exclusiva para processar e julgar crimes comuns praticados por Governadores dos Estados.
**(E)** O Conselho Nacional de Justiça é um órgão de natureza administrativa, responsável pelo controle interno dos tribunais e pelo julgamento de recursos constitucionais.

**60.** O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) exerce funções fundamentais para garantir o controle administrativo e disciplinar do Poder Judiciário, sem comprometer a autonomia dos tribunais. No contexto de suas atribuições constitucionais, destacam-se a necessidade de assegurar a transparência e a eficiência da atividade jurisdicional, incluindo medidas de fiscalização e regulamentação. Dessa forma, é correto afirmar que:

**(A)** a atuação do CNJ se limita à esfera administrativa, sendo vedado estabelecer diretrizes sobre a gestão orçamentária dos tribunais.
**(B)** o CNJ tem competência para zelar pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos normativos e recomendações para aprimorar a administração da Justiça.
**(C)** a fiscalização do CNJ abrange o Ministério Público, estendendo sua atuação ao controle disciplinar dos membros desse órgão.
**(D)** o CNJ possui competência para rever decisões judiciais transitadas em julgado, atuando como instância recursal superior.
**(E)** o CNJ tem autonomia para determinar a remoção, disponibilidade ou aposentadoria de magistrados sem a necessidade de processo administrativo disciplinar.

---

**61.** A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Organização das Nações Unidas e promulgada no Brasil pelo Decreto nº 99.710/1990, estabelece diretrizes fundamentais para a proteção, promoção e garantia dos direitos da criança. Considerando os princípios e obrigações previstas no documento, a aplicação dos direitos da criança deve ser assegurada por todos os Estados Partes, garantindo que nenhuma criança seja privada de seus direitos, independentemente de sua condição. Um dos princípios fundamentais da Convenção estabelece que:

**(A)** todas as crianças têm direito à educação primária gratuita, cabendo aos pais decidirem se desejam matriculá-las na escola.
**(B)** nenhuma criança poderá ser privada de sua nacionalidade se nascer no território de um Estado Parte, salvo em casos de segurança nacional.
**(C)** os Estados devem assegurar que a adoção da criança tenha sempre como princípio fundamental o interesse superior da criança.
**(D)** a criança pode ser separada de seus pais por razões econômicas, desde que se garanta a manutenção do seu bem-estar e sustento.
**(E)** os Estados devem garantir o direito da criança de expressar livremente sua opinião, desde que em conformidade com a vontade de seus responsáveis legais.

**62.** O Plano de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro, instituído pelo Decreto nº 42.715/2010, estabelece diretrizes e ações voltadas para o atendimento de adolescentes em conflito com a lei, garantindo direitos fundamentais e promovendo a reinserção social. Nesse contexto, é essencial considerar os princípios norteadores desse plano e sua aplicação prática no sistema socioeducativo do estado. As diretrizes do Plano de Atendimento Socioeducativo estabelecem que:

**(A)** a implementação do Plano de Atendimento Socioeducativo é de responsabilidade exclusiva do governo estadual.
**(B)** o Plano de Atendimento Socioeducativo do Rio de Janeiro estabelece que as medidas socioeducativas devem ser cumpridas prioritariamente em regime fechado.
**(C)** a política de atendimento socioeducativo no estado deve garantir a intersetorialidade entre diferentes áreas como educação, saúde e assistência social, mas sem a necessidade de articulação entre os entes federativos.
**(D)** a descentralização da gestão do atendimento socioeducativo possibilita maior participação dos municípios na implementação de medidas socioeducativas em meio aberto.
**(E)** a privação de liberdade do adolescente deve ser priorizada como meio eficaz de responsabilização e ressocialização no âmbito do atendimento socioeducativo.

---

**63.** Em uma determinada cidade, a prefeitura determinou a interdição temporária de um parque público para a realização de obras de segurança estrutural, justificando que havia risco de acidentes. No entanto, os frequentadores do local alegaram que a interdição total era excessiva, pois apenas uma pequena área apresentava problemas estruturais. Considerando as limitações do poder de polícia e os princípios que regem sua aplicação, a medida adotada pela prefeitura deve:

**(A)** ser ajustada para atender ao princípio da proporcionalidade, limitando a interdição apenas às áreas diretamente afetadas, evitando restrições desnecessárias aos cidadãos.
**(B)** ser substituída por uma proibição permanente do acesso ao parque, pois a segurança deve prevalecer sobre qualquer outro critério na gestão pública.
**(C)** ser aplicada de forma irrestrita, uma vez que o poder de polícia permite ao Estado restringir direitos sempre que considerar necessário, sem limites objetivos.
**(D)** ser mantida integralmente, pois a administração pública possui ampla discricionariedade para restringir direitos individuais sem necessidade de justificativa detalhada.
**(E)** ser revogada, pois qualquer limitação ao exercício de direitos individuais é inconstitucional e contrária ao interesse público.

**64.** A Administração Pública, ao exercer suas funções, baseia-se em atributos que conferem aos atos administrativos características específicas. Um desses atributos garante que os atos administrativos possam ser executados diretamente pela Administração, sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário, desde que expressamente previsto em lei ou em situações emergenciais que exijam pronta intervenção estatal. Esse atributo é denominado:

**(A)** Tipicidade.
**(B)** Autoexecutoriedade.
**(C)** Discricionariedade.
**(D)** Imperatividade.
**(E)** Presunção de legitimidade e veracidade.

---

**65.** João, servidor público civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, ocupante de cargo efetivo, foi informado sobre as possíveis causas que podem levar à vacância de seu cargo, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 220/1975 e no Decreto nº 2.479/1979. Dentre as situações apresentadas, a que caracteriza uma movimentação funcional sem gerar vacância do cargo é:

**(A)** Transferência para outro cargo de denominação diversa.
**(B)** Aposentadoria voluntária ou compulsória.
**(C)** Remoção para outra unidade administrativa dentro do mesmo órgão.
**(D)** Exoneração a pedido do servidor.
**(E)** Demissão por processo administrativo disciplinar.

---

**66.** Diante da apreensão de adolescentes, os primeiros contatos com aplicadores da lei são cruciais para evitar danos e garantir os direitos fundamentais desses jovens. De acordo com as Regras de Beijind, a administração desses contatos deve considerar os seguintes princípios:

**(A)** O adolescente deve ser mantido sob custódia até que a autoridade judicial determine a sua liberação.
**(B)** A notificação dos responsáveis pode ser adiada caso haja dificuldades operacionais na comunicação imediata.
**(C)** A regra de “evitar danos” limita-se ao impedimento de agressões físicas diretas.
**(D)** A notificação imediata do responsável e a avaliação rápida da liberação são medidas prioritárias na abordagem inicial.
**(E)** O uso de linguagem dura e medidas coercitivas podem ser necessários para reforçar a autoridade dos agentes da lei.

**67.** O sistema prisional deve ser administrado de forma a garantir a dignidade dos presos, respeitando princípios fundamentais estabelecidos nas Regras de Mandela. Considerando as disposições dessas regras, a adoção de medidas disciplinares e sanções devem ser feitas de forma criteriosa, observando limites e garantias específicas para evitar abusos. Diante desse contexto, a imposição de confinamento solitário para presos em situação de vulnerabilidade:

**(A)** é permitida por período indefinido, desde que justificada por razões disciplinares.
**(B)** deve ser utilizada como medida de punição padrão para atos de indisciplina recorrentes.
**(C)** Pode ser imposta como pena principal em sentenças judiciais relacionadas a crimes violentos.
**(D)** pode ser aplicada a critério da administração penitenciária, bastando haver justificativa fundamentada.
**(E)** é expressamente proibida para presos com deficiência mental ou física que possa ser agravada pela medida.

---

**68.** A formação profissional e a oferta de trabalho para jovens privados de liberdade devem estar alinhadas a princípios que garantam sua dignidade e reintegração à sociedade. Nesse sentido, a estruturação dos programas de trabalho dentro dos centros de detenção deve observar diretrizes específicas, assegurando que os jovens tenham oportunidades reais de aprendizado e desenvolvimento profissional. Assim, a organização do trabalho dentro desses centros deve:

**(A)** ser pautada em atividades que ofereçam capacitação produtiva e remunerada, promovendo a reinserção social e respeitando normas trabalhistas.
**(B)** restringir a participação dos jovens em atividades de trabalho remunerado, priorizando cursos teóricos dentro do centro de detenção.
**(C)** enfatizar exclusivamente a formação acadêmica, sem necessidade de estímulo a práticas laborais dentro do centro.
**(D)** subordinar a formação profissional dos jovens à necessidade de geração de receita para o centro de detenção.
**(E)** priorizar trabalhos voltados ao atendimento de demandas internas do centro, sem necessidade de conexão com o mercado de trabalho externo.

**69.** A Lei nº 9.455/1997 define e tipifica o crime de tortura, estabelecendo penalidades para seus praticantes e determinando suas consequências legais. Considerando as disposições dessa norma, verifica-se que a prática desse crime pode ensejar punições específicas, bem como desdobramentos em outras esferas do direito. Sobre essa Lei, é correto afirmar que:

**(A)** a pena prevista para o crime de tortura é reduzida se houver confissão espontânea do acusado antes da sentença condenatória.
**(B)** a condenação pelo crime de tortura acarreta a perda do cargo, função ou emprego público, além da interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
**(C)** a Lei nº 9.455/1997 classifica o crime de tortura como de menor potencial ofensivo, permitindo a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.
**(D)** o crime de tortura previsto na lei pode ser praticado apenas por agentes públicos.
**(E)** a condenação pelo crime de tortura impede o condenado de exercer cargo público pelo período de até cinco anos após o cumprimento da pena.

---

**70.** No âmbito da Lei nº 13.460/2017, o papel das ouvidorias públicas se destaca como fundamental para assegurar a participação social e a transparência nos serviços prestados à população. Em um município que busca aprimorar sua gestão pública, a administração decide instituir mecanismos para fortalecer a atuação da ouvidoria municipal. Para garantir a plena conformidade com a legislação, a iniciativa adotada deve observar que:

**(A)** o encaminhamento das manifestações recebidas pela ouvidoria deve ser direcionado apenas aos órgãos diretamente envolvidos, não cabendo à ouvidoria acompanhar as providências adotadas.
**(B)** a ouvidoria pode recusar-se a analisar manifestações que versem sobre serviços públicos concedidos a entidades privadas, pois sua competência limita-se aos órgãos estatais diretos.
**(C)** a ouvidoria tem o dever de receber, analisar e encaminhar manifestações, além de acompanhar as providências adotadas pelos órgãos competentes e sugerir medidas para a melhoria da prestação dos serviços públicos.
**(D)** o atendimento da ouvidoria deve restringir-se ao recebimento de reclamações, cabendo a outros órgãos a mediação de conflitos e a proposição de melhorias nos serviços públicos.
**(E)** a ouvidoria deve atuar exclusivamente como canal receptor de manifestações, sem competência para sugerir alterações em normativas ou processos administrativos internos.

# PROVA DE REDAÇÃO

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. As respostas deverão conter a extensão mínima de **20 (vinte)** linhas, e máxima de **30 (trinta)** linhas para os textos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova de redação.
- A prova de redação consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo, com base em temas formulados pela Banca Examinadora, dos quais o candidato escolherá apenas 1 (um) sobre o qual deverá elaborar seu texto.

Recentemente, duas leis foram sancionadas, suscitando grandes debates sociais: a Lei 14.811/2024 que criminaliza o *bullying* e o *cyberbullying* no Brasil e a Lei 15.100/2025 que veta o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante aulas, recreios e intervalos em todas as etapas da educação básica brasileira. Diante das discussões que ambas as leis acarretaram, leia os textos motivadores a seguir e escolha uma das propostas (Tema 1 ou 2) para redigir um texto dissertativo-argumentativo, em no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas.

**PROPOSTA I**

## TEXTOS MOTIVADORES

**Texto I**

### SANCIONADA LEI QUE CRIMINALIZA *BULLYING* E AMPLIA PUNIÇÃO PARA CRIME CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTES

Foi sancionada a Lei 14.811/2024 que estabelece medidas para reforçar a proteção de crianças e adolescentes contra a violência, principalmente nos ambientes educacionais. A nova legislação criminaliza, por exemplo, as práticas de *bullying* e *cyberbullying*, transformando também em crimes hediondos vários atos cometidos contra crianças e adolescentes.

A norma inclui a tipificação das duas práticas no Código Penal. *Bullying* (intimidação sistemática) é definido como "intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação, ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais". A pena é de multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

Já o *cyberbullying* é classificado como intimidação sistemática por meio virtual. Se for realizado por meio da Internet, rede social, aplicativos, jogos on-line ou transmitida em tempo real, a pena será de reclusão de dois a quatro anos, e multa, se a conduta não constituir crime mais grave.

A Lei 13.185, de 2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, já prevê a figura do *bullying*, mas não estabelecia punição específica para esse tipo de conduta, apenas obrigava escolas, clubes e agremiações recreativas a assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática.

Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/15/sancionada-lei-que-criminaliza-bullying-e-amplia-punicao-para-crime-contra-crianca. Acesso em: 15 fev. 2025.

**Texto II**

**VOCÊ NUNCA SABE O QUE SE PASSA ATRÁS DA TELA**

*Não se esconda nela para fazer mal a alguém*

Disponível em: https://www.facebook.com/governodorio/photos/a.10150100100236029/10157484667866029/?type=3. Acesso em: 15 fev. 2025.

**PROPOSTA DE REDAÇÃO TEMA 1**

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "**Medidas para o combate ao *bullying* nas escolas brasileiras**", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

**PROPOSTA II**

## TEXTOS MOTIVADORES

**Texto I**

### SANCIONADA LEI QUE PROÍBE O USO DE CELULAR EM ESCOLAS

*Proibição vale para educação infantil e ensinos fundamental e médio de escolas públicas e particulares*

O presidente da República sancionou a Lei 15.100/25 que proíbe alunos de usarem telefone celular e outros aparelhos eletrônicos portáteis em escolas públicas e particulares, inclusive no recreio e intervalo entre as aulas. A proibição vale para a educação infantil e os ensinos fundamental e médio.

Fica permitido usar o celular em situações de estado de perigo, de necessidade ou caso de força maior; para garantir direitos fundamentais; para fins estritamente pedagógicos; e para garantir acessibilidade, inclusão, e atender às condições de saúde dos estudantes.

A nova lei determina que as escolas elaborem estratégias para tratar da saúde mental dos alunos da educação básica, apresentando a eles informações sobre riscos, sinais e prevenção do sofrimento psíquico, incluindo o uso imoderado dos celulares.

As redes de ensino também deverão oferecer treinamentos periódicos para detecção, prevenção e abordagem de sinais sugestivos de sofrimento mental, e efeitos danosos do uso excessivo das telas e aparelhos celulares.

Os estabelecimentos de ensino deverão disponibilizar ainda espaços de escuta e acolhimento para receber alunos e funcionários que estejam em sofrimento psíquico, principalmente decorrente do uso imoderado de telas.

Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1126717-sancionada-lei-que-proibe-o-uso-de-celular-em-escolas/. Acesso em: 15 fev. 2025.

**Texto II**

Disponível em: https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/24689-tirinhas-26-4. Acesso em: 16 fev. 2025.

## PROPOSTA DE REDAÇÃO TEMA 2

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "**A importância da regulamentação do uso de telas em ambiente escolar**", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

## *RASCUNHO*